



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

TIMÓTEO WESTIN DE CAMARGO CÉSAR

NOTÍCIAS NA ZONA DE CONTATO: O JORNALISMO E A REPRESENTAÇÃO DA  
IDENTIDADE DOS POVOS INDÍGENAS EM RORAIMA

Boa Vista

2017

TIMÓTEO WESTIN DE CAMARGO CÉSAR

NOTÍCIAS NA ZONA DE CONTATO: O JORNALISMO E A REPRESENTAÇÃO DA  
IDENTIDADE DOS POVOS INDÍGENAS EM RORAIMA

Dissertação apresentada como requisito  
parcial para obtenção do título de Mestre  
no Programa de Pós Graduação em  
Sociedade de Fronteiras

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio  
Pellegrini

Boa Vista

2017

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

C421n César, Timóteo Westin de Camargo.

Notícias na zona de contato: o jornalismo e a representação da identidade dos povos indígenas em Roraima / Timóteo Westin de Camargo César. – Boa Vista, 2017.

130 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Pellegrini.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira.

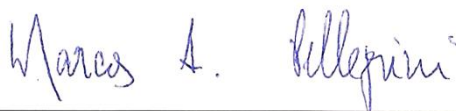
1 – Jornalismo e identidade. 2 – Etnicidade. 3 – Povos indígenas em Roraima. 4 – Jornal Folha de Boa Vista. I – Título. II – Pellegrini, Marcos Antônio (orientador).

CDU – 070:397(=1-82)

# TIMÓTEO WESTIN DE CAMARGO CÉSAR

## NOTÍCIAS NA ZONA DE CONTATO: O JORNALISMO E A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE DOS POVOS INDÍGENAS EM RORAIMA

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia. Defendida em 24 de fevereiro de 2017 e avaliada pela seguinte banca examinadora:



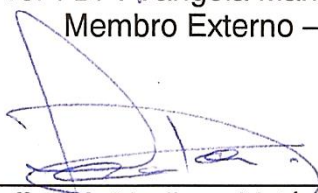
---

Prof. Dr. Marcos Antonio Pellegrini  
Orientador – UFRR



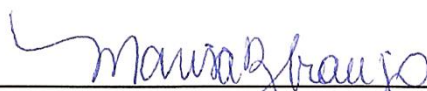
---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vângela Maria Isidoro de Moraes  
Membro Externo – CCLA/UFRR



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Madiana Valéria Almeida Rodrigues  
Membro Suplente Externo – INAN/UFRR



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marisa Barbosa Araújo  
Membro Interno – INAN/UFRR

**Dedicatória**

À minha filha Liz

## **AGRADECIMENTOS**

À Grazi e à Liz, pelo amor, apoio irrestrito e paciência.

Aos colegas professores do curso de Jornalismo da UFRR, pela deferência e suporte.

Ao professor Marcos Pellegrini, pela orientação atenciosa, competente e serena.

Ao amigo Calvino Camargo, por incentivar meus primeiros passos como pesquisador.

À minha mãe Márcia e à amiga Mari, pela dedicação na revisão de textos e normas.

Aos alunos, atuais e egressos, por terem despertado em mim a paixão pelo ensino, o prazer de estar em sala aula, e por representarem esperança de mudança e novidade no Jornalismo.

Vê como um fogo brando funde um ferro duro  
Vê como o asfalto é teu jardim se você crê  
Que há sol nascente avermelhando o céu escuro  
Chamando os homens pro seu tempo de viver

*Taiguara*

## RESUMO

Este trabalho versa sobre as dificuldades do Jornalismo ao tratar dos povos indígenas em Roraima, que representam 11% da população do Estado e cujas terras ocupam hoje cerca de 45% do território. Para tanto, examina as limitações para representar adequadamente a imagem destes povos, indivíduos, movimentos e instituições, considerando 1) a etnicidade como parâmetro identitário em contextos de contato permanente destes povos com a sociedade nacional, e a conseqüente demanda moral por um reconhecimento adequado; 2) as características do jornalismo em seu ofício de mediação da realidade nas sociedades complexas, e a ausência por parte da profissão da mediação social, indispensável na zona de contato; 3) A incômoda linearidade histórica entre os discursos coloniais e o conteúdo jornalístico. Com base nessas reflexões, analisa o conteúdo de notícias publicadas nas plataformas *web* e impressa do jornal Folha de Boa Vista. Utiliza como métodos da revisão de literatura para as discussões dos capítulos iniciais, e análise de conteúdo para o olhar sobre as notícias analisadas. Os resultados apontam vícios no texto e nos procedimentos de produção, os quais relacionam-se firmemente com a continuidade, no Jornalismo, de aspectos do olhar colonial.

**Palavras-chaves:** jornalismo e identidade; etnicidade; povos indígenas em Roraima; jornal Folha de Boa Vista.



## ABSTRACT

Este trabajo examina la dificultad del ejercicio periodístico en su representación adecuada de la imagen de los pueblos nativos en Roraima, que representan el 11% de la población del estado y cubren los 45% del territorio, considerando: 1) La etnicidad como parámetro identificativo en contextos de contacto permanente de estos pueblos con la sociedad nacional, y la consecuente demanda moral por un reconocimiento adecuado; 2) Las características del periodismo en su papel mediador de la realidad en las sociedades complejas, y la ausencia de la mediación cultural por parte de la profesión, indispensable en la zona de contacto; 3) La incómoda linealidad histórica entre los discursos coloniales y el contenido periodístico. Con base a estas reflexiones, se analiza el contenido de las noticias que implica a individuos, pueblos, organizaciones y movimientos indígenas en el diario Folha de Boa Vista. Utiliza como métodos, la revisión de la literatura para las discusiones de los capítulos iniciales y la análisis de contenido para el estudio sobre los datos analizados. El resultado muestra caminos equivocados en los textos y procedimientos de producción, que se relacionan fuertemente con la continuidad, en el periodismo, de la mirada colonial.

**Palavras-clave:** periodismo y identidad; etnicidad; pueblos indígenas em Roraima; periódico Folha de Boa Vista.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AC – Análise de Conteúdo

AD – Análise do Discurso

CERR - Companhia Energética de Roraima

CIR – Conselho Indígena de Roraima

DSEI – Distritos Sanitário Especial Indígena

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MPF – Ministério Público Federal

PIPA – Prêmio Investidor Profissional de Arte

RSS – Raposa Serra do Sol

TI – Terra Indígena

UFRR – Universidade Federal de Roraima

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo <i>agenda setting</i> .....	36
Figura 2 - Ficha de Leitura.....	73

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 CULTURA, IDENTIDADE E FRONTEIRAS.....</b>	<b>17</b>
1.1 GRUPOS ÉTNICOS E O CAMPO ANTROPOLÓGICO .....	17
1.2 DIFERENÇA, FRONTEIRAS E CONTATO.....	22
1.2.1 Os sinais diacríticos .....	23
1.2.2 Zonas de Contato.....	24
1.2.3 Identidade indígena e a moral do reconhecimento .....	26
<b>2 MEDIAÇÃO JORNALÍSTICA E MEDIAÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>29</b>
2.1 JORNALISMO E OCIDENTE.....	29
2.2 DO FATO À NOTÍCIA.....	31
2.3 PODE O RABO ABANAR O CACHORRO? .....	33
2.4 GUARDIÕES DO PORTÃO E ARTÍFICES DA REALIDADE .....	37
2.5 MEDIAÇÃO SOCIAL .....	42
2.6 MEDIAÇÃO POSSÍVEL .....	45
<b>3 DOS OLHOS DO IMPÉRIO ÀS NOSSAS FALAS DURAS.....</b>	<b>47</b>
3.1 NARRATIVAS FORASTEIRAS: DOS MATUIÚ AO CAPITALISMO.....	47
3.2 JORNALISMOS RORAIMENSE NA ZONA DE CONTATO .....	59
3.3 DAS REPRESENTAÇÕES À AUTORREPRESENTAÇÃO .....	65
<b>4 ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA .....</b>	<b>68</b>
4.1 A FOLHA DE BOA VISTA .....	70
4.2 LEITURA E ORGANIZAÇÃO.....	72
4.3 ANÁLISE DOS MARCADORES JORNALÍSTICOS.....	74
4.3.1 Marcas da Apuração.....	75
4.3.2 Marcas da composição do produto.....	77
4.4 LEITURA, HIPÓTESES E INTERPRETAÇÕES .....	78
4.4.1 Negatividade.....	79
4.4.2 Destaque e grandes temas.....	81
4.5 FONTES GRITADAS E EMUDECIDAS .....	86
4.6 GENÉRICOS PRÓXIMOS E PECULIARES DISTANTES.....	88
4.7 ANÁLISE DE COBERTURA: MATÉRIAS SOBRE A QUESTÃO DE PACARAIMA .....	92

4.8	CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE.....	95
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>98</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>103</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>112</b>
	<b>ANEXO.....</b>	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO

Cerca de 11% dos roraimenses se declaram índios (IBGE 2010). Além da maior população indígena do Brasil em termos proporcionais, Roraima se sobressai por abrigar em terras demarcadas, 83,2% dessa população, dividida em 11 etnias e centenas de comunidades (IBGE 2016). A representatividade demográfica, bem como a pujança fundiária e a enorme diversidade cultural e linguística, não falam por si. A percepção dos povos indígenas pela sociedade nacional envolvente depende, em grande medida, da mediação dos veículos de comunicação.

Diante disso, a dificuldade em perceber e representar adequadamente a imagem de indivíduos, grupos e povos inteiros é um calcanhar de Aquiles para o jornalismo local. Na condição de jornalista profissional, especialista em Antropologia e professor de Jornalismo, o incômodo ao ler e assistir quase diariamente aos equívocos desse tipo tornou-se um desafio acadêmico no sentido de compreender e buscar transformar a realidade.

Este trabalho passou por alguns ‘ensaios’ até tomar a forma atual. Mesmo quando este texto já tinha suas primeiras linhas, foram necessárias adaptações de rumo e metodologia, para se adequar à realidade encontrada no campo. A ideia inicial era verificar especificamente como os jornalistas percebiam os sinais diacríticos (Barth, 1995) nas entrevistas com índios ouvidos na condição de fonte. Para isso a metodologia proposta foi acompanhar as equipes de redação aos locais de produção da notícia e efetuar o registro para a comparação posterior com o texto publicado. Assim, todo o cronograma da pesquisa foi planejado para que a verificação *in loco* ocorresse em um período posterior ao da construção do projeto de pesquisa. Estava ciente dos riscos que isso representava, e fui alertado por pesquisadores mais experientes sobre a alta probabilidade de me deparar com temido e recorrente ‘imponderável’ ao chegar à fase de trabalho de campo. E assim ocorreu.

Uma análise preliminar realizada em notícias publicadas no mês de maio de 2016 revelou que não seria viável registrar o que fontes indígenas falavam aos jornalistas da Folha de Boa Vista: elas não existiam! Nos meses da análise elas surgiram, embora raras e deficientes. A revisão de literatura e as orientações, que avançavam neste período, mostraram que este silêncio tinha muito a dizer. A frustração inicial se tornou uma provocação, que deu à pesquisa uma substância teórica mais densa e acrescentou

perspectivas à discussão. O que num primeiro momento pareceu implodir a estrutura da pesquisa, tornou-se um novo alicerce.

A metodologia foi reorientada para a análise do conteúdo das notícias, a ser realizada em dois momentos: na leitura contextual diária e, posteriormente, no conjunto do *corpus* a ser analisa. Assim, a dissertação ficou disposta em duas partes, metodologicamente distintas, porém envolvidas de forma bastante equivalente na retórica do texto. A primeira, dividida em três capítulos, lança mão da revisão de literatura multidisciplinar a fim de dimensionar o problema de pesquisa: entender por que o jornalismo não representa adequadamente os indivíduos e povos indígenas. A segunda parte, concentrada no capítulo IV, traz a análise do conteúdo das notícias envolvendo indivíduos, povos, organizações e movimentos indígenas, publicadas no jornal Folha de Boa Vista, entre junho e novembro de 2016.

Assim, temos como objetivo da pesquisa, verificar os elementos textuais envolvidos na representação identitária de indivíduos e povos indígenas, a fim de apontar e tipificar possíveis falhas, faltas e incorreções – apontadas previamente pela revisão de literatura – e propor medidas corretivas a partir do olhar técnico e ético do Jornalismo. Os conceitos apresentados no título apontam o caminho teórico a ser percorrido para este fim. A identidade dos povos indígenas em Roraima é tratada sob a perspectiva de que “a fronteira étnica define o grupo e não a matéria cultural que ela abrange” (BARTH, 1995 p.195). Essa fronteira, por sua vez, se configura como espaço simbólico dilatado, marcado pela fluidez e pelas formas híbridas de produção e reprodução das diferenças: uma “zona de contato” entre grupos “aglutinados em sua irremediável separação” (PRATT, 1999 p.26). As notícias são a matéria prima do jornalismo, em seu ofício de mediação social da realidade (BENEDETI, 2009). A teoria das representações sociais de Bourdieu (1994) fornece a amarração teórica entre as notícias e identidade étnica

O *corpus* da análise é constituído por 109 notícias, publicados na versão impressa e digital do jornal. A base metodológica para o tratamento dos textos é a Análise de Conteúdo, conforme Bardin (1977). O volume de material a ser observado e as peculiaridades da enunciação jornalística limitaram a aplicação exclusiva e integral da AC de Bardin. Para prosseguir sem se esquivar da demanda por profundidade, foram agregados os protocolos propostos por Silva e Maia (2011 p.20), que fornecem tópicos organizadores, relacionados ao processo produção de conteúdo do jornalismo, e

relacionam o conteúdo às marcas da apuração dos fatos; às marcas da composição do produto e a aspectos da caracterização contextual.

A escolha do jornal Folha de Boa Vista se deu pelo fato de o periódico ser, ao mesmo tempo, peculiar e apresentar configurações bastante recorrentes nas empresas da grande imprensa nacional. É peculiar, primeiramente por sua longevidade: a ‘Folha’ foi publicada pela primeira vez em 21 outubro de 1983, estabelecendo o maior tempo de circulação contínua de um jornal desde o nascimento do periodismo autóctone na região do Rio Branco, em 1905, com o manuscrito ‘O Caniço’. Sua relevância para o público atualmente pode ser observada pela tiragem, informada pela empresa, de 200 mil exemplares impressos mensais, aos quais somam-se mais de um milhão de acessos à versão *online* do periódico, a cada mês. (FOLHA, 2015)

A ‘Folha’ tem em comum com o perfil médio de empresas do ramo em nível nacional o fato de ser uma empresa de administração familiar, com posições editoriais conservadoras (SILVA, 2014), envolvimento político – ora explícito, ora circunspecto (VALÉRIO, 2006) – e ser, contudo, comercialmente sustentável. No caso específico deste estudo, a leitura preliminar por um mês da ‘Folha’ e de seu principal concorrente impresso, o jornal ‘Roraima em Tempo’, revelou que, enquanto o primeiro veiculou 23 matérias sobre a questão indígena, o segundo trouxe apenas uma referência do tipo no mesmo período. Também se constituiu em um entrave analítico o fato de o ‘Em Tempo’ estar ligado diretamente a uma figura política no exercício atual de sua função pública, com envolvimento direto na questão indígena.

Esta pesquisa não visa, contudo, assentar a Folha de Boa Vista no banco dos réus, embora não se exima de apontar faltas e incorreções. De certa forma, este trabalho, assinado por um jornalista e professor de muitos dos que ora assinam os textos analisados, trata de acostar-se no divã, com o próprio Jornalismo.

O que é concreto e imprescindível é marcar a urgência de uma ruptura com o *status quo*, com o ranço do preconceito e do racismo. E que as notícias na zona de contato demandam apuro técnico, sensibilidade humana e conduta ética diferenciados. Sob esta perspectiva, os capítulos estão estruturados da seguinte forma:

O ‘Capítulo I’ apresenta a etnicidade como base para se pensar a identidade dos grupos em situação de contato; percorre parte da história deste segmento da Antropologia e desagua na reflexão moral sobre a alteridade e o reconhecimento. A



noção de ‘zona de contato’ marca a multidisciplinaridade do estudo, ao trazer da linguística uma fecunda analogia ao encontro interétnico.

O ‘Capítulo II’ mostra o Jornalismo como uma atividade essencial de mediação do conhecimento nas sociedades complexas. No entanto, contrasta a mediação jornalística, que usualmente se detém à representação dos fatos em notícias, com a mediação social, enquanto processo de compreensão e interpretação de realidades culturais diferentes daquela onde se produz a notícia. A substância técnica e estética essencialmente ocidental do jornalismo seria a razão de tal distanciamento.

O ‘Capítulo III’, em vez do contraste, se atém à incômoda distensão, ou linearidade, entre o jornalismo roraimense contemporâneo e as narrativas e discursos coloniais sobre os povos indígenas, desde os relatos dos viajantes à Amazônia no século XVI. Estão reunidas nesse tópico outras produções científicas sobre a cobertura das questões indígenas na imprensa.

O ‘Capítulo IV’ apresenta a análise de conteúdo de um *corpus* de 109 matérias veiculadas pela Folha de Boa Vista, em suas plataformas impressa e digital, entre junho e novembro de 2016. Tal observação agrega protocolos metodológicos específicos do Jornalismo para identificar pontos latentes e auxiliar nas interpretações dos dados observados.

## 1 CULTURA, IDENTIDADE E FRONTEIRAS

Este primeiro capítulo trata dos processos de identidade e diferenciação a partir do diálogo entre ideias de cultura, etnicidade e contato. Mais que plano de fundo, tomar a ideia de etnicidade como alicerce teórico indica as coordenadas para o restante do estudo.

Os conceitos e ênfases particulares das teorias da etnicidade tem como marca seu caráter multidisciplinar; e, portanto, mantém portas abertas para o diálogo com outras abordagens científicas, e possui janelas interessantes para a inferência das teorias e hipóteses da comunicação social.

### 1.1 GRUPOS ÉTNICOS E O CAMPO ANTROPOLÓGICO

As concepções de etnicidade usadas aqui vêm do campo da Antropologia, com destaque à obra de Barth, Poutignat e Streiff-Fenart, Cunha, Oliveira, Athias e Jackson. O amplo e desordenado uso de termos, como etnia, étnico ou o prefixo ‘etno’, contaminaram seu significado, sobretudo no senso comum.

Por conta de acepções equivocadas, a questão da etnicidade ainda causa estranheza e controvérsia, mesmo na academia. E, de fato, há equívocos que têm precedentes ancestrais. Mesmo a raiz etimológica *ethnikos* aponta para o que Bourdieu (1989) classifica como poder de nomear: os gregos o usavam para definir os povos não helênicos, primitivos por não se organizarem em cidades-estados.

Poutignat e Streiff-Fenart (1995) afirmam que, na década de 1940, as primeiras acepções do termo etnicidade na língua inglesa ocorreram como sinônimo de pertença a um grupo não anglo-americano. Essas ressalvas demonstram que, assim como ocorre com as concepções de cultura, a etnicidade precisa constantemente raspar a craca do colonialismo e do evolucionismo para navegar.

(...) desde sua criação no século XIX a noção de etnia se encontra mesclada a outras noções conexas, as de povo, de raça ou de nação, com as quais mantém relações ambíguas cujo rastro encontramos nos debates contemporâneos. De um modo ou de outro, os autores do século XIX tentam responder à mesma questão: como abranger princípios sobre os quais se fundam a atração e a separação das populações? (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1995, p. 33)

À medida em a Antropologia superava o evolucionismo cultural de seus primeiros movimentos, a dicotomia entre sociedades primitivas/avançadas se enfraqueceu. Assim, se tornaram mais transitáveis as fronteiras de campo entre a Antropologia e a Sociologia. Por muitos anos o estudo das sociedades industrializadas era tarefa da Sociologia, enquanto os ditos grupos ‘étnicos’ – na acepção eurocêntrica do termo – eram ofício da Antropologia.

Em meados do século XX, sobretudo após a Segunda Grande Guerra, a chamada descolonização e uma série de conflitos reivindicatórios, sobretudo na África, advertiram que a etnicidade não era apenas um modo do mundo desenvolvido ver o colonial primitivo.

(...) reivindicações qualificadas como “étnicas”, que surgem de forma simultânea nas sociedades industriais e nas sociedades do Terceiro Mundo, se reproduzem nas nações ditas pluriétnicas, assim como naquelas supostas culturalmente homogêneas: regionalismos na França e na Grã-Bretanha, conflitos linguísticos no Canadá e na Bélgica, problemas da nacionalidade no leste europeu, tribalismo na África. (POUTIGNAT;STREIFF-FENART, 1995, p. 33).

Nesse contexto, ganha força a percepção de que “a etnicidade é um fenômeno universalmente presente na época moderna” (POUTIGNAT ; STREIFF-FENART, 1995, p. 27). A uniformização e o individualismo da modernidade passam a ser questionados e os olhos científicos e políticos se abrem ao potencial – e risco – do nacionalismo étnico e da contrapartida racista.

O conceito de etnicidade surge em meados dos anos 1950, no domínio africano da antropologia social britânica, e na sociologia e na ciência política nos EUA. Nesse contexto de pós-guerra e de descolonização do continente africano, inicia-se o que Jean Copans (1992) qualifica de “crítica política da antropologia”. Trata-se de um debate que vai tomar proporção internacional e atravessar os anos 1960, sobre a utilização do saber antropológico e as responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. (GONÇALVES, 2004, p. 5)

No fim da década de 1960 o trabalho organizado pelo antropólogo norueguês Friedrich Barth marca uma ênfase diferenciada no estudo do tema. O ensaio ‘Grupos Étnicos e Suas Fronteiras’ é, na visão de Poutignat e Streiff-Fenart (1995), um paradigma para a Antropologia, que nasce enquanto ciência a partir de deslocamento das diferenças entre os grupos humanos das interpretações biológicas para a cultura. Em Barth, a cultura passa a ser entendida como um elemento submisso à possibilidade de

mobilização no sentido de criar ou manter fronteiras de diferenciação entre povos em contato.

Ocorre uma ampliação do campo já que o estudo de grupos étnicos não vai se limitar à cultura, em suas acepções mais estáticas. A etnicidade passa a ser vista a partir de um questionamento: “como, por meio das mudanças sociais, políticas e culturais de sua história, os grupos étnicos conseguem manter os limites que os distinguem de outros?” (LAPIERRE, 1995, p. 18).

Assim, os grupos étnicos são “populações cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, constituindo uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem” (CUNHA, 1987, p. 116). O eixo das investigações sobre etnicidade passa “da história e da constituição interna de grupos distintos para as fronteiras étnicas e a manutenção dessas fronteiras” (CUNHA, 1987).

A análise das características interacionais e organizacionais das relações interétnicas não deu atenção suficiente às questões referentes à manutenção das fronteiras. Talvez isso tenha acontecido porque os antropólogos raciocinaram baseados em uma ideia condutora (...)Tinha-se a tendência a pensar em termos de povos diferentes, com diferentes histórias e culturas, encontrando-os e acomodando-os uns aos outros geralmente num contexto colonial (BARTH, 1995, p. 199).

Para Barth (1995), a descontinuidade das mudanças culturais é o princípio para a compreensão dos grupos étnicos e de sua resiliência identitária em detrimento dos deslocamentos e de outros fatores externos. Como “grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores”, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas” (BARTH, 1995, p. 189). Grupos étnicos são “suportes de cultura”, ou seja, sua classificação não se condiciona à cultura, mas com o “modo como demonstram os traços particulares da cultura” (BARTH, 1995, p. 191).

Cuche (1999) destaca o papel de Barth no esclarecimento da relação e confusão entre cultura e identidade: uma cultura particular não implica em identidade particular. A cultura é um aspecto fundamental, mas não suficiente; cada grupo mobiliza e faz uso de determinados traços culturais em contexto de contato para imprimir sua identidade. O que importa não é a cultura interna, “(...) mas os mecanismos de interação que utilizando a cultura de maneira estratégica e seletiva, mantêm ou questionam as ‘fronteiras’ coletivas” (CUCHE, 1999, p. 201).

Urban e Sherzer (1991) acrescentam que “grupos étnicos são grupos de interesse competindo por recursos, e mobilizando línguas, rituais e outros aspectos da cultura

com esse fim.” (URBAN; SHERZER 1991, p. 4). A cultura passa a ser a matéria prima desses mecanismos de diferenciação, a partir dos sinais diacríticos, que trataremos no próximo tópico.

Cunha (1987) afirma que etnicidade é linguagem e forma de organização política; que se configura como um poderoso veículo organizatório. Dentro dessa visão sistêmica, trata a etnicidade como categoria nativa, que condiciona e ressignifica a cultura do grupo. “Em suma, cultura não é algo dado, posto, e assim dilapidável, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados” (CUNHA, 1987, p. 239).

A etnicidade é linguagem porque remete a algo fora dela, sobretudo, porque permite a comunicação. Como forma de organização política, a etnicidade se distingue de outras modalidades de organização por sua retórica própria, invocando uma origem e uma cultura comuns para demarcar os limites dos grupos. Para Cunha (1987, p. 244) a etnicidade é uma categoria “nativa”, usada por agentes sociais para os quais ela é relevante.

A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de muito contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste: este novo princípio que a subtende, a do contraste, determina vários aspectos. (CUNHA, 1986, p. 101)

Dentro dos processos de contato, a própria palavra “cultura” pode ser articulada pelas partes em nome de interesses. Carneiro da Cunha utiliza o termo “cultura com aspas” para indicar a apropriação da palavra cultura por grupos indígenas a fim de pautar reivindicações políticas. Pellegrini (2008) também observa que:

(...) uma visão essencialista da cultura é mobilizada, tanto por parte dos representantes indígenas para demonstrar sua autenticidade como por parte de seus críticos para provar o contrário. Esta tática essencialista envolve também o empréstimo da terminologia antropológica, especialmente o conceito de cultura, numa acepção que já foi abandonada pela antropologia. (Pellegrini, 2008, p. 156)

A etnicidade como categoria nativa, portanto, se opõe às ideias de objetivação e reificação do conceito de cultura, o que é, de acordo com Cunha (1987, p. 236), uma reminiscência do excesso de objetividade do conceito de raça, do tempo quando as diferenças eram pensadas em termos biológicos.

Sahlins (1997, p. 41) ressalva que a cultura não deixará de existir enquanto o objeto principal da Antropologia, sob o risco de tirar das ciências humanas a capacidade de compreender o fenômeno da “organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos”, em vez de propriedades biológicas ou físicas. A defesa de Sahlins em reação às críticas ao caráter supostamente colonialista da noção reificada de cultura aponta um caminho interessante para a compreensão que adotaremos no entendimento da diferenciação a partir daqui.

A “cultura” está sob suspeita porque marcaria diferenças de costume entre povos e grupos, sobretudo quando, ao fazê-lo, visa populações subordinadas dentro de regimes políticos opressivos. O que se ataca aqui é a cultura como demarcação de diferenças — enquanto paralelamente se trava uma implícita e quixotesca batalha contra algo em que ninguém realmente acredita: que as formas e normas culturais são prescritivas e não concedem espaço algum à ação intencional humana. (SAHLINS, 1997, p. 42)

Clifford (1999) se apropriou de um jogo de palavras na língua inglesa para descrever como se relacionam a cultura tradicional de um grupo – *roots* (raízes em português) – e suas manifestações nos contextos de viagens, diásporas e outros movimentos – *routes* (rotas ou itinerários em português). Raízes e itinerários possuem uma sinergia própria. Não se excluem, “se entrelaçam”:

Según esas premisas de cultura, las existencia social auténtica está, o debiera estar, circunscripta a lugares cerrados, como los jardines de los cuales derivó sus significados europeos la palabra “cultura”. Se concebía la residencia como la base local de la vida colectiva, el viaje como un suplemento; las raíces siempre preceden a las rutas. Pero ¿qué pasaría, comencé a preguntarme, si el viaje fuera visto sin trabas, como un espectro complejo y abarcador de las experiencias humanas? Las prácticas de desplazamiento podrían aparecer como constitutivas de significados culturales, en lugar de ser su simple extensión o transferencia. (CLIFFORD, 1999, p. 13)

As expressões *roots e routes*, forjadas no contexto dos estudos da diáspora, servem aos estudos de encontros culturais e identidade, como este. Canevacci recorre com bastante frequência às raízes e itinerários em seus estudos sobre comunicação, sincretismo cultural e autorrepresentação nativa. No contexto do estudo da música na metrópole, afirma que:

Desprenderse de las raíces (roots) significa salir de algo oscuro que immobiliza, que sumerge y que lega de un modo uniforme a una identidad territorial, racial, étnica o sexual que depende de un pasado inmutable. Desarrollar una etnografía de los caminos (routes) como itinerario, encrucijadas, atravesamientos sonoros introduce – en el propio paisaje

tímbrico y corporal – restos, residuos, esquilas que se reunen acústicamente en las fisuras disonantes de la metrópolis comunicacional. (CANEVACCI, 2008, p. 38)

A etnicidade configura-se, portanto, em uma expansão importante de campo – um alargamento em grande parte resultado de observações empíricas no século XX, sobretudo em condições de mobilidade, diáspora e choques entre povos e culturas.

## 1.2 DIFERENÇA, FRONTEIRAS E CONTATO

É recorrente ao senso comum e mesmo a áreas do conhecimento científico, pensar que tanto mais isolado ou detentor de uma cultura exótica ou original, mais étnico é um grupo. A ideia de que a cultura de um grupo, bem como as diferenças desta com a de outros grupos, se estabelece essencialmente no âmbito de cada agrupamento, a partir, sobretudo, de questões ambientais, induz a uma percepção de que cada cultura corresponderia a uma unidade étnica. Assim o isolamento seria condição essencial para existência e manutenção das diferenças étnicas.

Para Barth (1997), esse dualismo seria em essência problemático como a ideia de associação intrínseca entre raça, cultura e linguagem. O que em uma percepção inversa, resultaria no entendimento de que o isolamento é o resultado de características distintas como a diferença racial, a diferença cultural, a separação social, as línguas e as hostilidades entre os grupos.

Somos levados a imaginar cada grupo desenvolvendo sua forma cultural e social em isolamento relativo, essencialmente, reagindo a fatores ecológicos locais, ao longo de uma história de adaptação por invenção e empréstimos seletivos. Essa história produziu um mundo de povos separados, cada um com sua cultura própria e organizado numa sociedade que podemos legitimamente isolar para descrevê-la como se fosse uma ilha (BARTH, 1997, p. 190).

A classificação dos grupos locais depende do modo como demonstram os traços particulares de cultura. Esse processo pode ser observado pelo etnógrafo, enquanto as diferenças entre os grupos seriam campo para as abordagens dos estudos sobre aculturação, segundo Barth (1997).

(...) Essa identidade, como qualquer outra identidade coletiva (...), é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não. (LAPIERRE, 1995, p. 11)

Barth (1995, p. 188) enfatiza que “(...) as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam”. E que as diferenças étnicas em vez de enfraquecer, serem absorvidas ou aniquilar as fronteiras, são promovidas e fortalecidas pela interação.

(...) relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância vital, são mantidas através dessas fronteiras e são freqüentemente baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados. Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, freqüentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes. (BARTH, 1995, p. 188)

Entender adequadamente o que são e a dinâmica dos grupos étnicos é fundamental para a proposta deste estudo. Um jornalista poderia, por exemplo, não entender como legítima uma reivindicação de um povo indígena não isolado, em situação de contato frequente com a sociedade envolvente.

### **1.2.1 Os sinais diacríticos**

As fronteiras étnicas, embora por vezes coincidam com limites geográficos, são linhas simbólicas cuja matéria prima são os sinais diacríticos – estes aspectos da cultura mobilizados no sentido de demonstrar a pertença a e um e a exclusão do outro. Em termos gerais, sinais diacríticos são fragmentos da cultura que um grupo decide destacar a fim de se diferenciar de outros. Num contexto de contato permanente ou avançado como o que vivem os povos indígenas em Roraima, eles podem ser parte de uma estratégia frente à resistência do outro em perceber sua identidade.

Para Cunha (1987, p. 116) são a “seleção de alguns símbolos que garantem, diante das perdas culturais, a continuidade e a singularidade do grupo”. É em situações de fronteira que a identidade é mais operante e os traços distintivos são reafirmados (BERGER, 2006).

Os sinais diacríticos são resultado de uma seleção promovida pelo próprio grupo. Alguns traços culturais são “utilizados pelos atores como sinais e emblemas de diferenças, enquanto outros são ignorados”. (BARTH, 1995, p. 194).

Para Cunha (1986) o contraste tem função primordial no processo de seleção dos conteúdos simbólicos de diferenciação. A distinção de um grupo étnico depende dos outros grupos de contato ou da sociedade na qual está inserida, uma vez que “os sinais



diacríticos devem poder se opor, por definição, a outros de mesmo tipo” (CUNHA, 1986, p. 239).

Cunha (1986, p. 112) relata o caso dos ex-escravos de origem iorubá que retornaram à África Ocidental. Na Bahia afirmavam-se principalmente animistas; na Nigéria passaram a praticar o catolicismo como forma de se identificarem como brasileiros entre os protestantes, muçulmanos e animistas de Lagos. Pois “(...) não se contrasta religião com um tipo de roupa, mas religião com religião e roupa com roupa.”

Embora sejam a essência desses limites de pertença étnicos, a existência e manutenção das fronteiras se sobrepõem ao processo de seleção de traços diferenciadores.

Quando se define um grupo étnico como atributivo e exclusivo, a natureza da continuidade dos traços étnicos é clara: ela depende da manutenção de uma fronteira étnica. Os traços culturais que demarcam a fronteira podem mudar, e as características culturais de seus membros podem igualmente se transformar – apesar de tudo, o fato da contínua dicotomização entre membros e não-membros permite-nos especificar a natureza dessa continuidade e investigar a forma e o conteúdo da transformação cultural (BARTH, 1998, p. 195).

Lapierre (1997) ressalta que o contraste não é a única seara para o surgimento e manutenção dos traços culturais diferenciadores. Há aqueles que se formam ao longo da história comum e são transmitidos de forma seletiva por meio da memória coletiva do grupo, “transformando determinados fatos e certos personagens lendários, por meio de um trabalho do imaginário social, em símbolos significativos de identidade étnica” (LAPIERRE, 1997, p. 11).

## **1.2.2 Zonas de Contato**

A expressão ‘zona de contato’ é forjada por Pratt (1999) comutando a noção de contato da linguística, onde as línguas de contato são entendidas como formas de promover a comunicação, ainda que precária, entre povos de falas diferentes. Tais línguas, às vezes definidas como ‘criolas’ e tidas como transitórias, acabam por tornar-se o modo de falar de povos que viveram em situação de contato mesmo após a materialidade desse contato não existir mais. É interessante observar que Pratt e Cunha usam analogia com a linguagem para observar, respectivamente, a identidade étnica e as

zonas de contato. O que por sua vez também concorda com a ideia da perspectiva fluída dos itinerários de Clifford.

A Zona de Contato trata as diferenças com ênfase na produção e reprodução das diferenças no contexto “socialmente estruturado entre grupos que vêm sendo aglutinados em sua irremediável separação”.

Zonas de contato são espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação, onde estes encontros são marcados por diálogos provisórios e localizados entre os atores envolvidos (PRATT. 1999, p. 27).

Para este estudo, destaco três características da Zona de Contato, de Pratt. Primeiro, o fato do contato ser marcado pela assimetria de poder entre as partes. Segundo por ser o contato um fato consumado – um encontro indissolúvel em sua dimensão simbólica – cuja mesmo a origem não foi facultativa, sobretudo do lado mais fraco do encontro. O terceiro é a ideia de transculturação trabalhada por Pratt como fenômeno da zona de contato. Refere-se ao entendimento de que os grupos nativos em contato não são observadores passivos de um processo de aniquilação ou substituição de sua cultura tradicional, mas são agentes da seleção, a partir de interesses próprios, dos elementos da cultura do outro que serão adotados.

Assim, a transculturação descreve tanto as apropriações dos materiais nativos pelos europeus, quanto a forma dos colonizados de apropriar-se dos estilos imperiais a fim de construir modos próprios de representação. E esses modos próprios são absorvidos pelo olhar imperial e entendidos como originariamente europeu. A ideia de transculturação é ampliada por Cardoso de Oliveira pelo conceito de ‘fricção interétnica’, com o qual trabalharemos mais adiante.

O conceito de ‘Zona de Contato’ foi forjado no campo de estudo dos encontros entre o colonizador europeu e os nativos americanos, mais especificamente no estudo da literatura dos viajantes ao Novo Mundo, a partir do século XVIII. Usá-lo hoje é perceber que a dinâmica colonialista é persistente. E que olhar no passado as manifestações mais explícitas do fenômeno oferece bases para o entendimento de seus desdobramentos atuais.

### 1.2.3 Identidade indígena e a moral do reconhecimento

Anuindo e expandindo a perspectiva contrastiva da identidade dos autores referidos acima, Cardoso de Oliveira forja o conceito de ‘fricção interétnica’, que se torna um eixo de sua obra e de seguidores, como Oliveira e Athias. A ênfase ética da identidade dos povos nativos do Brasil amplia o tema e é particularmente relevante para as discussões e análises desta pesquisa.

A ideia de ‘moral do reconhecimento’, proposta por Cardoso de Oliveira (1976), considera a diferenciação de Honneth (2003) entre conhecimento e reconhecimento. Interessante notar que a comunicação de massa já aparece aqui como elemento capital no processo de reconhecimento para Honneth.

Se por ‘conhecimento’ de uma pessoa entendemos exprimir sua identificação enquanto indivíduo [...], por ‘reconhecimento’ entendemos um ato expressivo com o qual este conhecimento está confirmado pelo sentido positivo de uma afirmação. Contrariamente ao conhecimento, que é um ato cognitivo não público, o reconhecimento depende de meios de comunicação que exprimem o fato de que outra pessoa é considerada como detentora de um valor social. (HONNETH, 2003, p. 98)

Deixando por ora a questão da mídia, Oliveira (1976) ressalta o papel da alteridade na constituição identitária dos povos indígenas brasileiros. Temos nas seguintes palavras do autor um marcador teórico desta pesquisa.

Um indivíduo ou grupo indígena afirma a sua etnia contrastando-se com uma etnia de referência, tenha ela um caráter tribal (por exemplo, Terena, Tikuna, etc.) ou nacional (por exemplo, brasileiro, paraguaio, etc.). O certo é que um membro de um grupo indígena não tem sua pertinência tribal a não ser quando posto em confronto com membros de outra etnia. Em isolamento, o grupo tribal não tem necessidade de qualquer designação específica (OLIVEIRA, 1976, p. 36).

A etnicidade indígena, em particular, destaca-se por uma grande “distância cultural – ou *cultural gap* – entre o mundo indígena e a sociedade envolvente, hegemônica e dominante (...)” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005 p. 24). Embora pondere que “a partir dos anos 70 os índios e suas lideranças passaram a demandar um respeito às suas formas de ser – sua identidade e suas culturas tradicionais”, Cardoso de Oliveira avigora o componente étnico do estudo das identidades étnicas dos povos indígenas brasileiros, sobretudo no que concerne ao processo de reconhecimento.

Em ‘Os diários e suas margens: Viagem aos territórios Terenas e Tükunas’ Oliveira relata o contato com duas “categorias nativas” que “poderiam ser consideradas

sintomas dos sistemas de exploração econômica e dominação política que segmentos regionais da população brasileira exerciam (...): o bugre, entre os Terenas; e o caboclo, entre os Tükunas (2006, p. 25).

O caboclo pode ser visto (...) como o resultado da interiorização do mundo do branco pelo Tükuna (...) e O caboclo é assim, o Tükuna vendo-se a si mesmo com os olhos do branco, isto é, como intruso, indolente, traiçoeiro, enfim, como alguém cujo único destino é trabalhar para o branco. Parafraseando Hegel, poder-se-ia dizer que o caboclo é a própria “consciência infeliz”. Fracionada sua personalidade em duas, ela bem retrata a ambiguidade de sua situação total (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 25).

Das experiências de investigação sobre contato entre grupos indígenas e a sociedades envolventes, Cardoso de Oliveira nota três modelos identitários – três situações problemáticas recorrentes da identidade relacional do índio: primeiro, o tratamento distorcido, negativo no tratamento do índio pelas populações regionais mais próximas; segundo, a possibilidade de manipulação da identidade étnica por parte dos indígenas com fins de ganhos sociais; por fim, o significado superior que o índio atribui ao reconhecimento de si pelo outro.

Com base nas leituras de Athias (2006) e Cardoso de Oliveira (2006), podemos observar um pouco do que pensa e diz a sociedade nacional sobre o índio. A construção da imagem do índio, como uma espécie de adorno estético à identidade nacional, enquadrou-o em categorias estáticas e distorcidas, que se reproduzem no discurso do senso comum e da imprensa. Emprestamos mais uma vez a voz de Cardoso de Oliveira:

Em suma, se o preconceito sempre mostrou ser uma barreira ao pleno reconhecimento de identidades étnicas, seja como auto reconhecimento, seja como reconhecimento pelos outros, no que esse estado de coisas poderia afetar alguém, nas mesmas circunstâncias, em sua luta pela cidadania? Sob o manto protetor das políticas de Estado (no caso, as políticas indigenistas), não haveria uma demanda de caráter moral ou ético a orientar a formulação dessas políticas públicas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006 p.46).

Ao discorrer sobre legislação nacional e tratados internacionais aplicáveis aos povos indígenas “sobreviventes”, em especial quanto à territorialização, Athias (2007) realça a demanda por equalização da relação entre a identidade indígena e o discurso envolvente.

Somente a partir de um reconhecimento claro do fato que existem no Brasil vários grupos étnicos diferenciados, e conseqüentemente problemas diversos, que se pode chegar a uma política indigenista mais adequada para esses grupos. É admitindo a existência de etnias e sua especificidade que se pode tentar estabelecer uma política mais racional e reparar os desgastes já

causados pela insistência secular em considerar o índio como igual em todos os lugares. (ATHIAS, 2007, pg. 32)

Torna-se fundamental identificar quem é o outro e como este se porta em um mundo no qual as relações humanas e suas trocas simbólicas são cada vez mais mediadas por veículos de comunicação em massa e por meios eletrônicos, cujo alcance sobrepõe a territorialidade. Como veremos no próximo capítulo, o poder simbólico do jornalismo e da mídia em geral em sociedades complexas torna mais apertado o nó entre reconhecimento e identidade. Os equívocos do jornalismo passam a ser mais graves quando negam o reconhecimento da diferença e das singularidades dos povos indígenas. Prosseguimos à discussão do capítulo seguinte tendo isto em mente, a fim de aprofundar o olhar sobre o Jornalismo e suas atividades de mediação.

## 2 MEDIAÇÃO JORNALÍSTICA E MEDIAÇÃO SOCIAL

Neste capítulo apresento um diálogo e justaposições de ideias relacionadas ao jornalismo, enquanto mediação, e à mediação social. O objetivo é usar o contraste entre essas modalidades para identificar lacunas e deficiências na prática e na enunciação jornalística, e verificá-las nos dados coletados em campo.

Na zona de contato, o jornalismo vai capengar se estiver limitado à mediação utopicamente objetiva entre o fato e a notícia. Tampouco se basta em seu ofício mercuriano de carregar mensagens a um público carente por informação. O jornalismo, tal como observamos por meio de teorias e hipóteses – concebidas, sobretudo, empiricamente em contextos culturalmente mais homogêneos – encontra na zona de contato um paradigma fundamental. Enquanto zona de contato é um espaço de trocas simbólicas, que funciona como uma linguagem transicional e sincrética entre mundos distintos, o jornalismo é língua nativa de um dos lados.

Dois pontos sustentam esse entendimento: historicamente, o jornalismo tem berço e trajetória essencialmente ocidentais e está temporal e culturalmente localizado na modernidade; da perspectiva antropológica observa-se a possibilidade – e necessidade – de uma mediação entre as culturas em contato, de forma que a comunicação ocorra por meio do compartilhamento de códigos e valores.

Essa tensão pode ser a chave para entender muitos dos problemas relacionados à cobertura da questão indígena pela imprensa em Roraima, no Brasil e mesmo em outras partes do mundo. Também permite ensaiar propostas e direcionamentos para que o jornalismo se insira de maneira mais adequada ao já tenso diálogo intercultural na zona de contato.

### 2.1 JORNALISMO E OCIDENTE

Entre os historiadores não há consenso sobre um mito de origem ou evento fundador do jornalismo tal como o conhecemos hoje. Contudo, não se discute seu berço europeu<sup>1</sup>. Embora questione o caráter jornalístico de impressos como as gazetas<sup>2</sup> que circulavam em cidades mediterrâneas no século XVI e XVII. Munaro destaca que

---

<sup>1</sup> Mesmo aqueles que identificam na antiguidade elementos “pré-jornalísticos”, como Sousa (2008), apontam para experiências nas sociedades tidas como berços da cultura ocidental

<sup>2</sup> Tratavam-se de “papeis do rei, que contam com a benevolência da Corte para fazer transitar crônicas importantes para essa mesma Corte”.

publicações anteriores contribuíram para a criação de uma “cultura da notícia”, como nomeia Giovanni Gozzini (2011 apud MUNARO, 2014b). Sousa traz uma interessante leitura hermenêutica sobre esses textos:

A mais antiga folha volante de que há registo foi editada em Itália (Bolonha, 1470) e relatava a queda de Constantinopla e do Império Romano do Oriente (Império Bizantino), em 1453, e os subsequentes avanços dos turcos otomanos pelo Mediterrâneo oriental. Outras folhas faziam referência a fatos como a descoberta da América por Colombo (1493), a queda de Granada e a expulsão dos mouros de Espanha (1492), a queda de um meteorito em Ensisheim (1492) ou a entrada de Carlos VIII em Florença (1494). Outras ainda ofereciam informação comercial e política aos mercadores. Uma das primeiras folhas que subsistiu é a que narra a batalha de Flodden Field, em Inglaterra, datada de Setembro de 1513 e impressa por Richard Fawkes. Pode dizer-se, assim, que as notícias das folhas volantes já obedeciam a critérios de noticiabilidade idênticos aos contemporâneos, o que acentua a natureza cultural e histórica dos valores-notícia (negatividade, referência a fenômenos insólitos, novidade, referência a pessoas de elite, utilidade prática das informações, etc.) (SOUSA, s/d, pp. 59-60).

Seguindo os passos de Munaro (2015) – para quem a busca por uma gênese é uma pretensão com contornos mais teológicos que científicos – o jornalismo é, sobretudo, uma dádiva da formação de um espaço público na Europa, o que veio efetivamente a ocorrer no final do século XVII e início de XVIII. O jornalismo praticado hoje é resultado, portanto, da dispersão de práticas profissionais afins da França, Inglaterra, Holanda e Alemanha – as quais “forjaram estratégias discursivas para o delineamento de sua profissão” (MUNARO, 2015, p. 14). Logo, o conjunto de técnicas, valores, padrões estéticos e retórica conformam-se a partir desse contexto de mensagens e recepção, essencialmente ocidental.

Se admitirmos que o jornalismo depende de um público para se transformar, e que sua consolidação não é um processo autista, em que o jornalista emerge, como numa gênese espontânea, mas sim subsiste num processo dialético com a sociedade que fornece pautas e argumentos e constrói rituais de leitura, torna-se importante imaginar padrões normativos capazes de tornar a sua linguagem mais confiável (MUNARO, 2015 p. 10).

Assim, a linhagem do jornalismo situa-se não em um ponto, mas em um contexto: europeu, de ascensão burguesa, avanços da tecnologia de impressão e circulação, e, sobretudo, pelo surgimento de relativa liberdade de expressão, impressão e crítica. O jornalismo fez uma escala capital no Novo Mundo, sem que isso implicasse

em uma ruptura com seu espectro ocidental. A prática nos Estados Unidos, especialmente nos séculos XIX e XX, molda a estilística e a estética dos jornais atuais.

A matriz ocidental do jornalismo é demarcada por sua estética, discurso e valores, fortemente influenciados pelo pragmatismo, pelo desenvolvimento das tecnologias, pelas demandas do público, ora consumidor, e por rotinas produtivas de organização cartesiana, quase sempre apressadas. Então sua inserção na zona de contato, nu, tal como se observa nesta investigação, corre o risco de atuar como uma perniciosa reprodução de vícios coloniais. Contudo, por o jornalismo não ser um campo hermético e permitir, em alguma escala, a crítica e a reinvenção, é possível enxergar alguma claridade no horizonte.

## 2.2 DO FATO À NOTÍCIA

O jornalismo abarca um sem fim de definições, que vão desde a percepção deste como um conjunto de técnicas industriais e intelectuais às que têm o jornalismo como uma ciência autóctone. Não cabe a este estudo tentar solver questões deontológicas. A perspectiva de Benedeti (2009) contempla a percepção proposta por esta pesquisa:

O jornalismo é uma atividade de mediação de conhecimento fundamentada em compromissos éticos, socialmente institucionalizados, e realizada por meio de uma linguagem específica que reconstrói, com base em significações compartilhadas pela sociedade, os recortes da realidade atual (BENEDETI, 2009, p. 50).

A mediação do fato à notícia se dá no epicentro dos conflitos intrínsecos do jornalismo. Ele atende ao interesse público por meio de execução privada; constitui-se em uma instituição social com a concretização por meio de organizações empresariais; relaciona-se simultaneamente com cidadãos (público) consumidores (audiência); tem de um lado o anelo por transparência e verdade e, do outro, a lida com a aparência do mundo; pretende ser exato e preciso, contudo, baseia-se no trabalho sob pressão temporal; se divide entre a atuação no senso comum e a possibilidade da exposição do dissenso.

Quanto à dimensão deontológica do jornalismo, Traquina (2012) entende que, enquanto disciplina, o estudo do jornalismo e da mídia é apenas um segmento reduzido dentro do difuso campo da comunicação social, que por sua vez compete por espaço de maneira desigual com disciplinas mais tradicionais



entre as ciências humanas. Porém, sob a perspectiva do poder simbólico, o jornalismo é uma atividade intelectual que se configura como um campo intelectual poderoso, que frequentemente se sobrepõe às demais ciências, na difusão do conhecimento e do que é tido por realidade.

Traquina toma por base a crítica de Bourdieu (1997) à concorrência do jornalismo no campo intelectual, onde teria um caráter monopolizador.

A existência de um campo implica a existência de um número ilimitado de agentes sociais (jogadores) que querem mobilizar o jornalismo como recurso para as suas estratégias jornalísticas; um *enjeu* ou prêmio que os ‘jogadores’ disputam, as notícias; e um grupo especializado, isto é, profissionais do campo, que reivindicam possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados, nomeadamente o que é notícia e sua construção (TRAQUINA, 2012, p. 24).

Bourdieu define campo como “um espaço social estruturado, um campo de forças”, com dominantes e dominados. O interior desse espaço é marcado pelas relações de desigualdade e pelas lutas para transformar ou conservar esse campo de forças” (BOURDIEU, 1997, p. 57).

O campo jornalístico constituiu-se como tal, no século XIX, em torno da oposição entre os jornais que ofereciam antes de tudo ‘notícias’ de preferência ‘sensacionais’ ou melhor ‘sensacionalistas’, e jornais que propunham análises e ‘comentários’, aplicados em marcar sua distinção com relação aos primeiros afirmando abertamente valores de ‘objetividade’; ele é o lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares, concedido aos que reconhecem mais completamente os ‘valores’ ou princípios internos e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, de leitores, de ouvintes ou de espectadores, portanto na cifra de venda (Best-sellers) e no lucro em dinheiro, sendo a sanção do plebiscito, nesse caso, inseparavelmente um veredito do mercado (BORDIEU, 1930, p. 105).

Seguindo a trilha aberta pela apreciação de Bourdieu, Traquina identifica no campo jornalístico a existência de dois polos: o positivo ideológico e o negativo econômico. No ideológico, o jornalismo funciona como um serviço público, que leva informações necessárias para a cidadania e também protege a sociedade dos abusos de poder dos governantes. No econômico, está associado

ao cheiro do dinheiro e a práticas como o sensacionalismo, em que o principal intuito é vender o jornal/telejornal como um produto que agarra os leitores/ouvintes/ à audiência, esquecendo valores associados à ideologia profissional (TRAQUINA, 2012, p. 27-28).

Estas considerações sobre o campo jornalístico são o alicerce para avançarmos para o estudo da matéria-prima do jornalismo: a notícia. Passamos, então, a

(...) ver as notícias como uma ‘construção’ social, o resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol das suas estratégias de comunicação, e os profissionais do campo, que reivindicam o monopólio de um saber, precisamente o que é notícia’. (TRAQUINA, 2012, p. 28)

Tendo em mente a ideia de campo simbólico, trataremos de três hipóteses fundamentais das teorias do jornalismo. Primeiro, a hipótese do agendamento, ou *agenda setting*, que pode ser entendida como a capacidade da agenda da mídia de se “constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social” (HOHLFELDT, 1997). Em seguida, as teorias do *gatekeeper* e do *newsmaking*, cujo foco recai sobre o jornalista como agente definidor do que será notícia. São os jornalistas que, segundo Bourdieu (2012, p. 29), partilham estruturas invisíveis, ou óculos, cujas lentes permitem a visão de umas informações e não de outras.

### 2.3 PODE O RABO ABANAR O CACHORRO?

A pergunta deste título refere-se à relação paradoxal entre representação e realidade, que o Jornalismo especificamente encarna nos processos de produção da notícia. Ao mesmo tempo em que codifica e socializa os fatos por meio de textos, sons e imagens, em certa medida a notícia define o que é a realidade para o público que a consome. Quando prevalece este segundo aspecto diz-se desta inversão – especialmente no jornalismo estadunidense – que o rabo abana o cachorro (*tail wagging the dog*). Não se pretende resolver aqui o paradoxo, mas destacar a dupla face da notícia e o poder simbólico do Jornalismo.

Enquanto terreno de pesquisa, a hipótese do agendamento, ou *agenda setting*, revela a pujança do campo jornalístico. Considerar que as notícias e coberturas veiculadas pautam prioridades, temas e conteúdo das interações entre os indivíduos corrobora com a crítica de monopólio intelectual traçada por Bourdieu.

No campo das teorias da comunicação, a hipótese do agendamento surge no contexto dos estudos voltados para os efeitos de longo prazo das mensagens mediadas pelos comunicadores de massa. Antes, as duas principais formulações teóricas, surgidas na primeira metade do século XX, tratavam dos efeitos mais imediatos das mensagens, com ênfase na relação direta entre a mensagem e a massa receptora.

A teoria hipodérmica, também conhecida como teoria da bala mágica, trata os indivíduos como átomos isolados que reagiam de maneira uniforme, em massa, às mensagens geradas pela mídia, independente de suas características sociais, psicológicas e culturais. Assim, a mensagem era vista como um remédio injetado em um receptor passivo ou como um projétil disparado uma única vez, que atingia igualmente todos os indivíduos da massa. Essa perspectiva teve como principal motivação compreender os efeitos da propaganda de guerra. Ao criticar a teoria hipodérmica e avançar no campo da recepção particularizada, Lasswell propôs a sistematização orgânica da comunicação de massa.

(...) uma forma adequada para se descrever um acto de comunicação é responder às perguntas seguintes: quem / diz o quê / através de que canal / com que efeito? O estudo científico do processo comunicativo tende a concentrar-se em uma ou outra destas interrogações” (LASSWELL, 1946, apud WOLF, 2001, p. 29).

Ao passo que a organização de Lasswell avançou o estudo da comunicação em massa para o que se conhece como teoria dos efeitos limitados, a hipótese do agendamento orientou o prumo das investigações para o efeito cumulativo. A hipótese do agendamento formulada entre o final dos anos 1960 e os anos 1970<sup>3</sup>, se ateve à influência, em vez da persuasão da mídia de massa. Em certa medida, foi a reverberação no campo do jornalismo da teoria da opinião pública de Lippmann, publicada pela primeira vez em 1922.

Para Lippmann, nossa relação com a realidade não se dá de maneira direta. Ou melhor, embora ela ocorra de modo direto, a percepção que dela temos não é direta, mas sim mediada por “imagens que formamos em nossa mente”. Desta forma, percebemos a realidade não enquanto tal, mas sim enquanto a imaginamos (HOHLFELDT, 2003, p. 192).

---

<sup>3</sup> A obra dos principais formuladores da hipótese do agendamento, Maxwell McCombs e Donald Shaw, não foi integralmente traduzida para o português, embora seja relativamente fácil o acesso aos originais em língua inglesa. Quatro autores em língua portuguesa trabalham o ‘*agenda setting*’: os portugueses Nelson Traquina e Mauro Wolf, e os brasileiros Antonio Hohlfelt e Clóvis Barros Filho, este aluno de McCombs.

Filho (1995, p. 169) explica o agendamento como "um tipo de efeito social da mídia. É a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá" (FILHO, 1995, p. 169). A proposição de Shaw, selecionada na obra de Wolf, destaca que

(...) em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas» (SHAW, 1979, apud WOLF, 2001, p.144).

O agendamento da mídia se constitui como hipótese e não teoria por “não se tratar um paradigma fechado, um modo acabado e, neste sentido, infenso a complementações ou conjugações” (HOHLFELT, 2003).

No estado actual, a hipótese do *agenda-setting* é, portanto, mais um núcleo de temas e de conhecimentos parciais, susceptível de ser, posteriormente, organizado e integrado numa teoria geral sobre a mediação simbólica e sobre os efeitos de realidade exercidos pelos *mass media*, do que um modelo de pesquisa definido e estável. Este aspecto associa-se à segunda observação: esta hipótese sobre as influências a longo prazo é um bom terreno de integrações com outras tendências de pesquisa. (WOLF, 2001, p. 145).

Para Pena “a ação da mídia no conjunto de conhecimentos sobre a realidade social forma a cultura e age sobre ela” (2013, p. 145). O agendamento se dá por meio de três processos elementares:

Acumulação: é a capacidade da mídia para criar e manter relevância de um tema.

Consonância: as semelhanças nos processos produtivos de informação tendem a ser mais significativas do que as diferenças.

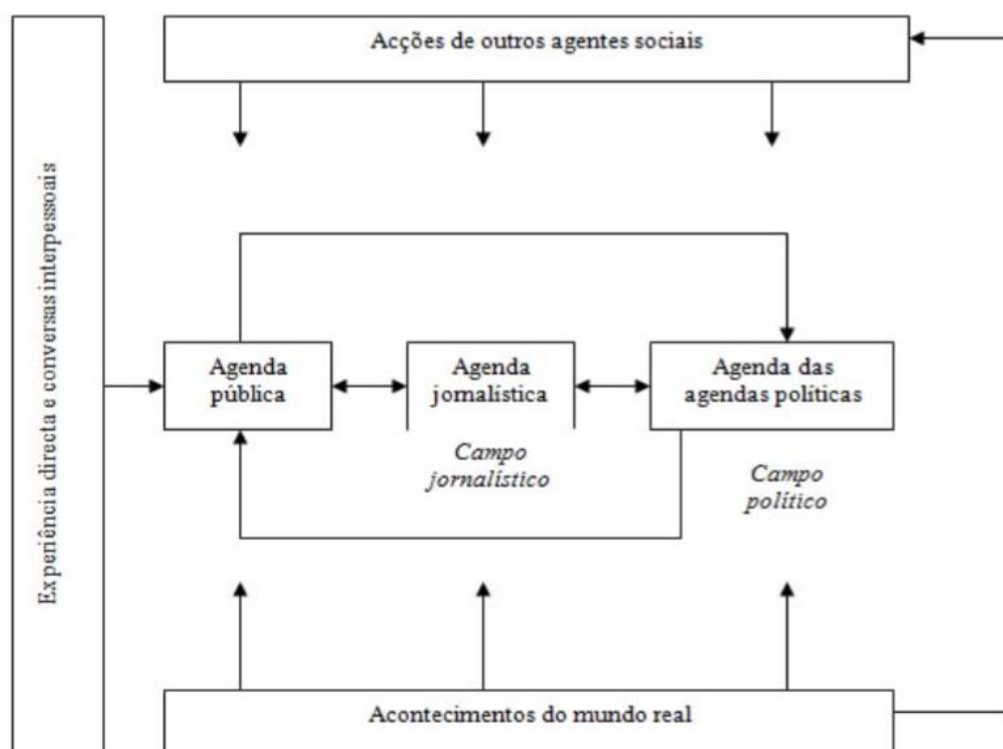
Onipresença: o fato da mídia estar em todos os lugares com o consentimento do público, que conhece sua influência (PENA, 2013, p. 145).

Sousa (2008) destaca que “as notícias contribuem para alimentar a lista de temas que, durante determinado tempo (time frame), fazem parte das preocupações públicas e políticas” (SOUSA, 2008, p. 9). Assim, a agenda da mídia também influencia a agenda política. Sousa (2008) aponta que a hipótese do agendamento reúne investigações sobre três eixos do processo de comutação social da agenda midiática.

1. O estabelecimento das pautas, ou seja, da agenda mediática, revelada nos conteúdos;
2. Os assuntos que preocupam o público e sobre os quais este conversa e sobre a importância relativa que o público concede a cada um dos temas inscritos na sua agenda;
3. A agenda política (SOUSA, 2008, p. 10).

Sousa (2008) ilustra a percepção de Traquina quanto ao agendamento. No modelo percebe-se que “as diferentes agendas se inter-influenciam, sendo permeáveis, ademais, aos acontecimentos do mundo real, que também influem nas acções dos diferentes agentes sociais” (SOUSA, 2008, p. 10). O modelo ilustra o conceito de campo político e de campo jornalístico de Bourdieu, enquanto espaços de negociações, relações e tentativas de domínio e influências entre diferentes agentes, conforme tratado no início deste capítulo.

Figura 1 - Modelo *agenda setting*



Fonte: SOUSA (2008)

(<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf>)

Estudos de campo contemporâneo têm demonstrado que a hipótese do agendamento é um bom prumo, embora não tenha resultado num método próprio. A

ideia do agendamento ampliou o olhar das teorias da comunicação, do foco eminentemente quantitativo ao de uma observação representativa.

Repousa nessa hipótese uma dúvida incômoda: a realidade gera notícias, ou são as notícias que criam a realidade percebida. Nesta lacuna teórica é que se dá o encontro de mundos observado por este estudo. Isso problematiza o que já era suficientemente problemático até aqui. Sem encontrar soluções prontas, a alternativa é buscar elaborar as perguntas certas.

Para tanto, tomamos duas faces distintas (e complementares) da observação científica sobre a notícia. A teoria do *gatekeeper* é um olhar inicialmente quantitativo sobre a relação entre volume e conteúdo das informações que são transformadas em notícia ou descartadas pelos jornalistas. A teoria do *newsmaking* busca identificar os valores por trás dessa seleção.

#### 2.4 GUARDIÕES DO PORTÃO E ARTÍFICES DA REALIDADE

Afinal, o que é notícia? O que define a matéria prima do jornalismo? Por que um fato se torna notícia e outro não? “Notícia é tudo aquilo que jornalistas definem como tal”, sintetiza Gieber (1964, p. 175). Para ele, que foi um dos primeiros teóricos da teoria do *gatekeeper*, a notícia é, sobretudo, uma convenção estabelecida por seu produtor. Entre a retórica de Traquina (2012) ‘Porque as Notícias são como são’ e a aparentemente pouco inspiradora resposta de Gieber, existe uma densa discussão científica e filosófica, muito bem resumida por Quadros e Sponholz (2016), de quem seguimos os passos no parágrafo a seguir.

Para Graber (1989) o círculo daqueles que decidem o que é notícia é maior. A construção da notícia se dá a partir da interação entre o jornalista e as suas fontes. Nessa perspectiva, os fornecedores de informação são personagens cruciais na definição do que deve receber a atenção da mídia. Sigal (1986) defende que notícia não é o que jornalistas definem, mas sim o que as suas fontes dizem, invertendo a lógica de Gieber. A notícia sofre ainda a influência das organizações midiáticas, das rotinas produtivas e das regras jornalísticas. Do ponto de vista da teoria do conhecimento, “notícia são o resultado do processamento de informações advindas da realidade social de acordo com regras jornalísticas e são, portanto, partes constituintes da realidade midiática que o jornalismo produz”. (QUADROS; SPONHOLZ, 2006, p. 4). Outra perspectiva

particularmente relevante para esta investigação é a análise de Bárbara Baerns (1985, apud QUADROS; SPONHOLZ, 2006), que após observação das notícias políticas em Nordrhein-Westfalen, o estado mais populoso da Alemanha, verificou que dois terços das notícias tinham como fontes assessorias de imprensa. Estudos do tipo no Brasil apontam resultados semelhantes. Essa hipótese é observada na análise de conteúdo deste estudo.

A teoria do *gatekeeper* é resultado das primeiras tentativas de entender e sistematizar a notícia. Trata-se essencialmente de uma metáfora da prerrogativa do jornalista de atuar como seletor no canal de comunicação entre o fato em si e o receptor. Pena (2013, p. 133) sintetiza que diante de um grande número de acontecimentos, só viram notícia aqueles que passam por uma cancela ou portão (*gate* em inglês). E quem decide isso é uma espécie de porteiro ou selecionador (o *gatekeeper*), que é o próprio jornalista.

O conceito de *gatekeeper* originalmente foi cunhado pelo psicólogo Kurt Lewin, desenvolvido em um estudo de 1947 sobre problemas ligados à modificação de hábitos alimentares. Lewin identificou canais por onde flui uma sequência de comportamentos, e identificou neles zonas de filtro, que “são controladas por sistemas objectivos de regras ou por *gatekeeper*” (WOLF, 2001, p. 180).

No caso do jornalismo, há um indivíduo, ou um grupo, que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia. Os portões “são regidos por regras imparciais ou por um grupo com poder de tomar a decisão de ‘deixar entrar’ ou ‘rejeitar’ uma notícia” (WHITE, 1999, p.142)

White (1950) utilizou este conceito para estudar o desenvolvimento do fluxo de notícias dentro dos canais organizativos dos órgãos de informação e, sobretudo, para individualizar os pontos que funcionam como «cancelas» e que estabelecem que a informação passe ou seja rejeitada. O estudo de um caso - a observação da forma como procede Mr Gates, um jornalista com 25 anos de experiência, que trabalha numa cidade do Midwest de 100 000 habitantes e que tem a função de seleccionar, de entre a grande quantidade de despachos de agências que chegam todos os dias, as notícias a publicar no jornal - permite compreender como se desenrola o processo de selecção, quer quantitativa, quer qualitativamente. Cerca de nove despachos de agências, em dez, são eliminados e só um em dez descobre o caminho para aparecer como notícia, no jornal. (WOLF, 2001, p. 145)

Das 1333 justificativas para a não publicação de informações como notícia, cerca de oitocentas referiam-se à falta de espaço no jornal, outras trezentas seriam conteúdos repetidos ou sobrepostos a outros selecionados, ou ainda sem valor

jornalístico, e 76 estariam fora do interesse do jornal. (WOLF, 2001 p. 146). White observou, quanto às decisões de Mr. Gates, que “a comunicação é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (WHITE, 1950, apud TRAQUINA, 1999, p. 142). O tempo é um vetor fundamental: “quanto mais tarde do dia chegavam as notícias, maior era a proporção de anotação ‘sem espaço’ ou ‘não serviria’ (WHITE, 1950, apud TRAQUINA, 1999, p.145).

A utilização dos gates nas redações, se transforma em instrumento de controle social da informação: O gatekeeping no mass media inclui todas as formas de controle da informação, que podem estabelecer-se nas decisões acerca da codificação das mensagens, da seleção, da formação da mensagem ou das componentes (DONOHUE; TICHENOR; OLIEN, 1972, apud WOLF, 2001, p. 146).

O estudo do *newsmaking*, ou fazedores de notícia, em tradução livre do autor, surge em torno dos *gatekeeper*, tratando dos valores envolvidos com o processo de seleção de informações. A ênfase do *newsmaking* recai sobre a potencial transformação dos acontecimentos cotidianos em notícia. Portanto, tem a atenção centrada especialmente no emissor, “no caso o profissional da informação, visto enquanto intermediário entre o acontecimento e sua narrativa, a notícia (...)” (HOHLFELT, 2003, p. 203). Diferente do caráter quantitativo dos estudos do *gatekeeper*, os principais propositores do *newsmaking*, como Golding e Elliott, utilizaram a observação participante como metodologia de pesquisa.

Os dados são recolhidos pelo investigador presente no ambiente que é objecto de estudo, quer pela observação sistemática de tudo o que aí acontece, quer através de conversas, mais ou menos informais e ocasionais, ou verdadeiras entrevistas com as pessoas que põem em prática os processos produtivos (WOLF, 2001, p. 186).

Golding e Elliott (1979 apud WOLF, 2001) retomam a discussão do agendamento, ao introduzir o que é questão central do *newsmaking*: “Que imagem do mundo fornecem os noticiários televisivos? Como se associa essa imagem às exigências quotidianas da produção de notícias, nos organismos radio televisivos?”.

Estas perguntas definem o âmbito e expõem os problemas de que se ocupa a abordagem do *newsmaking*. Essa abordagem articula-se, principalmente, dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos. As conexões e as relações existentes



entre os dois aspectos constituem o ponto central deste tipo de pesquisa (WOLF, 2001, p. 186).

A cultura profissional pode ser definida como um conjunto de “retóricas e táticas, códigos, estereótipos e símbolos relativos aos meios de comunicação de massa, que criam e mantêm paradigmas profissionais e auto-imagem” (HOHLFELT, 2003, p. 208). São as convenções de organização deste trabalho que vão definir o que é notícia e legitimá-las. Daí emana o conceito de noticiabilidade:

A noticiabilidade é um conjunto de regras práticas que abrange um *corpus* de conhecimento profissional que, implícita e explicitamente, justifica os procedimentos operacionais e editoriais dos órgãos de comunicação em sua transformação dos acontecimentos em narrativas jornalísticas. Reúne o conjunto de qualidades dos acontecimentos que permitem uma construção narrativa jornalística e que os recomendam enquanto informação jornalística. (HOHLFELDT, 2001, p.209)

Embora tal percepção não forneça uma resposta hermética ao conceito de notícia, oferece um caminho bem pavimentado para o entendimento do processo de noticiar:

O acontecimento se transforma em notícia quando, trabalhado pelo órgão de informação, entra na agenda do público receptor. (...) Noticiar é um processo organizado que implica uma perspectiva prática dos acontecimentos, uma série produtiva que vai da pragmaticidade à factibilidade, num processo múltiplo de descontextualização e recontextualização de cada fato, enquanto narrativa jornalística. A noticiabilidade está regrada por valores-notícia, conjunto de elementos e princípios através dos quais os acontecimentos são avaliados pelos meios de comunicação e seus profissionais em sua potencialidade de produção de resultados e novos eventos, se transformados em notícia (HOHLFELDT, 2001, p. 208).

As qualidades dos acontecimentos noticiáveis são chamadas pelos autores do *newsmaking* como ‘valor-notícia’. Estes seriam “quase infinitos” (HOHLFELDT, 2001, p. 209). As listas dos valores-notícia variam bastante de acordo com seu autor, embora a fundo tenham essencialmente muitas semelhanças e intercessões.

Silva (2004, p.102-103) aponta os valores-notícia observados por vários pesquisadores do tema, dos quais selecionamos três cujo trabalho tem por objeto o jornalismo brasileiro.

**Erbolato:** proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura/conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial, oportunidade, dinheiro, expectativa ou suspense,

originalidade, culto de heróis, descobertas e invenções, repercussão, confidências.

**Chaparro:** atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, consequências, curiosidade, dramaticidade, surpresa.

**Lage:** proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo, identificação humana (SILVA, 2004, p.103).

Para Wolf (2001), os valores-notícia organizam-se de acordo com sua derivação de pressupostos implícitos ou de considerações relativas: às características substantivas das notícias; ao seu conteúdo; à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; ao público e à concorrência:

1) **Categorias substantivas**, ligadas ao acontecimento em si e seus personagens. Tratam de importância, interesse do público, capacidade de entretenimento, interesse humano e composição equilibrada do noticiário;

2) **Categorias relativas à notícia enquanto produto**, que dizem respeito a atributos como a brevidade, condição de desvio da informação, atualidade, qualidade e equilíbrio;

3) **Categorias relativas aos meios de comunicação**, que têm a ver com a quantidade de tempo para a veiculação da informação, como a relação entre conteúdo visual e textual, frequência da cobertura e formato;

4) **Categorias relativas ao público**, que se referem à imagem que o profissional e o veículo têm diante de seu público, como a estrutura narrativa e a protetividade;

5) **Categorias relativas à concorrência**, que são as decisões empresariais buscando, sobretudo, antecipar as informações. Nesta categoria enquadram-se os valores ligados à exclusividade ou ‘furo’, geração de expectativas entre concorrentes, desencorajamento sobre inovações e o estabelecimento de padrões profissionais.

Em vez de uma reificação acrítica, pensar na noticiabilidade enquanto valor nos impõe considerar todos os atributos dos valores envolvidos nas relações sociais, sobretudo, em nosso caso, se pensarmos na zona de contato. Hall observa que os valores-notícia traçam um mapa cultural. Assim, “operam como estrutura de retaguarda social, profunda e escondida, e requerem um conhecimento consensual sobre o mundo”. (PONTE, 2004, p. 114). Não há neutralidade ou naturalidade neles: “eles formam um código que vê o mundo de uma forma muito particular (peculiar até). Os valores-notícia são, de fato, um código ideológico” (TRAQUINA, 2008, p. 115-116).

## 2.5 MEDIAÇÃO SOCIAL

Falar em mediação social logo após tratar da mediação jornalística pode ser uma armadilha semântica, assim como vimos na diferença entre campo de estudo e campo na perspectiva simbólica de Bourdieu. Embora se possa pensar em intersecções possíveis, é justamente o contraste que nos interessa. Enquanto a mediação jornalística refere-se fundamentalmente a um processo intelectual e industrial de representação simbólica de um fato a fim de comunicá-lo a um público, geralmente massificado, a mediação social é um campo bastante abrangente.

A condição humana é alcançada por mediações, isto é, pela integração do homem a universos de significações específicas, operação pela qual ele, assumindo sua capacidade comunicativa, toma distância em relação à sua individualidade e reconhece sua singularidade. Como o comportamento dos indivíduos é sempre resultado da pré-compreensão simbólica do mundo social, todos os atos de conhecimento pressupõem, necessariamente, mediações, ao mesmo tempo constitutivas da construção e da reconstrução da vida social (NEVES, 2008, p. 21).

Neves (2008) pontua que nas sociedades complexas, há aspectos da vida que se constroem a partir do estabelecimento de fronteiras simbólicas entre campos determinados de relações, que guardam quase sempre a expressão de contraposições básicas, e que “exprimem diferenciações de saberes e competências, de identidades sociais, de mentalidades e valores, de visão de mundo e de abrangência da rede de relações” (NEVES, 2008, p. 25).

Neves (2008) identifica a mediação como uma relação dialética que atende a dois requisitos: a colocação, em relação de dois termos, de um terceiro, o mediador, em razão da impossibilidade de estabelecer uma relação imediata, e o engendramento recíproco de três termos empregados no processo de criação contínua.

Velho (2001) aponta que na sociedade moderno-contemporânea, “a construção do indivíduo e de sua subjetividade se dá através de pertencimento e participação em múltiplos mundos sociais e níveis de realidade”. Assim o indivíduo, como unidade mínima, circula e produz “domínios socioculturais mais diferenciados” (VELHO, 2001, p. 16). Esse indivíduo viaja entre mundos distintos, sem necessariamente deslocar-se físico-geograficamente, em um trânsito entre “sub-culturas e mundos”. Desse modo, a ideia da viagem como desbravamento de novos mundos e abertura de fronteiras

permanece no seio dessas sociedades por meio da possibilidade de trânsito cultural de seus indivíduos.

Velho (2001) enxerga no contexto metropolitano, culturalmente fragmentado, uma figura de contato, um ente que trafega entre diferentes lados das fissuras sociais: os mediadores, ou *go-between*.

Os indivíduos, especialmente em meio metropolitano, estão potencialmente expostos a experiências muito diferenciadas, na medida em que se deslocam e têm contato com universos sociológicos, estilos de vida e modos de percepção da realidade distintos e mesmo contrastantes. Ora, certos indivíduos mais do que outros não só fazem esse trânsito mas desempenham o papel de mediadores entre diferentes mundos, estilos de vida e experiências" (VELHO, 2015, p.20)

As ideias de Velho permitem uma reflexão preliminar de que a figura do mediador não se aplica ao jornalista de uma forma geral, já que este representa valores e códigos de um contexto cultural específico e demonstra enorme dificuldade de trânsito entre os mundos. Essa justaposição ajuda a tecer uma crítica mais específica e com efeitos propositivos sobre o jornalismo na zona de contato.

Para entender a mediação, é fundamental conhecer o caráter das diferenças, que são criadas pelo que DUARTE (2001) chama de “grande divisor” – práticas segregacionistas inerentes e naturalizadas pelas sociedades mais complexas.

(...) a relação entre as duas metades do “grande divisor” é sempre hierárquica, uma superior em relação à outra. Elas nunca têm uma relação de igualdade, em nenhuma circunstância das situações históricas da nossa cultura. (DUARTE, 2001, p. 131)

O caráter hierárquico e político dessa grande divisão é bastante aplicável ao contexto da relação entre os povos indígenas e a sociedade envolvente. Duarte destaca que o o trânsito entre os mundos depende de poder, o que confere ao mediador um perfil xamânico, de cura e renovação.

Essa capilaridade, essa mediação, parece operar trazendo alguma coisa de baixo para cima - ou, pelo menos, ela é assim mais freqüentemente descrita. Há uma busca, uma espécie de viagem sempre meio xamânica (...) de uma ida ao antro externo, de onde, de alguma maneira, se trazem os sinais de vida renovados. É a busca de um fogo revitalizador. (DUARTE, 2001, p. 131)

A mediação costuma ocorrer em mão única. Duarte traz o exemplo da trabalhadora doméstica, que conhece, vivencia e pode assimilar os hábitos e valores da

casa do patrão, embora o patrão desconheça o contexto de vida de sua funcionária. Porém, a mediação pode percorrer o caminho inverso, se considerarmos a questão das classes sociais. Um exemplo dado são jovens de classe média que frequentam as quadras de escolas de samba e envolvem-se com seus rituais e hábitos<sup>4</sup>.

Portanto, nesses exemplos, há um claro movimento de aproximação entre tradições distintas dentro da sociedade. Existem redes de relações sociais e fluxos de informações que permitem esses contatos e diálogos que não apagam, mas são paralelos à desigualdade econômica e da distribuição de poder. Na realidade, nesses encontros são valorizados temas e conjuntos de interesses que são capazes de gerar fontes de prestígio e honra social, além de possíveis canais de mobilidade social. (VELHO, 2001, p. 9)

Velho (2001) ressalta que o conflito é uma possibilidade permanente. A interação não é sinônimo de relação pacífica e harmoniosa, “pois a própria diferença implica possibilidade de contradição” (VELHO, 2001, p. 9). A mediação ocorre visando a interesses e objetivos materiais e imateriais de ambos os lados, em um contínuo processo de negociação da realidade, que tem como referência sistemas simbólicos, crenças e valores. “A mediação é uma ação social permanente, nem sempre óbvia, que está presente nos mais variados níveis e processos interativos (2001 p.10). Tal consideração abre espaço para tratarmos como mediadores os indivíduos, povos e movimentos indígenas quando se envolvem em etapas da produção jornalística.

No contexto de intensa fragmentação e segregação sociocultural da sociedade contemporânea, a função dos mediadores é acelerar a comunicação, atuando como “intermediários entre mundos diferenciados, tradutores das diferenças culturais”(2001 p.9).

A possibilidade de lidar com vários códigos e viver diferentes papéis sociais, num processo de metamorfose, dá a indivíduos específicos a condição de mediadores quando implementam de modo sistemático essas práticas. O maior e o menor sucesso de seus desempenhos lhes dará os limites e o âmbito de sua atuação como mediadores. (VELHO, 2001 p. 10)

Pensando mais especificamente na relação dos povos indígenas brasileiros com a sociedade nacional e o Estado, Valle (2015, p. 32) aponta para uma possibilidade de um agente externo atuar como mediador. Valle destaca a obra de Cardoso de Oliveira, que na década de 1960 identificava a existência de “agentes interculturais”, que mais do que simples elementos de comunicação intercultural, “podem ser também em determinadas

---

<sup>4</sup> A arte é um canal por meio do qual a mediação ocorre com bastante frequência. O samba que desceu o morro, o baião de Luiz Gonzaga, que ganhou os salões da Zona Sul do Rio, são alguns exemplos.

situações de contato componentes da estrutura de poder e de liderança do sistema interétnico” (OLIVEIRA, 1976, p.93). A pesquisa de Oliveira nesse contexto indicava a importância de considerar e compreender as formas de mediação, no contexto de “fricção interétnica”. Por sua vez, Oliveira (1979) contempla a heterogeneidade social interna dos grupos étnicos: “o problema é o de como descrever e encarar teoricamente os indivíduos e grupos não indígenas que intervêm na situação de contato” (OLIVEIRA, 1979, p. 49).

Pelo ofício de escrever sobre o mundo, ao jornalista na zona de contato é posto atuar como mediador entre os povos indígenas e a sociedade envolvente. O ponto de tensão é a sua competência em transcender a estrutura ocidental do jornalismo a ponto de partilhar e promover a comutação de símbolos e valores do ‘outro lado’ com seu público.

## 2.6 MEDIAÇÃO POSSÍVEL

A distância entre a mediação jornalística e social pode ser explicada pelas diferenças de comunidade e sociedade, em Tönnies (MELLOR, 1984). O autor distingue *gemeinschaft*, as comunidades integradas tradicionais, de *gesellschaft*, as sociedades modernas, impessoais e de crescente diferenciação social. A comunidade tem por base de suas relações os laços de sangue, as relações primárias, o consenso e um rígido controle social. Por sua vez, a sociedade tem por marca as relações secundárias, envolvidas por convenções, anonimato, troca de equivalentes”. Portanto, na sociedade a comunicação entre seus entes é sempre mediada, como observamos em Lipmann. Morin ressalta que

Um acontecimento só existe socialmente se for comunicado, transmitido aos outros. Informar é recortar fragmentos da realidade, organizá-lo de alguns critérios ou normas pré-estabelecidas e fazê-los chegar ao maior número de pessoas. A televisão é meio mais privilegiado de conferir existência à realidade (MORIN, 1990, p. 72).

Na zona de contato pesquisada estão dispostas comunidades indígenas envolvidas por uma sociedade nacional. Ocorre que o jornalismo, que tem um papel capital na sociedade envolvente, permeia os espaços simbólicos das comunidades onde as relações primárias predominam. A trama entre imagem e identidade étnica é o *front* desta incursão. Sem um esteio de boas informações e de fontes qualificadas, o jornalista

acaba sendo um mediador social limitado pelas estruturas de operação do Jornalismo, mesmo quando escreve um bom texto noticioso. Nessa tensão, os jornalistas indígenas envolvidos no processo de produção das notícias nas redações ou que atuam como assessores de imprensa de instituições indígenas já se apresentariam como mediadores sociais eficientes. Contudo, ainda se trata de um número muito reduzido de profissionais com esse perfil.

Não que o jornalismo seja incapaz de atuar na zona de contato. Trata-se de se pensar em maneiras de envolver mediadores sociais eficientes e confiáveis no processo. As etapas de pauta e produção da notícia, anterior às entrevistas e à redação, são cruciais. Porém, destaca-se a escolha de fontes como fator capital para suprir a falta de fluidez e trânsito social do jornalista. A quase total ausência de fontes antropológicas observada em nossa análise – cujos dados estão reunidos no capítulo 4 – demonstra um caminho contrário e preocupante.

### 3 DOS OLHOS DO IMPÉRIO ÀS NOSSAS FALAS DURAS

A cobertura jornalística das notícias que envolvem os povos indígenas é, por si, um encontro secular que transcende ao quadro geográfico e temporal observado por este estudo e encarna elementos de um choque de mundos, cujas ondas reverberam desde que os primeiros pés colonizadores tocaram a terra firme na América. Os povos indígenas em Roraima são herdeiros legítimos, por parentesco e direito, daqueles que habitavam essas terras nos tempos pré-colombianos. Por sua vez, o jornalismo, com o DNA do ocidente, oscila entre o perigo de ser representante e replicador das narrativas coloniais que conformaram a percepção dos povos nesse novo mundo colonizado e o potencial de atuar como vetor fundamental dessa reconfiguração.

As narrativas sobre os povos indígenas, por parte de europeus e posteriormente americanos descendentes, iniciam-se no século XVI marcadas pelo olhar mitológico e seu absoluto distanciamento da realidade; passam por revisões religiosas, pela curiosidade científica de cunho naturalista, e persistem até hoje na apropriação da imagem do índio a serviço de interesses políticos, nacionalistas, identitários e econômicos.

Hoje, sobretudo por causa da mobilização política dos povos indígenas no Brasil a partir dos anos 1970 (ATHIAS, 2007), podemos observar um cenário sensivelmente diferente. Longe do equilíbrio ideal entre o volume das vozes, as narrativas e discursos não são mais tecidos apenas em um dos lados dessa trama. Embora seja possível observar algum intento dialógico no jornalismo, as notícias costumam evitar a intertextualidade, como veremos no Capítulo 4.

#### 3.1 NARRATIVAS FORASTEIRAS: DOS MATUIÚ AO CAPITALISMO

O título deste capítulo reúne as extremidades do encontro. De Pratt (1999, p.12) – de quem também emprestamos a expressão ‘zona de contato’ no título desta pesquisa – adotamos a ideia de ‘olhos do império’, como expressão da busca por dominação ideológica pela metrópole, por meio da literatura e da ciência, a fim de construir uma consciência global eurocêntrica. E as ‘nossas falas duras’ referem-se à forma da oratória política do povo Waiãpi – *jane ayvu*



*kasi*, na língua nativa – descrita por Gallois (2002, p.217), como demonstração do tom de voz combativo dos povos indígenas brasileiros contemporâneos.

Trata-se de um longo caminho a percorrer. São mais de 500 anos de contato, permeados por toda sorte de particularidade geográfica, cultural, política e econômica, além da subjetividade das interpretações. A ausência da escrita na produção do conhecimento ameríndio limita o estudo da condição desses povos nos períodos anteriores e nos primeiros séculos de colonização aos multifacetados relatos de viajantes europeus.

Considerando imprescindível esta discussão e, contudo, cientes do espaço disponível para tanto, buscamos o auxílio de obras de referência, organizadas por autores que beberam em fontes primárias confiáveis e que sistematizaram as informações, fornecendo também revisões críticas sobre a questão.

Partimos da obra de Pratt (1999)<sup>5</sup>. Embora temporalmente focada nos últimos 260 anos de colonização, o exame baseado na crítica literária identifica e descreve um caráter de premeditação e intencionalidade no modo do europeu descrever o Novo Mundo: justificar a dominação e a exploração do Novo Mundo.

Além dos relatos de viagem de nomes como de Frézier, Pierre Bouguer, La Condamine, Alonso de Ovalle, John Adams, Luis Godin des Odonais, Messrs, Saugnier e Brisson, Alexander Von Humboldt, a autora incorpora reflexões de críticos literários, como Gloria Treviño; teóricos da linguagem, como Ron Carter; sociólogos, como Fernando Ortiz; historiadores, como Martin Bernal, e antropólogos, como Victor Von Hagen.

O ponto nevrálgico da crítica aos ‘olhos do império’ está no fato da literatura de viagem ter estabelecido uma correspondência das narrativas com o conhecimento dos leitores europeus sobre regiões até então desconhecidas. Assim, o que não era conhecido dá lugar não ao conhecimento, mas a conceitos e opiniões equivocados, carregados de racismo e discriminação sobre as paisagens e pessoas que habitam outras latitudes.

---

<sup>5</sup> Em ‘Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação’, Mary Louise Pratt divide a literatura de viagem em seis categorias: científica, informativa, de cativo, de sobrevivência, de anti-conquista e sentimental. Cada qual expressa, à sua maneira, essa intenção comum, e, como plano de fundo, a perspectiva da Terra bipartida entre Europa e o resto do mundo.

Não se trata, contudo, de pensar em uma passividade colonial. Enquanto tenta moldar seus pretensos domínios na periferia, a metrópole, cega, vai também sendo determinada por meio de processos de interação. Este é um ponto que nos interessa especialmente para a análise da dinâmica estabelecida pelo jornalismo com os povos indígenas:

Se a metrópole imperial tende a ver a si mesma como determinando a periferia (seja, por exemplo, no brilho luminoso da missão civilizatória ou na fonte dos recursos para o desenvolvimento econômico), ela é habitualmente cega para as formas como a periferia determina a metrópole – começando, talvez, por sua obsessiva necessidade de continuamente apresentar e re-apresentar para si mesma suas periferias e os ‘outros’. O relato de viagem, entre outras instituições, está fundamentalmente elaborado a serviço daquele imperativo; da mesma forma, poder-se-ia dizer, que grande parte da história literária europeia (PRATT, 1999, p. 31).

Além da premeditação colonialista e de seus efeitos nefastos, Pratt relaciona temporalmente características da literatura de viagem, que estabelecem um eixo para a discussão das conjunturas atuais dos discursos indígenas e não indígenas.

Entre os anos 1750 e 1800 dois eventos europeus marcam os olhos imperiais: a publicação do sistema de classificação natural de Lineu (*Systema Naturae*) e a primeira expedição científica internacional. Eles desencadeiam uma dita nova “consciência planetária”, marcada pela tendência à exploração do interior e pela construção de um significado em nível global por meio dos aparatos descritivos da história natural”, envolvendo a paisagem humana e a natural em um contexto único ou bastante similar (PRATT, 1999, p. 42).

Os anos de 1800 a 1850 são marcados pela reinvenção da América. O início do século tem em personagens como Humboldt a inauguração de uma nova perspectiva europeia sobre o Novo Mundo. A abertura do continente aos visitantes e ao capital internacionais, a conquista de independência em relação à Espanha, e a conseguinte realidade republicana passam a contrapor alguns paradigmas. Autores sul-americanos passam a narrar sua terra, selecionando e adaptando as perspectivas europeias na busca por criar valores descolonizados. Para a Europa setentrional, contudo, esses possíveis avanços discursivos correspondiam ao potencial de expansão capitalista na região.

As narrativas dos viajantes da década de 1860 até 1980 – ao fim da qual a obra foi publicada – estão marcadas pela ação do europeu como a figura do “monarca-de-tudo-o-que-vejo”, ou seja, pela descoberta geográfica daquilo que já era conhecido pelos não-europeus. Embora a palavra descobrimento seja esvaziada por essa constatação, em essência, essas narrativas são compostas por três estratégias fundamentais do olhar imperial sobre as novas paisagens – geográficas e humanas: a estilização, a construção de uma densidade semântica, e a relação de dominação do que é visto por aquele que vê. Trata-se de uma interação entre estética e ideologia, que a autora chama de “retórica da presença” (PRATT, 1999, p. 345).

Tomando a existência de ‘olhos imperiais’, onipresentes, dotados de uma premeditação fluída e adaptável, regressamos ao século XVI e nos aproximamos no plano geográfico dos índios brasileiros, ou melhor, dos nativos da então América portuguesa.

Franco (1976)<sup>6</sup> descreve as narrativas de viagem, iniciando nas observações do século XVI, marcadas pela transposição para o solo americano de mitos do Velho Mundo, oriundos da navegação de novos mares e da exploração das Índias. Embora a tese de que um erro de navegação ao Oriente teria trazido as caravelas de Cabral à costa baiana seja bastante improvável, os seres monstruosos, que no imaginário europeu vagavam pelas Índias e mares, foram os primeiros a mudar-se para cá e fixarem residência em solo americano. “Os livros e mapas daquele tempo porfiavam em reunir na nossa terra aquela assembleia de pavores” (FRANCO, 1976, p. 12).

Assim foram naturalizados brasileiros os bichos que se alimentavam de ar; outros que se assemelhavam aos licornes; os pigmeus ou goiazis, os gigantes ou curiqueans; os homens acéfalos ou ivanpamonas; os homens cobertos de pêlos; os homens de pés às avessas ou matuiús; as amazonas; os homens de cabeça de cachorro ou canibais e, finalmente, os homens marinhos ou urupiaras. (FRANCO, 1976, p. 12)

---

<sup>6</sup> Em ‘O índio brasileiro e a revolução francesa’, Afonso Arinos de Melo Franco sustenta a tese de que a imagem do nativo brasileiro projetada em terras europeias contribuiu significativamente para a construção do ideário do levante. Vale destacar que os primeiros relatos – como aquele que batizou a Amazônia pela suposta presença das figuras mitológicas gregas nessas terras – encontravam nos leitores o “baixo nível de cultura das massas populares européias daquele tempo” (1976 p.13) e se alimentavam da expectativa pelo extraordinário e pelas ambições literárias dos viajantes.

Assim, os primeiros exploradores da costa brasileira não se preocupavam em desmentir os relatos anteriores, submissos ao gosto europeu e às crenças arraigadas à cultura popular (FRANCO, 1976, p. 14). Os seres humanos que habitavam o Brasil permanecem envenenados pela fantasia.

Contudo, ainda no século XVI, havia outra forma de descrever o homem brasileiro – esta que teria subsidiado os artífices da revolução francesa. Alguns cronistas o descreviam como um homem bem constituído física e moralmente, que desfrutava de uma “existência idílica e descuidadosa, sem deveres nem obrigações, no meio de uma natureza acolhedora, próspera e feliz”. (FRANCO, 1976, p. 15). Em relatos assim, como a carta de Pero Vaz de Caminha e a carta *Mundus Novus* de Américo Vespúcio, que são exemplos dessa tendência, observa-se a crença na existência de um estado social primitivo, ingênuo e feliz, “banhado na bondade natural” (FRANCO, 1976, p. 20). No século seguinte, o livro de viagens de Pyard de Laval, nota que:

(...) os índios andavam sempre nus, homens e mulheres, que eram bem conformados de corpo. Viviam 150 anos e pouco adoeciam (...). Praticavam um regime econômico do mais absoluto comunismo, pois ignoravam a propriedade privada, inclusive a da terra. Não exerciam comércio e desconheciam qualquer moeda. Em matéria de crença eram inteiramente livres, porque não possuíam templos nem religiões. Desfrutavam igualmente, a mais ampla liberdade sexual. (FRANCO, 1976, p.27)

O brasileiro monstruoso e aquele descrito sob o molde do bom selvagem de Rousseau têm em comum o silêncio. Não lhes foi dada a voz na hora de descrevê-los. Essas formas de ver o nativo brasileiro podem ter perdido força, mas a passividade na conformação de sua imagem permanece.

É interessante observar que o período em que a Amazônia era supostamente povoada por estes seres, ora monstruosos, ora idílicos, coincide possivelmente com o apogeu populacional da região. Falamos em possibilidade porque a ausência da escrita e a baixa fidelidade dos relatos de viajantes da época confinam à arqueologia e às perspectivas biológicas boa parte da compreensão sobre a composição demográfica da região.

Em 1979, por exemplo, Stephen Beckerman (1991, p. 143) contrapôs a hipótese mais conhecida até então sobre a população amazônica no século do descobrimento. O trabalho de Gross, que ficou conhecido como a hipótese da

limitação proteica, sugeria que as populações indígenas se mantiveram pequenas e altamente dispersas em decorrência da falta de proteína animal no Meio Ambiente. Para Beckerman havia fontes de proteínas alternativas e a dispersão e o pequeno número de indivíduos se deu em função de guerras e doenças pós-colombianas. Nos últimos cinquenta anos, observações etnográficas da agricultura indígena contemporânea ao lado de novas descobertas, sobretudo arqueológicas, sustentam os argumentos de Beckerman.

Em *'The domestication of Amazonia before European conquest'*, Clement (2015) afirma que 83 espécies selvagens foram transformadas em cultivos agrícolas. Além da agricultura, os amazônidas da época realizaram o manejo das matas, selecionando espécies de seu interesse por cerca de 4 mil anos.

O cultivo de plantas acontecia em áreas cultiváveis, incluindo a altamente modificada terra preta da Amazônia associadas com grandes populações assentadas e que podem ter coberto mais de 0,1% da região. Povoações e a produção de alimento expandiram-se rapidamente com o sistema de tratamento das terras no período holocênico médio, e sociedades complexas se expandiram em áreas ricas em recursos criando paisagens domesticadas com profundos impactos na ecologia local e regional. A produção em terras preta da Amazônia sustentou, estimativamente, pelo menos 8 milhões de pessoas em 1492 (CLEMENT, 2015. Tradução do autor).

O propósito deste aparte biológico à discussão é demonstrar o contraste entre a possível realidade e o que viu e escreveu o viajante europeu naquele tempo.

Pinto (2008)<sup>7</sup> mostra as inadequações do olhar externo, primeiramente estrangeiro e depois do brasileiro não índio. Para tanto, o autor compilou e analisou relatos, ensaios e produções científicas sobre a Amazônia, organizadas sob quatro perspectivas: trata filosoficamente da interpretação do Novo Mundo, sob a ótica da polarização Ocidente *versus* Oriente, discutindo de Hegel e Montesquieu a Montaigne e Buffon; reúne relatos de viajantes à Amazônia, como Acuña, Avé-Lallemant, Alfred Wallace, e Louis e Elizabeth Agassiz; apresenta o olhar científico de nomes como Koch-Grünberg, Euclides da Cunha,

---

<sup>7</sup> A compilação de Renan Freitas Pinto (Viagem das ideias) tem de peculiar o fato do autor ser amazonense. A opção de tê-lo como referência deste trabalho, embora sua obra seja pouco referenciada, tem como propósito secundário trazer a reflexão para um universo acadêmico e temporal mais próximo do contexto roraimense.

Samuel Fritz e João Daniel e traz a reflexão de autores amazônicos, como Araújo Lima, Eduardo Galvão e Djalma Batista.

Ele destaca que o pensamento sobre a Amazônia, sobretudo quanto à paisagem humana, carrega consigo o imobilismo social e o conservadorismo romântico. E que,

(...) durante todo esse longo e complexo processo de formação dos países e povos do Novo Mundo, a idéia da superioridade branca e europeia sobre a fragilidade dos povos indígenas e dos negros e mestiços tem estado presente em diferentes gradações, realimentando constantemente não apenas nosso senso comum, mas envolvendo também as temáticas de pesquisadores e especialistas, em particular no que vem sendo identificado como o terreno da formação sociocultural da América indígena, negra e mestiça. (PINTO, 2008, p.14)

Pinto (2008) apoia nas figuras de Buffon e Montaigne a percepção de duas representações prevalentes do índio amazônico. Enquanto Montaigne forneceria bases para o surgimento posterior da Antropologia com seu ponto de vista mais relativista, o que incluía acusar seus contemporâneos de eurocentrismo e etnocentrismo, Buffon produz uma imagem do Novo Mundo marcada pela noção de que existe um condicionamento geográfico e climático que limita uma “plena evolução”, que reúne seres humanos, animais e plantas (PINTO, 2008, p. 17-18). Para Buffon, os índios do Brasil são em sua grande maioria “primitivos e resistentes aos valores da civilização, a não ser os poucos grupos que passaram a manter relações de comércio com os portugueses” (PINTO, 2008, p. 20).

Freitas Pinto afirma que, tanto o senso comum quanto a academia, tiveram na percepção de Buffon, sua principal matriz de influências. Embora a essa opinião caiba uma revisão crítica contemporânea como alicerce para tentar compor uma percepção sobre o olhar externo sobre o índio brasileiro.

Buffon, portanto, caracteriza a Amazônia como um experimento da natureza ainda em formação, mas apresentando condições desfavoráveis ao pleno desenvolvimento das formas de vida naturais e humanas. Essas idéias se propagaram e foram em alguma medida adotadas por autores até o presente e contribuindo para cimentar as idéias mais correntes do senso comum sobre a região. (PINTO, 2008, p. 20)

Oliveira (2010)<sup>8</sup> utiliza as noções de fronteira étnica e fricção interétnica de Oliveira e Velho como instrumento analítico para dividir as representações construídas sobre os indígenas amazônicos em sete cenários, com temporalidades distintas e pontos de intercessão para comparações, principalmente com a ocupação da costa brasileira:

A imagem da “Amazônia como última fronteira” permeia a percepção nacional até hoje, o que condiciona o agir e o pensar sobre a região. Enfatiza a natureza, que neste contexto pode oscilar: ora mesquinha e decadente, ora magnífica e esplendorosa (OLIVEIRA, 2010, p. 21). Oliveira ressalta que essa percepção ainda prevalente hoje provém dos primeiros relatos sobre a região, reforçando a ideia de que o observador europeu não foi capaz de perceber a paisagem humana de forma adequada, e que isso contaminou a imagem dos povos indígenas ao longo dos séculos.

Nas “representações sobre o primeiro encontro”, a tentativa de unificar a experiência do contato entre colonizadores e índios na Amazônia e na costa brasileira causou distorções significativas e duradouras de percepção. Enquanto na costa o contato se deu em condições de força desproporcional em favor dos colonizadores, na Amazônia o colonizador encontrou sociedades mais complexas, numerosas e estratificadas. A narrativa de Carvajal e Acuña, citada por Oliveira como exemplo, “é bastante dramática, reconstituindo a viagem como uma sequência de combates e fugas frente a populações que lhes eram superiores em termos numéricos, logísticos e militares” (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

Tal diferença na representação sobre como as duas colônias portuguesas na América foram integradas ao processo de construção de uma história e um imaginário nacional, no pós-Independência, já estava enraizada na própria história colonial precedente. A administração portuguesa não tratou essas duas regiões de maneira homogeneizadora, mas as instituiu em distintas colônias ultramarinas, que irão ter ritmos e configurações históricas diferenciadas (OLIVEIRA, 2010, p.27).

---

<sup>8</sup> O ensaio histórico ‘Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira’ destacava os “processos concretos pelos quais as populações autóctones vieram a relacionar-se com o contexto colonial e a serem inseridas na formação da nação brasileira e na economia mundial” (OLIVEIRA, 2010 p.19).

A imagem do “indígena como fator econômico fundamental para a ocupação da Amazônia” alimentou a ideia do ‘ouro vermelho’, criada pelo padre Antônio Vieira. Sem o índio, não se poderia explorar a Amazônia. Essa percepção manteve até o século XIX acirradas disputas entre colonos, religiosos e autoridades que buscavam controlar esse elemento de acordo com os seus interesses, tanto para expedições extrativistas quanto para os aldeamentos missionários. (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Para conciliar “a formação da nação e o índio bravo”, o estado brasileiro passou a usar de “meios brandos e suassórios”, nas palavras de José Bonifácio de Andrada e Silva, figura central do primeiro reinado. No Brasil independente não havia mais lugar para as guerras justas contra povos indígenas (OLIVEIRA, 2010, p. 32).

(...) dentro desse jogo de imagens e representações que veio a surgir e ganhar grande significação o indianismo, transformado em símbolo de unidade da jovem nação. O índio do passado foi reabilitado, dignificado em seus valores e motivações, bem com justificadas as acusações que recebia na vida cotidiana (cruel, traiçoeiro, preguiçosos, etc.). Poetas e romancistas, como Gonçalves Dias e José de Alencar, serviram-se de instituições e palavras indígenas para celebrar o destino da nação brasileira que surgia, em uma oposição nativista aos colonizadores portugueses (dos quais o país estava em vias de se separar) (OLIVEIRA 2010, p. 32).

No período da “economia da borracha e a conquista da Amazônia”, Oliveira (2010, p. 34) destaca consequências dramáticas da participação do índio na cadeia econômica da borracha, demonstradas pelo contraste na participação demográfica antes e depois do ciclo econômico. Até o início do ciclo da borracha, entre 1870 e 1911, o índio ainda era maioria na Amazônia, apesar do assimilacionismo de políticas anteriores, como as pombalinas mais de um século antes, ter dificultado a quantificação mais precisa desses povos.

Para esta nova modalidade econômica o indígena foi apenas um empecilho, a ser tratado (paradoxalmente) como um invasor, um perigoso intruso a ser expulso para bem longe. O seu extermínio, através de expedições punitivas chamadas de correrias, representava de fato uma solução mais corriqueira para o problema. Foi através da capilaridade dessa imensa rede de créditos que comandava um enorme exercito de homens, que os Índios bravos que habitavam na Amazônia ó e que constituíam a maioria daqueles 800 mil estimados só tiveram as suas terras atravessadas pelas estradas de seringa e invadidas por colocações de seringueiros. Foi nesse processo que desapareceram



inúmeras etnias, dadas como extintas no início do século XX (OLIVEIRA, 2010, p. 36).

Os povos indígenas da Amazônia passaram do “Regime do Seringal ao Regime Tutelar” a partir da decadência da borracha, o que representou um freio decisivo na invasão de suas terras. Outro fator central desse período foi a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a definição de uma nova política indigenista pelo governo brasileiro. Oliveira (2010, p. 37) situa temporalmente este cenário do indigenismo rondoniano à promulgação da Constituição de 1988. Nesse período o país viveu o chamado milagre brasileiro e seu afã integracionista e os primeiros passos de reconhecimento das terras indígenas nos anos 80 e 90. Os efeitos das políticas bem como da imagem do índio amazônico estão bem presentes no cotidiano atual.

Oliveira (2010 p. 39) situa o cenário atual como um “contexto pós-tutela”, que inicia com a promulgação da nova carta constitucional, em 1988, o que trouxe modificações na condição legal dos indivíduos e povos indígenas. A ideia assimilacionista dos indígenas como vivendo unicamente numa condição transitória é superada na Lei. Os indígenas têm o direito às suas formas próprias de organização reconhecido pela primeira vez, bem como sua plena capacidade jurídica, podendo ser representados por suas autoridades tradicionais.

Nos anos seguintes mais de duas centenas de organizações indígenas foram criadas na chamada Amazônia Legal, passando a pautar-se pela administração de projetos de etnodesenvolvimento e de assistência diferenciada. Os recursos da cooperação internacional, sobretudo aqueles voltados para fomento e proteção ambiental, foram em boa parte carreados diretamente para as áreas ações locais através das organizações indígenas. Os territórios habitados pelos índios passaram a ser vistos igualmente como unidades de conservação. A ação governamental relativa aos indígenas deixou de estar centralizada em uma única agência (Fundação Nacional do Índio), subordinada a um único ministério (Justiça), para estar distribuída também em diferentes ministérios (Educação, Saúde e Meio Ambiente) (OLIVEIRA, 2010, p. 39).

Por meio dos cenários descritos, Cardoso de Oliveira (2010, p.42) contrapõe o argumento da “descrição histórica generalizante que considera que o contato interétnico e a expansão da fronteira traz em si um processo inexorável de extinção das populações autóctones”. E conclui que as

representações homogeneizadoras surgiram associadas a interesses, contextos e grupos sociais. Albert (2000) observa que a partir da década de 1970,

a fronteira amazônica foi brutalmente rearticulada ao "sistema mundial" por uma política em grande escala de ocupação demográfica, de desenvolvimento econômico e de redistribuição espacial promovida pelo Estado<sup>2</sup>. Esta política desencadeou um intenso movimento de competição territorial centrada no controle dos recursos naturais e dos espaços produtivos, uma "segunda Conquista" que vem, mais uma vez, atingir em cheio os povos indígenas (ALBERT, 1995 p. 2).

Nesse mesmo sentido, Cardoso de Oliveira identifica quatro "mentalidades" que definem a percepção da sociedade nacional brasileira sobre os povos indígenas do país (ATHIAS, 2007, p. 33). Mais do que constatação, Oliveira (1978, p. 70) atribui a tais categorias o *status* de "Obstáculos ideológicos a um indigenismo racional".

A mentalidade estatística se ocupa com números. Uma pergunta recorrente, conforme Athias (2007, p. 34), exemplifica esta percepção: "Por que se preocupar com alguns milhares de índios, se o problema do país é o destino de milhões de brasileiros?" Assim, a quantidade e principalmente, a proporcionalidade seriam os fatores determinante da importância dos povos nativos brasileiros. Outra questão mais aguda pode expressar as consequências potenciais dessa mentalidade: "Que significa a morte de algumas dezenas de índios se no Brasil milhares de crianças morrem diariamente?".

A segunda forma de ver o índio brasileiro é a mentalidade romântica. Esse modelo tem entre os intelectuais e artistas seus principais vetores e replicadores. Embora o romantismo do olhar artístico não tenha a possibilidade de influir significativamente nos mecanismos de decisão do poder nacional, ele reforça uma imagem estereotipada do índio adquirida na literatura. São exemplos a obra de escritores como José de Alencar e Gonçalves Dias. O índio romantizado é visto como um ser puro, ingênuo, retomando a perspectiva *rousseauiana* do olhar de alguns dos viajantes, como vimos nos autores mencionados anteriormente. O sistema sócio-político desse bom selvagem é percebido como um paraíso ideal e um modelo a ser imitado (ATHIAS, 2007, p. 34).

A terceira mentalidade, ou obstáculo, é a percepção burocrática dos povos indígenas. Essa seria a imagem predominante na administração pública brasileira, “impregnada de um paternalismo exagerado e influenciada por certa dose de romantismo” (ATHIAS, 2007, p. 34). Cardoso de Oliveira identifica o predomínio desta visão entre os primeiros funcionários do SPI que não dispunham tinham nenhuma preparação técnica ou científica e substituíam essa ausência de perspectiva.

A quarta mentalidade é a capitalista. Em certa medida, esse obstáculo reúne características dos três anteriores que, contudo, operam a serviço dos interesses do capital e são, portanto, muito influentes nos principais meios de decisão do estado nacional. Sob esse mando, os índios são vistos como improdutivos. Athias (2007) ilustra essa mentalidade, que considera hoje (2007) a mais observada no caso brasileiro, com uma frase do então ministro do Interior, Costa Cavalcanti, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, em 1971: "Daremos toda nossa assistência ao índio, mas ele não poderá ser um obstáculo ao desenvolvimento do país" (O Estado de São Paulo, 21.2.71 apud ATHIAS, 2007, pg. 34-35). O contexto da fala de Cavalcanti é a construção de um trecho da BR-080 que cruza o Parque Nacional do Xingu. Sobre a mentalidade capitalista, Athias afirma que

Este pensamento ganha aos poucos os setores oficiais a ponto de integrar em programa de partido político de governos anteriores. Seria possível dizer que este olhar sobre os povos indígenas sempre esteve presente no desenvolvimento de uma política indigenista no Brasil, desde a colonização até nossos dias. Os índios representam apenas mão-de-obra para os grandes investimentos, e ainda, eles não são reconhecidos como um grupo social etnicamente diferenciado. Medidas oficiais tentaram, na verdade, reduzir até mesmo negar a identidade indígena. A FUNAI chegou a propor os "critérios sanguíneos" entre certos grupos indígenas do nordeste brasileiro, pretendendo com isso identificar a indianidade dessas populações (Athias, 2007, p.35).

Athias acrescenta às mentalidades de Cardoso de Oliveira (2010) a perspectiva salvacionista dos grupos religiosos protestantes e católicos. E conclui que “a sociedade nacional continuará a ter uma visão deformada enquanto não existir consciência da existência de povos etnicamente distintos em todo o território nacional”, remetendo este tópico à discussão sobre identidade e etnicidade do primeiro capítulo deste estudo.

### 3.2 JORNALISMOS RORAIMENSE NA ZONA DE CONTATO

É a partir do olhar panorâmico sobre contexto histórico e social tratado que podemos refletir sobre as representações do outro por meio do jornalismo, e em particular, sobre a cobertura sobre da questão indígena em Roraima, se insere. As tensões do encontro são objeto de pesquisas produzidas a respeito da imprensa roraimense e os povos nativos que vivem onde hoje é território do estado.

Neste tópico apresentamos uma breve revisão de pesquisas produzidas sobre o tema. Embora isso nos aproxime geograficamente da delimitação desta pesquisa, trata-se ainda de um voo alto sobre o nosso campo de estudo. As investigações científicas sobre os quais falaremos aqui partem de perspectivas teóricas bastante distintas – da semiótica de Pierce ao materialismo histórico –, e encontrar conexões entre eles além de um desafio dialógico é uma estratégia interessante para identificar os nós do que chamamos de trama no início do capítulo. São seis autores: Silva, historiador; Leal, antropóloga, e Veríssimo, Lima, Zouein e Miranda, jornalistas.

Os três primeiros trabalhos tratam da cobertura midiática da temática indígena com ênfase nos conflitos por terra, que marcaram o final dos anos 1990 e os anos 2000 até a demarcação e homologação da TI Raposa Serra do Sol, fato que modificou profundamente a percepção dos povos indígenas pela sociedade envolvente e pela imprensa, como observaremos nas análises de nosso estudo.

Silva (2014, p. 11)<sup>9</sup> trata da “manipulação ideológica” promovida pelos veículos de imprensa local em nome de promover o “mito da convivência pacífica entre brancos e índios”. Utilizando como ferramenta o materialismo histórico de Marx e Engels, Silva busca a desconstrução desse mito, por meio da leitura crítica dos textos publicados pelo mesmo periódico estudado por esta pesquisa.

Na análise da cobertura jornalística diária da ‘Folha de Boa Vista’ dos conflitos violentos motivados pela luta por terra, aponta que

---

<sup>9</sup> Na dissertação ‘A violência contra os povos indígenas em – uma análise histórica a partir do jornal Folha de Boa Vista (1996 a 2005)’

(...) “as classes sociais dominantes ao fazerem valer sua visão de mundo procuram anular a história de violência praticada historicamente pelos colonizadores, fazendeiros, garimpeiros, mineradores, rizicultores, para isso contam com o auxílio da imprensa para negar os fatos afirmando que sempre “brancos e índios viveram pacificamente” em Roraima. A história da atuação da imprensa brasileira, em todas as suas fases, é marcada pela instrumentalização da notícia, são inúmeras as situações em que a mesma, que geralmente pertence a grupos políticos ou grandes empresários, manipula os fatos e faz parecer diante do leitor aquilo que é conveniente na sua ótica (SILVA, 2014, p.133).

Veríssimo (2016)<sup>10</sup> lança mão de um estudo comparado da cobertura dispensada à questão indígena pela mídia tradicional e pelas mídias digitais, no período de janeiro a setembro de 2002. Importante identificar o delimitador temporal: há uma mudança significativa no campo simbólico do jornalismo roraimense a partir da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RSS) em 2005. Como vamos pontuar mais adiante, os movimentos e instituições indígenas ganham maior espaço nas coberturas e a dinâmica da produção noticiosa ganham novos elementos, como o jornalista indígena.

Ao mesmo tempo em que esse contraste serve ao propósito da pesquisa de Veríssimo, revela, em mão oposta, aspectos relevantes à nossa pesquisa quanto às posturas da imprensa tradicional. Assim como Silva, Veríssimo (2016, p. 118) reforça a crítica à contaminação ideológica dos veículos da mídia na Amazônia por seu pertencimento a grupos políticos e econômicos, para os quais “o controle da imprensa é essencial para a formação de uma opinião localizada”.

Em Roraima, quase todos os veículos de comunicação, incluindo os dois principais jornais diários, são contrários à demarcação das terras indígenas de forma contínua – uma garantia de que as etnias que habitam imemorialmente o nordeste do Estado possam ter terra para as próximas gerações.

As matérias tendem a defender interesses desenvolvimentistas, sob a ótica da produtividade capitalista. A terra concedida aos índios é vista como improdutiva e impeditiva do progresso econômico do Estado. A culpa desse óbice é atribuído às organizações indígenas (VERÍSSIMO, 2016 p. 122).

---

<sup>10</sup> O livro ‘Índio na rede - Ciberativismo e Amazônia’, trata das formas com que grupos políticos modificam conteúdos históricos e difamam sociedades indígenas, algumas distantes do ambiente tecnológico ou mesmo ágrafas. Ao mesmo tempo que trata da opressão, Avery Veríssimo sinaliza que esses povos e suas organizações usarão as mesmas armas dos opressores para reescrever a história.

Ressalva, contudo, que ao mesmo tempo que o comprometimento nefasto da imprensa impede, por exemplo, que certas denúncias cheguem à opinião pública local, “outros milhares de ciberativistas organizam-se em redes telemáticas ao redor do mundo para levar a luta pelos direitos dos índios à discussão global” (2016, p. 118). É importante observar em Veríssimo a diferenciação da cobertura de conflitos agrários envolvendo povos indígenas pela grande imprensa nacional, a regional e a local.

Enquanto no jornalismo feito na região há visível preocupação em defender as populações não-indígenas, que estariam sendo afetadas pela expansão das áreas destinadas aos índios, a grande imprensa procura não fazer vistas grossas às tentativas de usurpação das terras indígenas por posseiros, fazendeiros e garimpeiros (VERÍSSIMO, 2016, p. 119).

Dentro dessa diferenciação, se insere a produção dos ciberativistas, os quais têm, entre outros incrementos, a capacidade de levar o tema à discussão em nível internacional:

Não obstante, a pequena imprensa reclama do tratamento desigual dado ao tema pela grande imprensa. Ambas, entretanto, concordam que assuntos relacionados aos índios devem ser decididos dentro das fronteiras do território brasileiro (Veríssimo, 2016, p. 123).

Avançando ao período mais agudo da relação entre povos indígenas e não índios, Leal (2010) analisa os títulos de 18 matérias publicadas no site do jornal ‘Folha de Boa Vista’ no dia 19 de abril de 2005, quando foi noticiada a homologação da RSS.

Por meio da análise do discurso de Pêcheux e Orlandi, Leal busca compreender como o “discurso midiático roraimense acomoda sentidos para a posse — indígena ou não — da terra do Brasil de nossos dias” (2010, p. 1). A autora observa a predominância da perspectiva jurídica e seu vocabulário próprio, o que em certa medida parece aferir a ideia de ‘mentalidade burocrática’, de Cardoso de Oliveira.

Dessa forma apresentando a homologação da Raposa Serra do Sol, entra em funcionamento uma dupla restrição: a um campo do saber e aos que podem (bem) dizê-la. Em poucas palavras, é remetendo ao campo do jurídico que a homologação é interpretada por alguns. E, com isso, autorizam-se alguns e desautorizam-se os outros — lugares, seus representantes e seus dizeres. Faz-se ver o modo de

funcionamento da formação social, em sua heterogeneidade desigual de forças (...) (LEAL, 2010, p. 7).

No que se refere aos procedimentos jornalísticos, Leal (2010, p. 7) questiona a ausência de fontes de outros campos do saber na cobertura: “o que dizem os antropólogos, os cientistas sociais, os historiadores sobre a homologação da Raposa Serra do Sol?” Mais grave, aponta a autora, é a ausência de donas de casa, professores, comerciantes, pequenos produtores rurais e, principalmente dos índios e suas lideranças. “Como compreender essa ausência dos dizeres dos índios quando se trata de uma questão que os atinge diretamente?”. Relacionando com a perspectiva de Velho quanto à mediação, podemos pensar que essa ausência tenha alijado do processo de produção da notícia os sujeitos que potencialmente poderiam transitar entre a realidade dos grupos envolvidos na questão da demarcação.

Assim, o apontamento de Leal também concorda com a ideia de olhos do império, de Pratt, uma vez que, quanto à demarcação de terras indígenas, “são reforçados os sentidos do pertencimento legal da terra ao não índio e, assim, “concede-lhe” a manutenção dessa posse”. Conlui que,

Certamente, o discurso midiático roraimense não deixa de produzir sentidos para o índio e a posse da terra, no entanto (...) o que nas manchetes comparece não é o índio legal, com direitos e deveres, aproximando-se do que hoje se considera o cidadão brasileiro (LEAL, 2010, p. 12).

As pesquisas de Lima (2001)<sup>11</sup> e Zouein (2001) têm a ênfase no estudo da mensagem. Enquanto Zouein utiliza como ferramenta a semiótica para estudar os sentidos associados à palavra índio – ou indígena –, Lima estuda o discurso visual dos elementos imagéticos das publicações impressas, como fotos e charges.

Lima analisa os periódicos que circulavam à época em Boa Vista, nos quais identifica inicialmente três versões viciadas e preconceituosas atribuídas aos índios roraimenses. A primeira é a de um objeto mudo, sempre usando penas, incapaz de se manifestar, carente de tutela ou de alguém para responder

---

<sup>11</sup> Em ‘O índio na mídia impressa em Roraima’, Maria Goretti Leite de Lima abrange os anos de 1991 a 1996, marcados pelo processo latente de discussão e divergências quanto à demarcação da RSS, em ilhas ou em terra contínua.

por ele. O segundo molde é o de preguiçoso, desumano ou criminoso. A terceira é a percepção homogênea ou genérica. (2001, p. 117). Neste ponto Lima reforça a crítica de Silva e Veríssimo:

(...) a imagem do índio, construída pela mídia impressa de Roraima, é fabricada segundo os interesses de pessoas e empresas nas riquezas minerais, ao sabor da disputa pelo controle das terras da reserva Raposa/Serra do Sol (LIMA, 2001 p. 149).

Por meio de uma análise comparativa Lima observa diferenças de significado entre as fotografias produzidas para as notícias factuais, fotorreportagens e as charges. Essa diferença gera o que classifica como “imagens conceito do índio roraimense” (2001, p. 116).

Enquanto nas fotorreportagens Lima identifica uma imagem um pouco mais adequada, resultante de uma pressão inegável da realidade contemporânea, que impõe ao jornalista uma nova postura capaz de perceber o índio consciente, atuante e reivindicador, nas charges, a imagem do índio corresponde mais ao “imaginário tradicional que permeia a maioria da população roraimense: indefeso, tutelado e dependente” (2009, p. 149). Isso porque no campo o jornalista tem maior capacidade de imprimir sua percepção técnica, enquanto as charges são pautadas diretamente pela direção dos veículos.

(...) Perceberemos que a visão dos povos indígenas no imaginário europeu era a de seres inferiores, decaídos e incapazes de tomar os rumos de sua própria vida, visão esta que ainda permanece. Essa imagem estereotipada vem sendo repassada ao longo dos anos e pode ser identificada ainda no século passado, no imaginário da sociedade roraimense. Imagens de índios indefesos, tutelados e dependentes foram encontrados tanto nas charges como nas fotorreportagens. Uma nova imagem, entretanto, vem sendo formada no imaginário roraimense. Trata-se de uma imagem-conceito de um índio lutador, um índio manifestante que vive reivindicando seus direitos e que não mais aceita a intermediação dos órgãos governamentais em sua defesa, para cuidar dos seus interesses (...) (LIMA, 2001 p. 144).

Zouein (2001) utiliza a semiótica como caminho teórico metodológico para a análise da imagem do índio mediada pelos jornais impressos de Roraima. Zouein analisa a presença das palavras índio e indígena, enquanto signos, nos títulos das notícias em 4.363 edições de periódicos locais. O autor observa a relação desse signo com outros, cuja associação gera mudanças de sentido. Destacaram-se as palavras: violência, terra, mineração, igreja, fazendeiros,



social, educação cultural e ONG. A maior associação, presente 768 vezes, foi com a palavra violência:

O sentido produzido por esse tipo de relação é encaminhado a um conjunto de ideias, supostas precipitadas, agindo na interpretação do receptor. (ZOUÉIN, 2001, p.75)

Zoueïn (2001), assim como Lima (2008), observa uma diferença de intenção entre o texto das notícias – produzidos por profissionais mais próximos do fato – e das manchetes, que estariam representando a ideia do editor, “limitando sua liberdade e verdade à ideia de verdade do dono do jornal” (ZOUÉIN, 2001, p. 83).

Pacheco e Munaro (2015) investigam a representação dos índios na imprensa roraimense por meio de metodologia e recortes bem próximos aos deste trabalho. A pesquisa abrange a cobertura do jornal Folha de Boa Vista entre os dias 13 e 20 de abril de 2015, a semana em que se celebra o Dia do Índio. No período o jornal veiculou 382 notícias, sendo 12 sobre questões indígenas e apenas uma em alusão à data memorativa.

Esse estudo bastante pontual dá suporte a hipóteses teóricas que temos posto em nossa pesquisa. Os autores ressaltam o poder dos meios de comunicação de “escrever e precisar a realidade exterior, tomando parte ativa na constituição da realidade social, excluindo pautas e enfatizando determinadas temáticas”. (PACHECO; MUNARO, 2015).

As pautas construídas (*agenda setting*) durante a semana analisada pela pesquisa circundam acontecimentos e informações, em sua maioria, pouco relevantes para a afirmação da identidade indígena no contexto da composição étnica de Roraima. Noutras palavras, pode-se dizer que não faz parte da pauta jornalística noticiar sobre alguém ou algum grupo que não esteja firmemente vinculado a uma identidade urbana e ocidental. (PACHECO; MUNARO, 2015, p.12).

As pesquisas referenciadas neste tópico concordam quanto à inadequação da imagem do índio representada pela mídia roraimense. Assim como o presente estudo, iniciativas científicas no mesmo sentido tentam desgarrar-se de discursos dominantes a fim de entendê-los e criticá-los. O resultado alcançado geralmente limita-se a vislumbres, que têm como ponto positivo as instruções para correções possíveis. Para um total desgarramento seria necessário o olhar

de um mediador, com trânsito pleno entre os mundos em choque, algo que não se pode forjar artificialmente, e que talvez a própria estrutura do conhecimento científico não comporte.

### 3.3 DAS REPRESENTAÇÕES À AUTORREPRESENTAÇÃO

Tomamos a teoria das representações sociais de Bourdieu (1994) como alicerce para relacionar as ideias que temos visto neste capítulo e prosseguir. De Bourdieu vale destacar a origem coletiva e histórica das representações sociais, que são afetadas por ideias, valores, crenças e ideologias, que permeiam o que o autor chama de *habitus* – em suas palavras: um “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações” (Bourdieu, 1994, p. 60-61).

Assim, são representações sociais as distorções mitológicas e monstruosas dos índios brasileiros, a imagem de inspiração para a Revolução Francesa, os modelos interpretativos de Buffon e Montaigne, os relatos de viajantes, a generalização com que a sociedade nacional os trata e as mentalidades estatística, capitalista, romântica, burocrática e de Cardoso de Oliveira. Aliás, mesmo a reflexão científica sobre a cobertura jornalística mencionada acima está carregada do poder simbólico das representações do campo científico.

A autorrepresentação, em contrapartida, é o que anelam os povos indígenas, que sempre estiveram alijados, ou invisibilizados, como entendem Pacheco e Munaro (2015), do processo de construção de sua imagem. Como ponto de partida, podemos observar quão diferentes são a forma e a intenção com a qual os povos indígenas constroem seu discurso dirigido ao não índio, e a maneira como o não índio, em sociedade, o recebe e o propaga por meio da mediação simbólica. Enquanto o olhar do não-índio tem como fundamento a generalização do outro, a construção do discurso indígena dirigido ao não índio, bem como suas representações do não índio, são particularizadas. Cada povo, etnia ou comunidade fundamenta seu olhar a partir de práticas e de

representações próprias, relacionadas à sua história específica do contato com os brancos (GALLOIS in ALBERT; RAMOS, 2000).

Albert (1995, p.8) observa após os anos 1970, um “processo de emergência dos índios enquanto sujeitos de sua história e de sua imagem”, o que tem modificado inclusive as “perspectivas de análise e os campos de estudo da antropologia da Amazônia”. Contudo, ressalta o que chama de “resistência mimética” (ALBERT, 1995, p. 2), que é marca do discurso indígena em várias partes do Brasil. Trata-se de um caráter reivindicativo da territorialidade local construída em referência ao quadro jurídico imposto pela associação forçosa da identidade étnica e da territorialidade. “A identidade social e política dos grupos que veiculam esse discurso na cena nacional forja-se, portanto, no campo de forças e categorias desse quadro” (ALBERT, 1995, p.2).

Nesse sentido, o próprio conceito antropológico de cultura é um elemento apropriado e manipulado pelo discurso indígena como forma de diferenciação e identidade étnica.

O processo de auto-objetivação cultural que os povos indígenas desencadearam para sustentar seus projetos de territorialização e autonomia social faz hoje do discurso etnográfico um meio, às vezes decisivo, de viabilização desses projetos (Turner 1991a: 304-312). Os antropólogos e suas competências de mediação interétnica — além de seu papel habitual de fonte de bens de troca e de informações — aparecem para os índios, nesse contexto, como canais privilegiados de uma estratégia política de controle das representações de si através do espelho cultural da fronteira (...) (ALBERT, 1998, p. 8).

O entendimento de Albert remete à ideia de “cultura com aspas” de Cunha (2009) e à função dos sinais diacríticos na identidade, em Barth (1998). Pellegrini (2008), comentando a perspectiva Conklin (1997), acrescenta que

(...) o contato interétnico coloca em questão a “autenticidade” da cultura, e faz com que a “cultura autêntica” seja concebida pelos índios a partir de um ponto de vista ocidental, quando eles próprios reificam imagens exóticas num enquadramento que não coincide necessariamente com a visão que eles têm de si e do mundo (PELLEGRINI, 2008, p. 156).

Gallois (2002) ressalta que a construção de uma autorrepresentação não consiste num simples jogo de espelhos, de identidade/oposição contrastiva, mas se processa paralelamente à revisão da imagem do branco. Ao analisar 60 discursos de lideranças do povo Waiãpi entre os anos 1977 e 1992, a autora observa uma mudança de tom, que vai da acusação à ameaça, do pedido à

afirmação de autossuficiência. Ela define essas falas dos índios ao branco como “discursos-ação”.

Como os pontos de referência são diferenciados, as imagens resultantes são também variáveis, razão pela qual a ambiguidade das ações (...) repercute na ambiguidade das representações cosmológicas sobre a oposição branco/índio (GALLOIS, 2002, p.226).

Para avançarmos à análise das matérias observadas nesta pesquisa, há que se ter em mente a distância entre as formas do índio de representar a si e o modo colonial. Embora não haja escala exata para tanto, o Jornalismo precisa ser situado nesse espectro. Se no capítulo anterior vimos o Jornalismo como um filho ilustre do ocidente, nossa análise na zona de contato mostra que há também uma dinâmica de apropriação dos mecanismos da mídia pelos povos indígenas.

#### 4 ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA

Apresento neste capítulo a análise de 109 matérias jornalísticas publicadas pelo jornal Folha de Boa Vista em suas plataformas digital e impressa no período de 1 de junho a 30 de novembro de 2016.

Antes de passar à apresentação dos resultados, é importante posicionar a análise no contexto da presente pesquisa. Os três primeiros capítulos discutem, a partir da revisão de literatura, ideias, teorias e hipóteses, com enfoque problematizante, dispostas de forma que demonstrem contraste e tensão, como entre etnicidade e reconhecimento, a mediação social e a mediação jornalística, ou então uma viciada continuidade, como na relação entre o olhar colonialista e as narrativas jornalística. Nesse contexto, a análise se insere com dois propósitos fundamentais: primeiro, demonstrar aspectos problematizados pela revisão de literatura, por meio de marcadores observáveis; como exemplo, a ausência de fontes indígenas em notícias de interesse, ou o tratamento genérico dispensado às etnias de Roraima nas matérias jornalísticas; segundo, fornecer interpretações e o vislumbre de proposições corretivas por meio da articulação dos dados da análise com as considerações realizadas ao longo dos capítulos anteriores. Portanto, os dados desta análise não são autoexplicativos e a análise não se propõe a fornecer, por si, todas as interpretações. Também não são complemento; existe uma relação indissociável entre as partes.

O período de cobertura da análise foi concomitante ao da elaboração de capítulos teóricos. Ler diariamente os conteúdos, dentro do conjunto de textos publicados e dentro do contexto das discussões e debates mais latentes no período, ajudou a ocupar uma lacuna importante deixada pela opção – inevitável diante dos prazos e do escopo desta pesquisa – por ir mais a fundo no texto jornalístico, enquanto produto, em detrimento de observar todo o processo desde o fato em si à recepção da mensagem, passando pela *práxis* da redação do jornal estudado.

A fundamentação em teorias do jornalismo que observam os efeitos de longo prazo conduziu à escolha de optar por um período de observação bastante dilatado. Soma-se a isso a expectativa de antemão de que a repetição de erros e acertos indicasse padrões mais tangíveis.

Considerando a demanda por aprofundamento nos dados e o volume de material obtido, a metodologia tornou-se um ponto agudo. Os primeiros movimentos foram no sentido de aplicar exclusivamente a Análise de Conteúdo, conforme descrito por Bardin (1977) como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Sem considerar as particularidades da enunciação jornalística, a análise teria um *corpus* incompatível com a pormenorização proposta pelo método; seria como explorar um campo de futebol com uma lupa. Esse dilema, que deixou este estudo entre o “tabelão e a lupa” (Reis, 1991) ocorre em grande parte porque o Jornalismo não dispõe de metodologias específicas consolidadas para análise de seus textos. O caminho mais comum é recorrer à Análise do Discurso e à Análise de Conteúdo. Ainda mais recorrente é o uso dessas categorias metodológicas para acomodar procedimentos próprios, flexíveis e, não raramente, distintos daqueles que são nomeados.

Silva e Maia (2011) observam o *gap* metodológico que sofrem jornalistas e pesquisadores do jornalismo, sobretudo porque buscam analisar, ao mesmo tempo, fato e sentido. Sobre a adoção de caminhos metodológicos não específicos, afirmam que

(...) essa repetição de fórmulas investigativas atuaria no sentido de encobrir a carência de metodologias mais apropriadas para investigar o jornalismo. Pode-se dizer, assim, que a escolha pela AC (Análise de Conteúdo) e AD (Análise do Discurso) – incluindo suas derivações – se dá em um hiato metodológico: perante a falta de opções de métodos, os pesquisadores acabariam por recorrer, de forma pouco reflexiva e criteriosa, às ferramentas de que dispõem e que são tradicionalmente utilizadas para investigar problemáticas adjacentes àquelas que de fato lhes interessam (SILVA; MAIA, 2011, p.19).

As autoras propõem, então, um protocolo metodológico para análises desses dados, orientados para o processo de produção de conteúdo pelo jornalismo, com uma abordagem também holística (SILVA; MAIA, 2011, p.20). O protocolo está organizado em três níveis analíticos: no primeiro relacionado

às marcas da apuração; o segundo, às marcas da composição do produto; e o terceiro aos aspectos da caracterização contextual.

A Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (1977) será o alicerce da análise. Em termos práticos, a análise parte de uma organização proposta pelo método em três níveis: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados com as inferências e interpretações. Destaco três níveis e não cinco passos, como preferem alguns usuários do método, porque as inferências e interpretação estão distribuídas ao longo da análise, a medida que são apresentadas as hipóteses.

À pré-análise e à exploração do material, agrego como esteio as categorias do protocolo de Silva e Maia (2011), a fim de dinamizar a exploração do material, por meio da ordenação de características do conteúdo em categorias específicas do jornalismo. Sem isso, tais características – como o perfil das fontes ou o local de produção do texto – teriam de ser tratados caso a caso. E lá estaria este pesquisador novamente com a lupa na mão...

O tratamento dos resultados com as inferências e interpretações tem por base o diálogo entre os dados obtidos e os valores emanados das reflexões teóricas dos capítulos anteriores.

Por fim, tomo duas notícias de uma cobertura específica – sobre a discussões da permanência de não-indígenas na sede do município de Pacaraima – a fim de associar as interpretações e inferências a textos completos e observar de forma mais profunda o conteúdo e seus valores, explícitos ou não. A escolha se deu por conta da importância política da questão e por conta da cobertura demonstrar como funcionam os mecanismos de diálogo e intertextualidade no dia-a-dia da Folha: são matérias publicadas em datas próximas, sobre um mesmo assunto, contudo, com ênfase diametralmente divergentes.

#### 4.1 A FOLHA DE BOA VISTA

Todas as matérias jornalísticas analisadas estavam disponíveis, no momento desta análise, no *site* do jornal Folha de Boa Vista e nos servidores do *google*, que armazenam em *cache* as postagens eventualmente apagadas. Optei pela coleta na plataforma eletrônica – a Folha Web – em primeiro lugar pela

facilidade de referenciar e remeter o leitor do trabalho ao texto original. Em segundo, pela precisão das ferramentas de pesquisa eletrônica disponíveis: utilizamos a busca avançada do *google* paralelamente à ferramenta disponíveis no servidor da página da Folha de Boa Vista. As buscas feitas em redundância refinaram a pesquisa e possibilitaram o acesso a um grande volume de informações. Por último, pela possibilidade de trabalhar remotamente, já que a versão impressa circula apenas no Estado de Roraima.

O meio digital FolhaWeb teve em 2016 em média 113 mil acessos diários, o que representam 62.2% do público total do jornal. A permanência média de cada visita é de 16 minutos<sup>12</sup>. Diante dessa distribuição de público, a Folha de Boa Vista produz conteúdos exclusivos para sua versão impressa. Essa prática comercial é bastante comum dentro e fora do Brasil. O que foi observado especificamente sobre a ‘Folha’ é que quase a totalidade dos textos exclusivos foram disponibilizados posteriormente no *site*. Se para o tradicional leitor do jornal em papel uma notícia de ontem não tem mais valor hoje, para este trabalho, elas têm. No entanto, isso gera alguma redundância. Mas, como a esta pesquisa interessa o olhar jornalístico de uma forma mais global, até a repetição se torna um dado. Um exemplo é a presença de uma versão resumida de um fato na Folha Web e uma nova versão posterior e mais aprofundada na Folha impressa, o que agrega valor àquela publicação, já que indica uma expectativa de que aquele fato promoveria uma maior venda de jornais no dia seguinte.

Vale ressaltar que os textos da Folha Web não são assinados, ou seja, não têm autoria identificada. Isso ocorre porque são textos dinâmicos que ao longo do dia e mesmo posteriormente podem ser modificados ou acrescidos de novas informações, que por vezes são trazidas por outros jornalistas. Mesmo reconhecendo certas marcas autorais, vamos considerar a não identificação. Para o estudo a autoria nos interessa apenas em seus aspectos quantitativos: quantos autores diferentes escrevem sobre o tema e quais são os mais frequentes, o que pode ser feito a partir das demais matérias assinadas.

---

<sup>12</sup> De acordo com o ‘Plano de Mídia’ da empresa.



## 4.2 LEITURA E ORGANIZAÇÃO

Assim como Pena (2013, p.150) considera que um jornalista que retorna à redação de um jornal para pesquisar o processo de produção da notícia deve esforçar-se para atuar como um etnógrafo, para ler os textos desta análise, extrapolar o olhar corriqueiro do hábito de ler diariamente periódicos e proporcionar distanciamento, atenção e ordenação da leitura, foi necessário criar previamente um modelo organizador.

Considerando as intenções preliminares do trabalho, criei um formulário eletrônico (FIGURA 2 - Ficha de Leitura), disposto na página a seguir, a fim de catalogar as notícias do corpus da pesquisa. A concepção desse modelo foi anterior à leitura, portanto não trata necessariamente das hipóteses de interpretação. São dados elementares como título, data, autoria e outros que representavam desde antes da análise expectativas por elementos relevantes – como o número de fontes – que poderiam posteriormente ser organizados em tópicos. Alguns itens, como os relacionados às fontes, tornaram-se fundamentais para o posterior apontamento de hipóteses do conteúdo. Eles tornaram-se marcadores qualitativos que facilitaram a percepção de repetições e padrões do conteúdo. Outros foram abandonados ao longo das leituras por não fornecerem informações relevantes.

Os tópicos contidos neste modelo foram divididos em três grupos: 1. Notícia; 2. Temas e Fontes; 3. Etnicidade e Contato. Assim, subordinados a esses tópicos principais, havia 17 itens a observar em cada uma das 109 leituras.

Ao longo da leitura, algumas situações promoveram mudanças na observação. No grupo ‘Notícia’, o item ‘1.2 Sub-títulos’ registrou o padrão da Folha de Boa Vista de usar recorrentemente acima dos títulos, o ‘chapéu’ – que são aquelas palavras ou expressões curtas que norteiam a leitura. Além de uma delimitação importante para o sentido, o chapéu tornou-se um marcador importantíssimo para as etapas posteriores da análise. O item 1.8 foi deixado de lado a partir das primeiras leituras, uma vez que a leitura dos valores-notícia ou critérios de noticiabilidade seriam eficientes apenas em uma análise contextual, e não em cada matéria.

No grupo ‘Temas e Fontes’, o item ‘2.1 Questão Indígena’ define a temática como Principal, Secundária ou Menção, pela posição e sentido que

ocupa nos textos. É questão principal quando as referências às palavras índio, indígenas ou às etnias ocorre no título ou no ‘lide’ – que é o nome que se dá ao grupo de informações fundamentais do fato ou assunto, geralmente localizadas nas primeiras linhas do texto e que respondem às perguntas “O quê?, Quem?, Quando?, Onde?, Como? E por quê?” (SQUARISI; SALVADOR, 2005).

Figura 2 - Ficha de Leitura

<b>1. NOTÍCIA</b>		
<b>1.1 TÍTULO</b> Indígenas fecham Praça do Centro Cívico		
<b>1.2 SUB-TÍTULOS</b> Manifestação / Com faixas e cartazes, os indígenas fizeram uma caminhada reivindicando melhorias para a educação		
<b>1.3 VEÍCULO</b> Folha de Boa Vista	<b>1.4 DATA</b> 25.10.2016	<b>1.5 AUTOR</b> Raísa Carvalho
<b>1.6 RESUMO E COMENTÁRIOS</b> Indígenas de várias etnias de Roraima fizeram protestos hoje (25) na Praça do Centro Cívico e em frente ao Palácio do Governo. Na pauta de reivindicações, está melhorias para a educação indígena, entre elas, reformas em prédios escolares e materiais didáticos.		
<b>1.7 FOTOS</b> Com faixas e cartazes, os indígenas fizeram uma caminhada impossibilitando a passagem na Praça do Centro cívico (Foto: Cyneida Correia)	<b>1.8 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE</b>	
<b>2. TEMAS E FONTES</b>		
<b>2.1 QUESTÃO INDÍGENA</b> <input checked="" type="checkbox"/> Principal <input type="checkbox"/> Secundária <input type="checkbox"/> Menção		<b>2.3 NÚMERO DE FONTES</b> <input type="checkbox"/> Uma <input type="checkbox"/> Duas <input checked="" type="checkbox"/> Três ou mais
<b>2.2 GRANDES TEMAS</b> <input type="checkbox"/> Terra <input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Economia <input type="checkbox"/> Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Educação <input type="checkbox"/> Cultura OUTROS: <input type="checkbox"/> Segurança <input type="checkbox"/> Infraestrutura		<b>2.4 FONTES INDÍGENAS</b> <input checked="" type="checkbox"/> Não há <input type="checkbox"/> Principal <input type="checkbox"/> Secundária
<b>OBSERVAÇÕES</b> A manifestação indígena se destacou apesar de estar inserida em outra manifestação maior.		<b>2.5 IDENTIFICAÇÃO</b> <input checked="" type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Etnia ( <input type="checkbox"/> Autor   <input type="checkbox"/> Fonte )
		<b>OBSERVAÇÕES</b> Fonte principal identificada apenas como "uma manifestante". Demais fontes são fontes de Estado.
<b>3. ETNICIDADE E CONTATO</b>		
<b>3.1 REFERÊNCIAS À IDENTIDADE</b> Afirma que a manifestação foi realizada por "indígenas de diversas etnias"		
<b>3.2 REFERÊNCIAS À ZONA DE CONTATO</b> Protesto impedindo o trânsito e posicionado em frente à sede do poder executivo estadual		

Fonte: Do autor.

São consideradas secundárias as referências relevantes para o conteúdo do texto, que, porém, não figuram nos elementos de destaque como títulos e o *lead*. É tratada como menção quando não enfatiza a questão indígena, mas refere-se de forma rápida à temática, contendo, contudo, algum sentido relevante a ser observado. Um exemplo são as matérias sobre as linhas de transmissão de energia elétrica que passam por Terra Indígena. Os textos podem ser sobre a questão energética, mas acabam em algum momento tratando do “entrevista” indígena.

No tópico 2.2 estão disponíveis seis categorias ou ‘Grandes Temas’ nos quais esperavam-se enquadrar a maioria dos textos. Porém havia dois campos editáveis para acrescentar outros grupos, como Infraestrutura e Segurança, que acabaram ganhando lugar cativo no formulário. O tópico 2.3 apresenta o número de fontes diretas da matéria. No ‘2.4 Fontes Indígenas’, a observação é subjetiva, mas geralmente segue a ordem em que as fontes aparecem no texto. No item ‘2.5 Identificação’ é possível assinalar se essa fonte indígena foi identificada de forma genérica ou por sua etnia. Também permite assinalar se essa identificação partiu do autor do texto ou da própria fonte, por meio de seu nome ou em sua fala: “Dario Yanomami” ou “nós do povo macuxi...”, por exemplo.

Em ‘Etnicidade e Contato’, no decorrer das leituras, ficou aparente uma redundância entre os dois itens do tópico. Claro que isso não desqualifica a expectativa inicial, mas é resultado de uma observação maior, a qual trataremos mais adiante: todas as matérias analisadas trazem referência à zona de contato.

#### 4.3 ANÁLISE DOS MARCADORES JORNALÍSTICOS

Ao adotar o protocolo de análise de cobertura jornalística proposto por Silva e Maia, considera que

a prática jornalística alicerça-se sobre a disciplina da verificação, isto é, sobre um método singular para abordar os acontecimentos, acessar fontes, checar informações e desenvolver relatos claros, que pode e deve vir à tona nos produtos, revelando ao público o máximo possível sobre os procedimentos de trabalho adotados na cobertura. (SILVA; MAIA, 2011, p. 26)

A análise dos marcadores jornalísticos seguirá dois dos três níveis do protocolo de Silva e Maia: a apuração e a composição do produto (a notícia). O terceiro nível, que se refere à caracterização contextual interna e externa, está mais próximo do resultado interpretativo, que passará pelas etapas da análise do conteúdo. Seriam as considerações valorativas sobre a temática e as políticas editoriais expressas ou não – o que será exposto na fase de interpretação dos dados.

#### **4.3.1 Marcas da Apuração**

Os elementos do processo de apuração que se manifestam no texto são: assinatura, local de apuração e origem da informação. Quanto à assinatura, observa-se o número de textos assinados e não assinados, o número de autores diferentes, e os autores mais frequentes. Os nomes dos jornalistas serão omitidos, por opção ética.

Existe um equilíbrio quase perfeito entre textos identificados e não identificados. São 53 as notícias assinadas e 56 cuja autoria não é identificada. Essa equivalência aponta para a redundância entre as notícias da Folha Web e da Folha de Boa Vista Impressa, como expliquei acima. Vale ressaltar que não só a assinatura os difere, como a forma e o conteúdo dos textos: destaque que, enquanto os textos publicados na *web* podem ser aprimorados ao longo do dia antes de irem para o processo de impressão, notícias impressas, aprimoradas ou produzidas perto do fechamento, se cristalizam no papel.

Os 109 textos são de autoria de 14 jornalistas diferentes. O mais frequente assinou 15 notícias. Dois jornalistas assinam sete textos; outros dois assinam cinco textos. Os demais assinam quatro ou menos. A diversidade de autores em face do total de matérias jornalísticas revela que o jornal não possui um jornalista especializado ou setoristas, que concentrem os textos sobre o tema. Também reforça o que virá mais adiante: que a temática indígena permeia outras grandes áreas ou editorias.

Quanto às assinaturas, ainda vale antecipar que os erros e acertos de acordo com os valores observados por esta pesquisa não são proporcionais à frequência com que os autores escreveram sobre o tema. Ou seja, há falhas

graves em textos de autores frequentes tanto quanto correções exemplares em jornalistas que assinaram um ou dois textos nos períodos.

A análise do local de apuração se refere ao acesso do jornalista ao local dos acontecimentos, aspecto relevante para a precisão da apuração. Neste tópico, os dados dependem de um olhar mais atento às marcas dos textos. Há também algumas marcas mais explícitas de que uma matéria foi produzida sem que o jornalista saísse da redação, como a presença de fotos creditadas como ‘divulgação’, ou a ausência de citações diretas.

A partir desses indícios – e algumas provas – verifiquei que 47 matérias foram produzidas por jornalistas que se deslocaram ao local do fato ou de contato com a fonte, o que representa 42,3% do total. Nesta análise específica, acrescentei à categoria presencial as matérias produzidas a partir de entrevistas na Rádio Folha AM, de denúncias e outras fontes que foram à redação da Folha por entender que o que está em questão é o contato direto do jornalista com a informação principal da matéria. As demais, ou seja, 57,7% foram apuradas e escritas dentro da redação ou estação de trabalho do autor.

No mesmo sentido está a categorização da forma de acesso do jornalista à fonte de informação. Das categorias apontadas por Silva e Maia (2011), relacionei as mais significantes e incidentes. Uma análise mais específica das fontes está presente no próximo tópico a fim de oferecer hipóteses de interpretação. Aqui está limitada à descrição dos marcadores específicos do texto jornalístico.

O perfil das fontes principais das matérias foi organizado em categorias, que em alguns casos são redundantes. Um exemplo são as matérias produzidas com informações de assessorias de comunicação e apuradas com fontes institucionais.

A fonte mais incidente são as fontes públicas ou institucionais, ou seja, pessoas ligadas a instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Os jornalistas tiveram nessas vozes seu principal argumento em praticamente metade das matérias: foram 54 ocorrências.

As fontes oficiais institucionais superaram o contato direto com as fontes cidadão: as pessoas envolvidas, afetadas ou portadoras de opinião sobre o fato, o que ocorreu 47 vezes. Dentre elas, por 11 vezes o contato ocorreu em decorrência de denúncias por iniciativa das fontes. Já 42 notícias foram

integralmente aproveitadas ou pouco modificadas a partir de textos de divulgação de assessorias de comunicação, como *releases* e notas à imprensa. Quatro textos foram integralmente ou primariamente baseados em dados documentais, como estatísticas do IBGE.

#### 4.3.2 Marcas da composição do produto

Neste nível de análise, o primeiro elemento a ser observado é o gênero jornalístico e a natureza do texto informativo. A leitura e coleta estão limitadas a dois gêneros fundamentais do jornalismo: notícia e reportagem – ou matérias quentes e frias. Conforme Lage (2001) “a diferença entre reportagem e notícia é que esta trata de um fato novo e aquela de um assunto, suscitado ou não por fato novo”.

Entre 109 matérias, há apenas quatro que são reportagens. As demais são notícias factuais. Embora nesta fase o objetivo seja apenas categorizar os textos em seu escopo jornalístico, a desproporção é bastante significativa.

Entendo que às categorias de Maia e Silva, cabe acrescentar as coberturas, ou seja, o conjunto de notícias factuais, mas que compõem um sentido mais amplo ao descreverem os desdobramentos dos fatos, por exemplo. No período analisado ocorreram cinco coberturas de fatos, que tiveram efeitos diversos relacionados aos povos indígenas: a tocha olímpica em Boa Vista, a Assembleia dos Povos Indígenas sobre a questão fundiária da cidade de Pacaraima, a premiação do artista plástico macuxi Jaider Esbell<sup>13</sup>, a migração dos índios warao da Venezuela, e a morte de garimpeiros. Essas coberturas reunidas somam 38 matérias, o que representa, junto com as quatro reportagens, 37,5% do total.

Textos opinativos, como colunas, editoriais e charges não foram incluídos. Tais gêneros deslocariam o foco e provocariam mudanças metodológicas. Ressalto que, embora os textos de opinião sejam a expressão mais explícita dos valores da empresa jornalística, a cobertura diária é que revela o tom – ou matizes – do ideário do jornal. São recorrentes matérias contraditórias entre si. Isso ocorre por virtude e por vício. A pluralidade gerada

---

<sup>13</sup> Artista, escritor e produtor cultural de destaque no cenário regional e nacional, nascido na Terra Indígena Raposa - Serra do Sol.

pela ausência de uma linha editorial clara, embora problemática, fornece uma riqueza de material para a análise.

Um exemplo positivo é a postura dialógica da cobertura de uma iniciativa do Governo do Estado e de comunidades da Terra Indígena São Marcos de posicionar-se a favor da exclusão da sede de Pacaraima da área da TI. A notícia ‘Índios querem a exclusão da sede de Pacaraima de São Marcos’, publicada em 18 de julho na edição impressa da Folha, é enfática: “mais de 800 índios decidiram pela permanência do município de Pacaraima”. (FOLHAWEB, 16 jun. 2016) Na mesma semana, dia 23, a matéria ‘CIR, MPF e Funai afirmam que são contra permanência de Pacaraima’ traz a opinião oposta, tendo por fonte principal o coordenador-geral do CIR, Mário Nicácio: “nunca houve consulta fiel e legal aos povos indígenas em relação ao assunto (...)” (CORREIA, 23 jun. 2016).

Por outro lado, estão em sentidos opostos os textos ‘Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos’, publicado dia 12 de julho, que ignora e contradiz dados apresentados na capa do jornal no dia primeiro de julho na matéria ‘83,2% dos indígenas vivem em Roraima, diz IBGE’<sup>14</sup>. Enquanto este destaca positivamente Roraima no contexto nacional justamente pelas TIs acolherem os povos do Estado, o primeiro se baseia em impressões, falas fora de contexto e entrega ao leitor a reprodução de preconceitos bem familiares ao senso comum. “O número de índios em Boa Vista aumenta a cada ano (...). Nas feiras e esquinas movimentadas da cidade já virou cena comum ver índios vendendo água ou pedindo esmola”. (FOLHAWEB, 01 jul. 2016).

#### 4.4 LEITURA, HIPÓTESES E INTERPRETAÇÕES

Enquanto no tópico anterior o objetivo foi enquadrar os textos por suas características de composição jornalística, aqui passaremos propriamente à análise do conteúdo. O objetivo é propor hipóteses a partir de marcadores quantitativos e qualitativos a fim de propor interpretações, orientadas pela observação global e pela discussão teórica dos capítulos anteriores. Para tanto, utilizaremos alguns elementos previstos desde o formulário eletrônico usado

---

<sup>14</sup> Disponíveis em anexo

para organização, aos quais serão agregados pontos tensão observados ao fim do período de leitura e coleta de dados.

#### 4.4.1 Negatividade

A repetição legou ao domínio público a expressão “*bad news are good news*”, ou “notícias ruins são boas notícias”, em tradução livre. Desde as primeiras tentativas de sistematizar os critérios de noticiabilidade, dentro da perspectiva do *newsmaking*, a negatividade dos fatos está em destaque. Os pioneiros Galtung e Ruge em 1965 (apud Traquina, 2005, p. 69-70), classificaram os critérios de noticiabilidade pelas seguintes características: frequência ou duração dos acontecimentos, amplitude do evento, clareza, significância, consonância, inesperado, composição, referência a nações de elites, personalização e, por fim, negatividade. Da negatividade emanam vários outros valores-notícias, como conflitos, infrações, desastres e a violência. Traquina (2005, p. 79), por exemplo, relaciona a morte aos valores-notícia: “[...] onde há morte, há jornalistas”.

Basta um olhar mais atento a um telejornal diário ou folhear aleatoriamente um periódico de circulação geral para constatar o peso da negatividade no jornalismo. Por si só, essa predominância já é alvo de duras críticas. Ressalva-se, contudo, a negatividade quando esta encarna os conflitos inerentes ao interesse jornalístico, como entende Chaparro: “o jornalismo tornou-se o espaço público dos confrontos discursivos” e que tudo “o que o jornalismo relata são conflitos” (2000 p. 38).

Na zona de contato, esse valor encontra dois motivos agudos para ser desconstruído. Primeiro, porque o sistema de valores das sociedades periféricas envolvidas no contato é distinto, geralmente não admite a lógica de mercado informação à venda; e, ao ressaltar aspectos negativos, o jornalismo acaba por extrapolar o limite do simplesmente questionável e passa à agressão. E segundo, porque o jornalismo na zona de contato assume um papel de destaque na representação do outro, e ao fazê-lo priorizando a negatividade acaba por ferir o que Cardoso de Oliveira (1976) classifica como a ‘moral do reconhecimento’ e contribuir com as distorções que já são marcas do olhar colonial.



Voltando os olhos ao recorte pesquisado, apresento dois focos de atenção para se pensar a relação entre as más notícias e a imagem. No primeiro, a ênfase está no teor geral da notícia, comumente expresso no título ou nas primeiras linhas. Mesmo em matérias jornalísticas nas quais o indivíduo ou grupo indígena aparece distante do aspecto negativo, a sua presença nesse contexto promove associações negativas em maior ou menor grau. O segundo foco é pensar em que termos se enquadra o indivíduo ou grupo indígena, dentro da notícia.

Um exemplo dessa dupla relação é a notícia ‘Agente de endemias é morto no Apiaú’<sup>15</sup>, publicado na Folha impressa, em 4 de outubro. O texto relata o assassinato do agente de saúde Marcos Xavier Cardoso, possivelmente por um caseiro, em uma fazenda na região do rio Apiaú, em Mucajaí, próximo aos limites da TI Yanomami. A notícia contém ingredientes de uma notícia ruim: luta corporal, morte, um caso de polícia, o conflito entre índios e fazendeiros e uma prisão. Contudo, o jornalista enfatiza a relação estreita dos yanomamis da região com o profissional assassinado e de sua dedicação ao trabalho. O texto abre espaço para declarações do enteado da vítima:

(...) no último acidente (de avião), dois amigos morreram e ele ficou velando os corpos dentro da mata para os bichos não chegarem perto, até encontrarem o avião na mata. Mas, desta vez, indígenas encontraram o corpo na mata e guardaram até a chegada da polícia. (...) O tuxaua estava chorando e dizendo que o ‘Marcão’ era amigo” (FOLHAWEB, 04 out. 2016)

O contrário também ocorre. São exemplo as matérias sobre ações sociais, educativas, sanitárias e de segurança do Exército. São textos bastante positivos, que em contrapartida apresentam resquícios da imagem de um índio carente de tutela e dependente do poder do Estado. Em ‘Exército faz operação para combater crimes nas áreas de fronteira em RR’, publicado em 18 de outubro na Folha impressa, o jornalista abre caminho para declarações do oficial responsável pela Operação Curare VII: “(...) a natureza da operação não é de defesa, e sim de fortalecer o Estado nas regiões mais remotas, criar

---

<sup>15</sup> Disponível em anexo

sustentabilidade nas comunidades indígenas e responder às demandas dessas comunidades”.

A partir da leitura dos textos, as matérias foram classificadas em positivas, negativas e indefinidas. Para nomear esta última categoria considerei que não existe neutralidade, mas que há textos em que esse valor não está expresso. As matérias negativas representam 54% do total. As positivas, 38%, e as indefinidas, 8%.

O resultado global não reflete a dinâmica da evolução da proporção ao longo do período de análise. Até o meio do mês de setembro havia uma ampla vantagem das notícias positivas e indefinidas sobre as negativas. A cobertura da tocha olímpica em Boa Vista, a premiação do artista macuxi Jaider Esbell e a criação da Casa da Medicina Tradicional na Malacacheta foram os principais vetores positivos no período. O resultado começou a mudar a partir do meio de setembro com as primeiras matérias sobre a migração dos índios Warao para Boa Vista. A infeliz virada dos temas negativos foi consolidada no mês de novembro: de 19 textos, apenas dois não eram negativos. Chamo atenção para a cobertura da morte de seis garimpeiros na região de Surucucus, na TI Yanomami. Foram 12 textos publicados sobre o assunto. Para efeito de comparação, no mês de setembro, quando ainda prevalecia a tônica positiva sobre as questões indígenas, foram publicadas ao todo apenas 11 notícias. A desproporção dá a entender a existência de uma demanda reprimida por más notícias, que encontrou na tragédia dos seis garimpeiros uma propulsão sombria rumo ao primeiro lugar.

#### **4.4.2 Destaque e grandes temas**

Para iniciar a observação da relação da imagem dos povos indígenas em Roraima a grandes temas de cobertura da imprensa, dividi as matérias por forma de referência à temática indígena entre: tema principal e secundário ou menção. Utilizei como critério para determinar a temática indígena como principal, a presença das palavras ‘índio’, ‘indígena’, suas formas no plural ou o nome de alguma etnia no título, subtítulo, chapéu, lide ou legenda de foto.

Importante ressaltar que o corpus da pesquisa não é uma amostragem, e sim – salvo alguma falha operacional na coleta – o total de matérias publicadas

no período estudado com qualquer referência aos povos indígenas em Roraima. As matérias que se configuram como temática principal indígena representam 81% do total de textos.

Pensando nos termos da teoria do *newsmaking*, a presença de indivíduos, grupos, etnias ou movimentos indígenas se configura como um valor-notícia ou critério de noticiabilidade, uma vez que parece aumentar a chance de um fato tornar-se notícia.

A matéria ‘Indígenas são suspeitos de assassinar irmão mais novo’, publicada na FolhaWeb em 1º de julho e replicada na versão impressa no dia seguinte, em ‘Três irmãos indígenas brigam e um deles acaba morrendo’ (BARROS, 04 out. 2016), reforça essa interpretação. O texto narra um homicídio cometido supostamente por dois irmãos da vítima, no município de Iracema. A identificação do trio como indígena é uma informação válida e está de acordo com os procedimentos jornalísticos. Porém, o destaque no título não agrega nenhum valor à informação, apenas promove a audiência potencial do produto. Assim como no exemplo, em 87 textos publicados, a referência à questão indígena é destacada, na grande maioria dos casos, ao compor o título da notícia ou reportagem.

Um segundo eixo dessa observação dá conta dos grandes temas aos quais as matérias sobre os povos indígenas fazem referência, o que aponta para uma associação valorativa importante da imagem desses grupos. Na análise deste item era possível assinalar mais de um grande tema. Assim, uma matéria sobre saúde ou segurança pública que trouxesse considerações sobre hábitos e costumes poderia também ser itemizado como ‘cultura’.

Os grandes temas mais presentes proporcionalmente nas matérias foram: ‘Terra’, ‘Segurança’, ‘Política’, ‘Economia’, ‘Cultura’ e ‘Saúde’, respectivamente. Enquanto a questão da ‘Terra’ aparece em pouco mais da metade dos textos, a ocorrência dos demais varia de 39% a 27%. Em menor proporção – 10%, ambos – ‘Educação’ e ‘Infraestrutura’ têm um peso importante nas matérias sobre reivindicações dos povos indígenas. Assim como uma notícia negativa pode impregnar de sentido a imagem dos povos indígenas, a relação deles com os temas tem um poderoso vinculador, como observou Zouein (2001).

O fato de Terra, Segurança, Política e Economia aparecerem mais que Cultura remete à história recente dos povos indígenas em Roraima, sobretudo aos processos de demarcações das TI Yanomami/Ye'kuana e Raposa Serra do Sol. Tomo como hipótese de interpretação, apoiado pelos trabalhos de Lima (2008) e Leal (2010), que o processo de luta política, que envolveu povos indígenas, Estado e representantes do poder econômico regional, estruturou tanto uma pauta recorrente de reivindicações dos povos e movimentos indígenas como moldou a percepção da imprensa.

Matérias sobre ações reivindicatórias de povos e movimentos indígenas reforçam essa ideia. A matéria 'Marcha dos Povos Indígenas do Estado marca data em Roraima', publicada em 9 de agosto, é uma das 42 matérias que tiveram nas assessorias de imprensa sua principal fonte, como mostrado no item 4.5.1; pautada pelo Conselho Indigenista de Roraima (CIR). Os itens do pleito do movimento com a marcha fizeram com que este texto fosse o único da análise com referências a todas as categorias propostas pela análise temática.

O grande tema 'Política' parece onipresente na imprensa roraimense, o que de certa forma representa o tamanho proporcional que tem o Estado em relação à população. Associa-se à presença temática em 36% das matérias, a presença de entes do Estado enquanto fonte principal em metade dos textos, conforme descrito no item 4.5.1.

A ênfase política observada igualmente no conteúdo das matérias remete a um voo sem conexões aos "obstáculos ideológicos" de Cardoso de Oliveira (1978, p. 70), mais especificamente à mentalidade burocrática. Isso vai se refletir, sobretudo, na ausência de fontes indígenas e no monopólio do Estado em muitas matérias na hora de tratar das questões referentes aos povos indígenas, o que será tratado mais a fundo adiante.

Outros dois aspectos quantitativamente discretos merecem maior atenção. A presença da questão econômica em 35 textos superou largamente a expectativa preliminar do pesquisador. No sentido contrário, o tema 'Cultura', mesmo em destaque, com referências em 27% das matérias, tem uma participação proporcional liliputiana.

A prevalência da 'Economia' indica fortes componentes da mentalidade capitalista, de Cardoso de Oliveira (1978). A matéria 'Em reunião, grupo pede

apoio para a FUNAI liberar licenciamento'<sup>16</sup>, publicada em 26 de agosto na FolhaWeb e na Folha impressa, trata do esforço do Governo de Roraima, que reuniu políticos do Estado a fim de acelerar o licenciamento das obras de construção do Linhão de Tucuruí no trecho em que cruza a TI Waimiri-Atroari. A notícia tem como mote o obstáculo constituído pela presença indígena no caminho da rede elétrica e reproduz a fala da governadora do Estado Suely Campos sobre o entrave: “Estamos à beira de um colapso energético e precisamos de energia para produzir e crescer economicamente (...)” (FOLHAWEB, 26 ago. 2016).

A economia também agrega informações positivamente, como no texto ‘Suely Campos se reúne com índios wai-wai na comunidade Jatapuzinho’<sup>17</sup>, de 31 de outubro. A notícia ressalta a atividade econômica desenvolvida pelo povo: “Eles são os principais coletadores da castanha do Brasil em Roraima (...). Eles produzem cerca de 6 mil sacas por ano, algo em torno de 400 toneladas” (FOLHAWEB, 31 out. 2016).

As inferências do olhar cultural teriam espaço em 100% dos textos analisados. Além do mais as referências à temática ‘Cultural’ nem sempre são corretas ou relevantes. A análise foi bastante sensível ao observar qualquer ocorrência. Uma série de matérias sobre a tocha olímpica em Boa Vista, publicada entre 16 e 21 de junho, é responsável por seis referências ao tema ‘Cultura’, pela simples menção da participação de uma índia macuxi nas cerimônias programadas pela Prefeitura de Boa Vista para a ocasião.

Se tomarmos as matérias nas quais o aspecto cultural é central ou serve de lastro para explicar a notícia, reduzimos a ocorrência a apenas nove. Um exemplo é a notícia ‘Índigena usa plantas, orações e cantos para curar’<sup>18</sup>, sobre a wapixana Lucila Mota de Sousa, que criou a Casa da Medicina Tradicional, na comunidade da Malacacheta, na região da Serra da Lua. O autor reproduz a fala da wapixana: “Eu aprendi com meu avô, ele me ensinava tudo, a respeitar a natureza e a respeitar as entidades. Às vezes a pessoa fica doente porque fez algo sem a permissão da natureza” (CARVALHO, 21 jul. 2016).

No espectro da temática cultural, é possível observar – em menor proporção e restrito às entrelinhas – as outras duas mentalidades de Cardoso de

---

<sup>16</sup> Disponível em anexo

<sup>17</sup> Disponível no anexo

<sup>18</sup> Disponível no anexo

Oliveira (1978): a romântica e a estatística. Na notícia ‘Indígena usa plantas, orações e cantos para curar’, por exemplo, a jornalista afirma que a xamã wapixana Lucila Souza “não sofre com gripes, dores e mal-estar que são comuns em sua idade”. Quanto à visão estatística, destaca-se a ocorrência de quatro textos cujo foco provém de dados do IBGE, como a notícia ‘RR tem 11 etnias em 32 Terras Indígenas’.

As observações dos grandes temas se deu até aqui a partir de categorias elencadas pelo observador. O padrão de titulação da Folha de Boa Vista e da FolhaWeb fornecem uma segunda possibilidade, sendo essa estabelecida pela negociação entre o autor do texto e seu editor. Quase todas as matérias têm: chapéu, título e subtítulo. O chapéu, porém, é composto de poucas palavras e resulta em repetições importantes; vemos uma relação de intencionalidade do jornalista autor e o conteúdo temático.

Ao todo as notícias analisadas receberam 67 ‘chapéus’ diferentes. Vale notar as repetições integrais ou grupos desses elementos. O que ocorre com maior frequência é o nome do município ou localidade onde ocorre o fato. Foram 12 referências desse tipo, em contraste com duas vezes em que o nome de uma comunidade ou região indígena ocupou esse espaço. O nome das TI aparecem 9 vezes sobre os títulos das notícias. Em nenhuma matéria essa identificação ocorre por meio do nome do povo ou etnia. A opção do jornal é buscar na organização política do Estado as referências de pertencimento geográfico. Mesmo ocorrendo em comunidades longínquas no meio da selva, a identificação do local do fato se dá pelos limites dos municípios de Roraima.

Outras repetições importantes se referem-se a uma descrição mais precisa e valorativa dos fatos noticiados isoladamente ou em série. Os chapéus ‘ Migração Venezuelana’, ‘Crise Venezuelana’, ‘Crise Humanitária’ se alternaram nas nove matérias sobre a presença dos Warao nas ruas de Boa Vista. A morte dos garimpeiros na Terra Yanomami também gerou a redundância dessas supra titulações. Destaque para ‘Massacre de Homoxi’, utilizada na última matéria da cobertura. Note como esse elemento organiza tematicamente, direciona e agrega valor ao processo de leitura.

#### 4.5 FONTES GRITADAS E EMUDECIDAS

A observação dos marcadores jornalísticos revelou que, no processo de produção da notícia, o contato dos jornalistas da Folha com as fontes ocorre predominantemente dentro das redações. Também que o perfil institucional das fontes, sobretudo de Estado, supera as fontes cidadãs. Refiro-me a esses dois pontos a fim de contextualizar a observação de um eixo fundamental para entender a (in)visibilidade dos indivíduos, povos e movimentos indígenas na cobertura jornalística da Folha de Boa Vista. Afinal, qual é a volume da sua voz?

Observamos dois marcadores principais e, abaixo desses, dois complementares. Primeiro, se há fontes indígenas nas notícias. Em caso afirmativo, verificar se tal fonte é principal ou secundária. Segundo, o número total de fontes das matérias e, no caso dos textos que têm uma única fonte, verificar se essa voz é ou não indígena. O resultado é ao mesmo tempo surpreendente e esclarecedor.

Em 68% das matérias, os jornalistas não ouviram nenhuma fonte indígena, seja individual ou institucional. O espaço como fonte principal foi legado aos índios em apenas 17% das notícias publicadas no período. Em 15% dos textos, eles aparecem como voz coadjuvante, como fontes secundárias ou de apoio. Portanto, mesmo a temática indígena ocupando espaço de destaque, na grande maioria dos casos os índios não têm voz. No plano ampliado para o corpus da análise, observa-se que a voz indígena é um sussurro, diante de uma cobertura que em mais da metade dos casos lhe é hostil.

Esse silêncio sufocante pode ser visto em matérias sobre os conflitos entre Waimiri-Atroaris e produtores rurais na área indígena Pirititi<sup>19</sup>. Na matéria ‘Agricultores denunciam que índios estão ocupando áreas particulares no Sul de RR’, a invisibilidade pela ausência de fontes indígenas se confunde com a

---

<sup>19</sup> A Terra Indígena Pirititi foi delimitada em 2012, com área de 43 mil hectares, no município de Rorainópolis. Os índios Pirititis foram avistados pelos vizinhos Waimiri-Atroari e têm sua presença na região questionada por agricultores e políticos de Roraima.

inexistência, uma vez que os Pirititis são um povo isolado e a voz dos denunciadores é alçada à condição de fonte principal.

Para os donos das propriedades, a invasão seria ilegal, também, pelo fato de os índios serem da tribo Waimiri-Atroari, e que a comunidade Pirititi é composta por índios considerados isolados, que nunca tiveram contato com outras tribos ou qualquer outra pessoa que não faça parte de sua etnia (REIS, 29 out. 2016).

Avançando na análise, quanto ao número de fontes, predominam notícias nas quais há apenas uma voz. São 65 matérias monológicas, o que representa 58% do total. Por si, esse dado já cria um vácuo para críticas às práticas jornalísticas: a falta do contraditório ou de amplitude ao fato são pecados capitais no jornalismo. No caso específico deste estudo, outro dado realça o problema: apenas 16 dessas matérias têm um índio como voz principal. Ou seja, em 49 notícias e reportagens o poder de falar sobre questões indígenas foi delegado a terceiros.

O acesso às comunidades e as diferenças de língua e costumes são inegavelmente um obstáculo à busca por boas práticas jornalísticas. No entanto, uma fonte especializada poderia suprir esse *gap* dialógico. Um antropólogo, por exemplo, além de oferecer informação qualificada poderia atuar como um mediador, como entende Valle (2015, p. 32). Porém, o que se observou nesta análise é que apenas em uma matéria coletada essa fonte aparece.

A notícia ‘Mulheres Yanomami produzem e vendem tipoias’<sup>20</sup> conta uma iniciativa da Hutukara Associação Yanomami, com apoio do Instituto Sócio Ambiental. Nela, a antropóloga Lídia Montanha Castro aparece como fonte principal e apresenta ao jornalista explicações sobre a cultura do povo, indo além das questões práticas do projeto. “A mulher Yanomami mantém os bebês sempre próximos, com a tipoia, durante as caminhadas na floresta (...)” (CARVALHO, 08 set. 2016).

Como já foi pontuado anteriormente, prevalecem as fontes institucionais. Contudo, há que se observar que a está lógica institucional serve aos dois lados e hoje se configura como um elemento de reação dos povos indígenas. Com poucas exceções, a ocupação dos espaços de pautar matérias e atuar como fontes é resultado da organização do movimento indígena, sobretudo por meio

---

<sup>20</sup> Disponível em anexo



das instituições representativas. As organizações indígenas, com destaque ao CIR, à Huenama e à Hutukara, são responsáveis por 63% das vezes que a voz indígena se posicionou como fonte nas matérias analisadas. Cinco destes textos destacam no título essa participação, por exemplo, ‘Hutukara confirma que garimpeiros foram mortos e os corpos queimados’ de 9 de novembro, e ‘CIR, MPF e Funai afirmam que são contra permanência de Pacaraima’, de 23 de junho.

Mais que isso, essas entidades foram responsáveis por pautar, ou seja, convencer a Folha de que um determinado assunto deveria tornar-se notícia por 15 vezes. Em sua maioria das vezes isso se dá por meio de denúncias e a partir da via política, pelo contato direto com jornalistas da redação ou por meio de assessorias de imprensa das entidades. São exemplos: ‘Marcha dos Povos Indígenas do Estado marca data em Roraima’, ‘Comunidade Flexal celebra quase 30 anos de produção de feijão’, ‘Comunidades realizam assembleia para discutir saúde indígena’ e ‘Indígenas indicam João Catalano para coordenar DSEI-Yanomami’.

Em outros casos, para tornar as reivindicações em notícia e dar a elas visibilidade, é preciso criar fatos de interesse jornalístico. Nesse caso, a negatividade, como poderoso valor-notícia, serve aos interesses dos índios. São exemplos: ‘Indígenas bloqueiam estrada para o município e moradores reclamam’ e ‘Servidores da CERR são feitos reféns por índios do Flexal’. Muitos atos como os citados têm caráter pacíficos perante aqueles que são afetados diretamente, como os servidores da CERR. O alvo são os jornalistas em sua função de *gatekeeper*. Assim, os pleitos passam pelo portão e tornam-se notícia.

A escolha das fontes que vão passar pelo portão é responsabilidade capital do jornalista. A alegação utópica de objetividade plena explica porque opiniões e juízos são atribuídos às fontes. Contudo, a partir do momento em que eleva uma voz em detrimento do emudecimento de outra, o jornalista é imputável dos vícios do texto. Jornalista não é cúmplice de fonte inadequada; quando o faz, é o mentor intelectual do delito.

#### 4.6 GENÉRICOS PRÓXIMOS E PECULIARES DISTANTES

A percepção da identidade étnica dos povos indígenas em Roraima pelo jornalismo da Folha de Boa Vista é a última estação em um itinerário que partiu justamente da discussão teórica sobre a diferenciação. Não é o caso de afirmar que se trata do ponto mais importante: assim como na recorrente analogia ao *iceberg*, a ponta é resultado de um contexto maior, o qual foi explorado por meio dos tópicos anteriores. Portanto a leitura dos dados e das interpretações é resultados da sinergia dos conteúdos.

Há um frágil equilíbrio, meramente quantitativo, entre as matérias que fazem referência à etnia como elemento diferenciador e aquelas que tratam de forma genérica os povos indígenas: são 57 textos – ou 51% – que fazem qualquer menção aos grupos étnicos do Estado. Esse olhar preliminar é bastante sensível, ao observar qualquer menção étnica. Isso quer dizer que quase metade dos textos não faz nenhuma referência do tipo. Contudo, há que se segmentar em outros recortes para compreender mais a fundo.

Há uma diferença acentuada no tratamento dado pela Folha aos povos Yanomami (22 textos), Wai-Wai (um), Yekuana (0), Waimiri-Atroari (cinco) e Pirititi (dois) em detrimento dos demais. Se tomarmos esse segmento, todos os 28 textos que os envolvem designam etnicamente indivíduos, grupos ou entidades.

Há, contudo, diferenças significativas na atenção dada a cada um desses grupos. Além de estar amplamente mais presente na pauta da Folha, os Yanomami sempre falam nas matérias, sempre por meio de suas instituições representativas, Huenama e Hutukara. Waimiri-Atroaris e Pirititis não têm a mesma condição e seus interesses se fazem representar sempre pela FUNAI.

Além do menor contato, o reconhecimento desses povos remete aos sinais diacríticos mobilizados na construção de fronteiras étnicas. O uso predominante da língua nativa parece se configurar em um importante diferenciador. O uso de idioma tradicional vai ao encontro da ideologia linguística ocidental, que vê na língua um dos principais aspectos da identidade e “atende à expectativa de pureza e autenticidade dos ocidentais sobre os índios”, como comenta Pellegrini (2008, p.157) sobre a visão de Graham (1986, apud Pellegrini, 2008).

Para efeito de diferenciação e baseando-me na segmentação feita pela imprensa, daqui em diante vou me referir a esses grupos como ‘povos da

floresta'. Em contrapartida, aos povos Ingarikó, Taurepang, Patamona, Macuxi e Wapichana, me referirei como 'povos do lavrado', embora entenda a imprecisão desses nomes.

A ausência de sinais diacríticos é percebida pelo jornalista. Este, por sua vez, sem enxergar, escutar ou tatear a fronteira que determina o pertencimento étnico, tem um papel em branco para representar o índio a partir de seu olhar e expectativas, como na já mencionada notícia 'Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos'

De calça jeans, óculos escuros, camiseta de manga e um boné de marca, João Paulo disse que não pretende voltar à sua comunidade tão cedo. "Aqui a gente tem chance de trabalhar e vencer. Lá, não. Não quero mais aquela vida, de roça. Aqui a gente se alimenta melhor, tem médico", justificou (JÚNIOR, 12 jul. 2016).

O texto identifica o macuxi João Paulo Filho por sua etnia. Contudo, a identificação étnica serve como contraste para a construção de uma retórica de menor ou não pertencimento à categoria índio. Vestido assim, falando português, João Paulo Filho seria menos índio do que um Yanomami pintado com urucum e betume, e com a cabeça coberta de penas.

Oitenta e uma matérias envolvem os 'povos do lavrado' e os imigrantes venezuelanos do povo Warao. Pouco menos de um terço dos textos trazem referências étnicas. O registro adotado na pesquisa inclui boa parte dessas alusões que ocorrem por causa do uso do nome do povo no sobrenome das fontes.

A notícia 'Professor assume a Secretaria de Estado do Índio' faz a única referência particular ao povo Ingaricó em toda a análise: "Dilson Ingaricó assume no lugar antes ocupado por Ozélio Izidoro Messias", traz o subtítulo. Em 'Indígenas discutem tráfico de drogas', o tuxaua da comunidade Nova Esperança, Alfredo Wapixana, é a fonte principal. Nesses casos, o jornalista se vê obrigado a registrar a etnia.

Se excetuarmos as ocorrências dos sobrenomes étnicos, os casos restantes demonstram que a opção do jornalista pela referência étnica segue uma lógica bastante vinculada ao olhar colonial e às mentalidades. Isso no caso específico dos povos do lavrado.

Quanto mais positiva a matéria, maior a chance de haver a identificação étnica. Foi assim, por exemplo, na cobertura do recebimento do Prêmio Pipa pelo artista plástico macuxi Jaider Esbell. Foram seis textos publicados desde a indicação de Esbell como finalista do certame, em 17 de julho. Ignorando se o artista é falante da língua portuguesa ou se está mais próximo dos hábitos citadinos que dos costumes ancestrais, a cobertura alça a identidade étnica do artista ao destaque máximo do título. Veja essa mudança nos títulos:

‘**Artista indígena** é indicado ao Prêmio Pipa de Arte Contemporânea’

‘**Artista indígena de Roraima** está na final do Prêmio Pipa’

‘**Artista roraimense** está na etapa final’

‘**Artista roraimense** pode ser o vencedor do Prêmio Pipa’

‘**Macuxi** é vencedor do prêmio Pipa’ (FolhaWeb)<sup>21</sup>

‘**Macuxi** é vencedor do prêmio Pipa’ (Folha impressa)

À medida que se aproxima da glória, a percepção sobre o pertencimento de Jaider a seu povo vai se aproximando do que é o acertado. A última matéria sobre o prêmio, por exemplo, é ilustrada por uma foto do artista diante de uma tela, usando um cocar de penas. A explicação aparece no tom do corpo dos textos. Quando convém, as culturas indígenas são elementos enriquecedores da identidade regional.

“É a identidade do povo de Roraima que está sendo divulgada e ganhando lugar de destaque na cena, estando ao nível dos grandes temas nacionais e internacionais. Um dos objetivos ainda é expandir e fortalecer o trabalho de comunicação em rede que a arte pode proporcionar”, frisou. (CARVALHO, 12 jul. 2016)

Não se trata de desmerecer a competência dos jornalistas que compuseram de forma bastante interessante essa cobertura. Mas a reflexão é fundamental para que a mesma lógica dos acertos não conduza à repetição dos erros. No texto ‘Estudantes indígenas formam banda universitária’, o mesmo autor do texto citado acima omite as etnias dos participantes do grupo musical.

Outra cobertura apropriada quanto à etnicidade, foram as duas matérias sobre criação da Casa da Medicina Tradicional na comunidade da Malacacheta. O texto é impecável ao identificar Lucila Mota de Souza como xamã wapixana.

---

<sup>21</sup> Disponível em anexo

Também ao destacar aspectos do conhecimento tradicional da fonte. Porém, perguntar não ofende, ajuda: por que são identificados por etnia nesse caso e em outras matérias aparecem apenas rotulados como ‘índios’ ou ‘indígenas’? Será que o índio precisa atender às expectativas do jornalistas sobre o que é ser índio?

São exemplos não positivos: ‘Criança indígena morre em soterramento’, ‘Indígenas bloqueiam estrada para o município e moradores reclamam’, ‘Índios venezuelanos continuam a pedir esmolas em semáforos da Capital’ e ‘Corpo de indígena é encontrado no Rio Cauamé’.

O *gap* deixado pelas generalizações do pertencimento étnico é ocupado geralmente pelo nome do município, comunidade, região ou TI. Nesse sentido também pode-se observar que os povos e comunidades da RSS são identificados por sua TI, enquanto outros ‘povos do lavrado’, como os residentes na região indígena da Serra da Lua, costumam ser associados ao nome dos município do Bonfim e Cantá.

A cobertura da imigração (e migração) do povo Warao demanda um olhar mais profundo. Para esta pesquisa, limito-me a destacar que foi a nacionalidade que tomou o destaque da pertença étnica. Com duas exceções, são tratados como ‘venezuelanos’, ‘índios/indígenas venezuelanas’, ‘pedintes venezuelanos’ ou ‘imigrantes venezuelanos’. É uma convenção jornalística importante, presente na maioria dos manuais de redação, localizar geograficamente o fato relatado. Portanto, a crítica aqui não é dirigida ao que entra no lugar, mas no vácuo deixado pela percepção inadequada dos jornalistas.

#### 4.7 ANÁLISE DE COBERTURA: MATÉRIAS SOBRE A QUESTÃO DE PACARAIMA

Após observar de um plano amplo o corpus de 109 matérias, este capítulo encerra com um movimento de aproximação, a fim de observar os aspectos tratados ao longo da análise em um contexto particular. Embora em certa medida esse voo mais rasante ajude a aferir as interpretações anteriores, o objetivo é observar a sinergia entre os vícios observados até aqui e a formação de sentido nos textos.

Cinco matérias publicadas pela FolhaWeb e pela Folha impressa entre 16 e 23 de junho de 2016 noticiam e repercutem a realização de uma assembleia dos povos indígenas, por meio da qual mais de 800 índios da TI São Marcos se

manifestaram de forma contrária à expulsão de não-indígenas da sede do município de Pacaraima. Abaixo os textos da cobertura:

*‘Indígenas voltam a discutir situação da sede de Pacaraima’*

*‘Índios decidem pela permanência de Pacaraima’*

*‘Índios querem a exclusão da sede de Pacaraima de São Marcos’*

*‘Representantes do Governo Federal não comparecem à assembleia dos povos indígenas’*

*‘CIR, MPF e Funai afirmam que são contra permanência de Pacaraima’*

Em primeiro lugar, ressalto que essa cobertura representa bem como costumam funcionar os espaços dialógicos na Folha. Basta observar o título dos dois textos selecionados para a análise<sup>22</sup>, os quais tratarei daqui em diante, respectivamente, como ‘texto 1’ e ‘texto 2’: ‘Índios decidem pela permanência de Pacaraima’ (FOLHAWEB, jun. 2016) e ‘CIR, MPF e Funai afirmam que são contra permanência de Pacaraima’ (CORREIA, 23 jun. 2016). Publicados entre eles, outros dois textos revelam uma mudança de tom entre o primeiro texto que trata da realização da assembleia e põe a decisão do ajuntamento como algo definitivo e o segundo que destaca o posicionamento do CIR de não reconhecer a assembleia, reforçando o pleito da entidade pela expulsão dos não-índios da sede do município.

O que se observa em plano ampliado é que existe espaço para a diversidade de opiniões na Folha. Contudo, isso depende do acompanhamento dos desdobramentos do fato. Essa cobertura também revela a capacidade de articulação do movimento indígena no sentido de se fazer ouvir, mesmo que num momento posterior ao fato inicial e, conseqüentemente, com menor destaque. A matéria ‘Índios querem a exclusão da sede de Pacaraima de São Marcos’ foi a capa da edição impressa número 7888, do dia 18 de junho. Tudo isso se relaciona com aspectos tratados neste capítulo. Para uma observação, ressalto os pontos mais contundentes, tanto dos marcadores jornalísticos quanto das hipóteses da análise.

A cobertura é composta por notícias – textos factuais, alguns bem extensos em volume de texto. Contudo, chama a atenção não haver nenhuma reportagem, uma vez que estão envolvidos um complexo trâmite jurídico, que, à data de conclusão deste

---

<sup>22</sup> Disponíveis em anexo

trabalho, desenrola-se em última instância, no STF; o aspecto humano em função da vida dos moradores não-indígenas de Pacaraima e das comunidades indígenas circunvizinhas; a presença de instituições e serviços do Estado na região; a proximidade do município de uma fronteira internacional; a experiência recente e as jurisprudências da demarcação da RSS; os direitos indígenas constitucionais e emanados de tratados internacionais, entre outros aspectos de interesse jornalístico. O fato dos textos formarem um conjunto pode preencher algumas dessas lacunas, mas os fatos de nenhuma maneira superam o contexto em importância.

Não está claro se o ‘texto 1’ foi produzido *in loco*. O texto não é assinado e é ilustrado por uma foto creditada como ‘Divulgação’, o que costuma indicar se tratar de material de assessoria de imprensa ou, pelo menos, colaborativo. Já o ‘texto 2’ refere-se diretamente a entrevistas anteriores e notas das fontes. Em comum, os textos têm a exclusividade de fontes institucionais.

O ‘texto 1’ traz cinco fontes, o que supera amplamente o observado no corpus da pesquisa. São três fontes não-indígenas e duas indígenas: o chefe da Casa Civil do Estado de Roraima – em destaque –, um deputado estadual, uma senadora, a presidente de uma comissão de lideranças indígenas responsável pela consulta realizada na assembleia e o vice-prefeito de Pacaraima, que é índio macuxi. O texto limita-se a dizer que ele é índio, como ocorre na maior parte da análise global.

O ‘texto 2’ tem como fontes: o coordenador-geral do CIR – em destaque –, a coordenadora regional do CIR na Região do Surumu, e, por meio de notas de assessoria, o MPF e a Funai. Assim como no ‘texto 1’, não há qualquer identificação das fontes por seu pertencimento a um povo indígena específico. Aliás, nenhuma das notícias faz qualquer alusão às etnias que vivem na região. A representatividade do CIR descrita no ‘texto 2’ destaca o número de indivíduos e de comunidades: “O CIR representa 235 comunidades indígenas, com uma população de 35 mil indígenas membros”. (FOLHAWEB, jun. 2016)

Se em termos de composição os textos têm semelhanças, as vozes presentes em um e em outro são bastante contraditórias. Destaco os termos utilizados para descrever a presença de não-índios no município de Pacaraima.

As fontes do ‘texto 1’ a tratam como ‘manutenção do município’, ‘possibilidade de convivência harmônica’, ‘continuidade da vida em paz’ e ‘usufruto dos benefícios do Estado’. Jonas Marcolino, macuxi, vice-prefeito de Pacaraima, encerra as falas, resumindo o tom do texto: “a briga não vai nos levar a lugar nenhum”.

As vozes do ‘texto 2’ tratam de forma contrária: ‘tentativa de manter a invasão’, ‘retirada imediata dos invasores’, ‘violação dos direitos indígenas’ e ‘retiradas de não índios’.

Não cabe aqui discutir a legitimidade do posicionamento da Folha de Boa Vista. Tomar partido, sobretudo se isso for feito de forma clara e justificada, pode ser uma virtude. Tampouco foram analisados os conteúdos opinativos do jornal, como artigos, editoriais, colunas ou charges. O que se deve notar é que o texto, mesmo quando se apresenta polifônico, tem traços de um discurso dominante. Suponha-se que o ‘texto 1’ e o ‘texto 2’ fossem um apenas. Ou se a leitura de um e de outro, apesar de cinco dias de diferença entre a publicação, fossem lidos com o mesmo peso pelo público do jornal. Note-se que predomina em ambos a expressão ‘permanência de Pacaraima’, ‘permanência do município’ ou ‘retirada de Pacaraima’. A ideia de permanência/retirada contrasta com a ideia de invasão ou intrusão.

A ‘permanência’ aparece cinco vezes no ‘texto 1’ na voz do autor e das fontes; no ‘texto 2’ tem três ocorrências nos trechos de autoria do jornalista. Em todos os casos carrega o sentido da presença institucional do Estado no local. Cabe até o entendimento mais extremo de que se trata da presença humana. Excetuando essa segunda possibilidade, o que fica latente é que no ‘texto 1’ há uma concordância e no ‘texto 2’, uma oposição. Assim, mesmo quando as fontes tratam da desintrusão ou da expulsão de invasores, a opção autoral pela palavra permanência reforça a ideia de que a retirada dos não-índios significa o fim da civilização e dos benefícios do Estado e da capital na área do município.

#### 4.8 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE

Antes de partir para as considerações, reúno os principais marcadores observados na análise de forma a permitir um olhar contextual.

Quanto à autoria e produção. As 109 matérias analisadas são assinadas por pelo menos 14 autores diferentes. O autor mais frequente assina 15 textos. São 105 notícias factuais, ou quentes, e apenas quatro reportagens com foco temático ou aprofundamento contextual. Em 47 matérias há indicações de que o repórter foi ao local do fato ou interagiu diretamente com suas fontes. A maioria – 62 textos – foram escritos na redação.



Quanto às fontes, prevalecem as vozes institucionais ou públicas – são 54 textos produzidos a partir delas. Materiais de divulgação como *releases* subsidiaram 42 textos. Apenas em 47 matérias foram ouvida fontes cidadãs envolvidas no fato. Quatro tiveram documentos como principal fonte.

Quanto à voz dos indivíduos, povos e movimentos indígenas, em apenas 17% dos textos a principal fonte é indígena. Em 68% das notícias não há fontes indígenas. Em 15% dos casos, índios ou organizações aparecem como fonte secundária.

Quanto aos valores e ênfases, prevalecem os textos de teor negativo – 54% dos textos, contra 38% de ênfase positiva. Quando à temática, estão em destaques, por ordem de número de ocorrência, os seguintes temas: Terra, Segurança, Política, Cultura, Saúde, Educação e Infraestrutura.

Quanto à identificação, em 59% dos textos há atribuições genéricas como índio ou indígena. As exceções a este padrão generalizante ocorrem quase totalmente nas matérias com os ‘povos da selva’, os quais são identificados por sua etnia em todos os 28 textos publicados.

No início deste capítulo, a metodologia e o *corpus* da análise foram contextualizados diante do posto nos capítulos iniciais. Aqui, proponho um caminho inverso, um retorno breve a pontos centrais da discussão teórica, tomando nas mãos os dados gerais e interpretações obtidos no capítulo atual.

Ressalto que a função e os procedimentos do Jornalismo observados nesta análise remetem ao *habitus* de Bourdieu (1994). Mesmo que as notícias sejam assinadas por indivíduos diferentes, o resultado discursivo aponta a uma origem coletiva das representações, permeadas por ideias, valores, crenças e ideologias historicamente comuns. Assim, o Jornalismo comporta-se como estrutura estruturante, promovendo a “interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade”. (Bourdieu, 1994, p. 61). A configuração como estrutura estruturante explica a incômoda continuidade ou, ao menos, a ausência de ruptura entre os discursos coloniais e a cobertura jornalística local. A forma de ver e representar o índio amazônico transforma-se ao longo da História, como vimos no capítulo 3; contudo os movimentos do olhar hegemônico parecem ancorados a uma estrutura preconceituosa rígida.

Uma segunda inferência fundamental é justapor a insistente falha do jornalismo local, ao identificar etnicamente os indivíduos e povos indígenas, ao caráter moral do reconhecimento, posto por Cardoso de Oliveira (2005), no Capítulo 1. Seguindo as considerações de Traquina (2012) sobre o poder simbólico do campo jornalístico, bem

como a ideia de representações sociais referida acima, fica latente que esse vício do jornalismo local não é apenas uma falha corriqueira de procedimento: são pecados capitais que ferem profundamente a identidade étnica dos povos indígenas, sobretudo por seu caráter relacional. Contudo, tão intensa como a gravidade de seus deslizes é a capacidade de redenção do jornalismo, desde que seja capaz de promover uma ruptura com o *habitus*.

A prevalência absoluta de notícias – ou matérias quentes – em vez de reportagens e texto mais densos indica que o índio é notícia quando protagoniza, promove ou se envolve em fatos. Assim, as questões que envolvem os modos de vida e pensamento dos indivíduos e povos indígenas não despertam interesse. Embora a zona de contato se caracterize pela presença constante de movimentos de troca e hibridização cultural, o jornalismo não enxerga esse cenário; enxerga apenas os elementos postos à luz pelos holofotes do factual e diferente. Sobretudo, dos fatos negativos.

Após a análise do *corpus*, a negatividade enquanto valor-notícia, conforme a hipótese do *newsmaking*, ganhou um espaço que não lhe estava previsto. A análise da negatividade por si demandaria um espaço específico para o aprofundamento. Seria irresponsável cravar explicações definitivas, dado o escopo deste trabalho. Ressalto, contudo, que quase todas as matérias identificadas como negativas por esta análise indicam a persistência dos modelos viciados de representar o índio, especialmente daqueles descritos por Athias (2007), Cardoso de Oliveira (1972) e Oliveira (2010). Sem uma editoria jornalística própria, as matérias sobre os índios acabam sendo acomodadas em grandes grupos temáticos, como Terra, Política, Economia, Saúde e Segurança, onde ficam à deriva, ao sabor dos ventos da repetição do discurso colonialista.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses últimos movimentos da pesquisa, resta à minha frente uma pequena mesa de trabalho coberta por papéis de todo tipo, de anotações a recortes de jornal. Do caos aparente salta aos olhos, a despeito dos nós e embaraços, como a pauta do Jornalismo testifica a riqueza cultural e étnica de Roraima. As notícias analisadas se esparramam por um espectro temático impressionante. A esmola nos semáforos divide espaço com o plantio e o manejo da castanha, enquanto *case* de sucesso econômico. O mesmo povo que ora tem indivíduos suspeitos de um bárbaro crime no meio da mata, mostra competência política para decidir o nome de um gestor público de saúde. Na capital, uma multidão se enfileira para degustar de um prato típico, feito em comunidade indígena, enquanto um povo vive no limbo entre a delimitação recente de suas terras e a negação da sua existência. Bloqueios nas estradas ainda são uma forma de se fazerem ouvir as reivindicações de alguns povos e comunidades, mas um artista indígena nos faz ter orgulho de ser ‘macuxi’ ao ganhar um dos principais prêmios de arte do país. Os índios são tratados obstáculo ao progresso quando impõe condições para a transposição de suas terras por uma rede elétrica, mas estão na vanguarda quando se trata de produzir energia solar e eólica. São apenas alguns exemplos... Roraima é um lugar privilegiado para o exercício do Jornalismo. Graças aos povos indígenas.

Na prateleira onde esta pesquisa será disposta, ainda há bastante espaço. A crítica ao olhar jornalístico sobre os povos indígenas carece de força para fomentar transformações efetivas da realidade social. Este trabalho – dimensionado pelos requisitos formais de uma dissertação de mestrado – agrega conteúdos específicos a este esforço conjunto: destaco o avanço, da crítica geral à imprensa local ao apontamento e tipificação de vícios e inadequações presentes no texto e nos processos mais próximos envolvidos, como a escolha das fontes. Também soma por relacionar as falhas textuais à conformação histórica do contato entre povos nativos e o colonizador, e por abrir um diálogo pouco pesquisado entre o reconhecimento étnico e a mediação jornalística.

Ficam abertas as janelas para o prosseguimento da pesquisa. Destaco a possibilidade de explorar mais a fundo a enunciação jornalística, por meio do tratamento holístico do processo. A ideia de “Circuito das Notícias” (SANTI, 2009) delineia uma estratégia oportuna de investigação do processo de comunicação em sua relação com a cultura. Ela trata de forma indelével os momentos que compõe o chamado circuito: produção, textos, leituras e culturas vividas. “O jornalismo pode ser

visto como uma prática sociocultural e as notícias como um produto da cultura” (SANTI, 2009 p. 154).

Mesmo as ideias fundamentais do Jornalismo apresentadas neste texto têm passado por alargamentos e modificações determinadas, principalmente, pela emergência das novas mídias digitais, o que modifica bastante a ênfase das análises. Bruns (2011), por exemplo, fala da superação da primazia dos *gatekeeper* pela ação de realimentação e curadoria em tempo real – no contexto da internet – promovidas pelo *gatewatching*:

feita pelos blogueiros individuais e pelas comunidades de comentaristas que podem não fazer reportagem das notícias de primeira mão, porém fazem a *curation* e avaliam as notícias e outras informações fornecidas pelas fontes oficiais, e assim prestam um serviço importante. E isto ocorre atualmente com cada vez mais rapidez, quase em tempo real: usando as redes sociais mais recentes, que divulgam, compartilham, comentam, questionam e desacreditam as matérias noticiosas dentro de minutos (...) (Bruns, 2011 p.119)

Retomando o foco sobre as observações deste trabalho, considero que, apesar de múltiplos autores e direcionamentos, as notícias analisadas têm uma marca comum: a ausência da intertextualidade. Apoio-me em Leal e Carvalho (2015), que utilizam o conceito bakhtiniano de polifonia e dialogismo para inferir que, mesmo quando ouve todas as partes envolvidas, a notícia não tem garantida sua qualidade polifônica. A polifonia não resulta necessariamente de uma multiplicidade de personagens ou de agentes envolvidos na produção do texto impresso, mas da evocação de diferentes vozes sociais. Em vez disso, o que se viu em nossa análise é que quase sempre se convocam vozes concordantes, evitando as vozes da diferenciação social, do contraste de visões de mundo, ou ainda capazes de matizar as contradições sociais.

A expressão de ‘buscar aspas’, recorrente nas redações, revela o quanto as fontes e personagens podem servir para confirmar o enquadramento proposto na pauta e a leitura de mundo estabelecida pela mídia informativa, em vez de efetivamente materializarem visões sociais peculiares. (LEAL; CARVALHO, 2015, p.156). A materialização textual dessas visões sociais peculiares promoveria no conteúdo jornalístico o que Bakhtin descreve como intertextualidade, ou seja, quando as vozes que falam e polemizam no texto, reproduzem o diálogo com outros textos (BARROS, 1999).

Portanto, cabe muito bem entender que a estratégia dos povos indígenas – representados ou não por seus movimentos e organizações – de criar fatos de interesse

jornalístico geralmente por meio de ações como manifestações, protestos, bloqueios e ocupações, tem por fim forçar a intertextualidade externa no conteúdo jornalístico e reagir ante um jogo de tensões, cujo domínio por mais de 500 anos esteve nas mãos do outro.

A participação indígena no processo de construção das notícias é característica marcante da zona de contato, onde existe um alto potencial de hibridização. Quando compreendem o funcionamento da pauta jornalística e forçam passagem para a publicação de seus posicionamentos e reivindicações, os índios se apropriam de uma linguagem externa – a jornalística – e a manipulam em favor de seus interesses, contrapondo regras e dinâmicas próprias, originalmente orientadas a ignorar ou silenciar a voz indígena. Seria incorrer no mesmo pecado ora condenado, ignorar que as mudanças mais significativas que ocorrem na trama da representação indígena na mídia são mobilizadas pela inteligência estratégica e empoderamento dos índios.

O curso de ‘Comunicação Social - Jornalismo’ da UFRR tem hoje 25 alunos indígenas, que acessaram a Universidade pelo Processo Seletivo Específico Indígena (PSEI), além dos ingressantes via ampla concorrência não autodeclarados. Mayra Wapichana é primeira jornalista formada procedente do PSEI. É autora da monografia ‘Etnojornalismo, estratégias de comunicação e protagonismo indígena: um estudo de caso no Conselho Indígena de Roraima’, e atua na assessoria de comunicação do CIR – a assessoria mais efetiva em termos de notícias geradas institucionalmente, de acordo com nossa análise.

Mayra incorporou à postura combativa do órgão, técnicas jornalísticas e sua rede de contatos e relacionamento com jornalistas, criada em parte, nas salas de aula do curso. Cinco matérias resultantes de sugestões de pauta e *releases* enviados pelo CIR à Folha foram assinadas por ex-colegas de curso de Mayra, que hoje atuam no periódico. Além de modificar a dinâmica interna do processo noticioso, a atuação dos jornalistas indígenas tem seu viés reflexivo. No trabalho citado acima, Mayra pontua que:

“(…) não tem havido por parte dos meios tradicionais de comunicação, especialmente da cobertura local, um esforço em traduzir as necessidades e os direitos das diferentes etnias que vivem em Roraima” (WAPICHANA, 2016 p.12).

E, como apenas uma jornalista indígena poderia fazer, desafia

“(...) os demais comunicadores, jornalistas indígenas a somarem e construirão conosco um novo formato de mídia capaz de ser o nosso canal de informação, construção e transformação social seja na mídia impressa, virtual, audiovisual, radiofônico (...)” (WAPICHANA, 2016 p.90)

O jornalista macuxi Reraldo Ramos Trajano, graduado um semestre após Mayra, produziu a monografia ‘A agenda midiática e a visibilidade indígena no Portal G1 RR’, onde reforça que “há uma relativa compreensão dos movimentos sociais indígenas em Roraima de como funciona a produção de acontecimentos, a provocação de pautas jornalísticas” (TRAJANO, 2016 p.78).

É possível observar, como fruto em parte deste convívio com colegas indígenas, sinais de mudança na nova geração de jornalistas. Um exemplo é a atenção à questão indígena dada pelo trabalho de conclusão da jornalista não indígena Deborah Alves, ‘Criança e Televisão - A relação entre a criança indígena da comunidade Serra do Truaru com a equipe de reportagem da TV Band Roraima’. Alves registra, por exemplo, que

(...) a equipe agiu com comportamento ocidental. Iniciou as gravações de permissão, foi interrompida pela comunidade e teve que se apresentar. Não houve consulta a nenhum tipo de especialista ou conhecedor de caso como antropólogo para falar sobre os temas abordados. Mas acredito que após este trabalho, as coisas irão melhorar (ALVES, 2016 p. 67).

Tratando ainda da graduação em Comunicação Social – Jornalismo, vale registrar que o novo Projeto Político Pedagógico do curso ampliou os créditos de formação humanística, que hoje totalizam 420 horas. À ementa da disciplina específica ‘Introdução à Antropologia’, contudo, faltam referências ao campo da identidade étnica. Aliás, considerando a inserção do jornalismo local na zona de contato, essa temática pode ser o foco de disciplinas optativas, contempladas na grade atual.

Esta pesquisa permitiu observações e interpretações, as quais foram materializadas em normas técnicas e éticas para a apuração e redação jornalísticas, dispostas no apêndice.

É alentador observar que há novidades no caminho trilhado pelos futuros jornalistas. Porém, a seriedade do problema torna emergencial a tomada de ações mais incisivas no mercado jornalístico local, ao menos para estancar o que hoje sangra. Para por o dedo nessa ferida é imprescindível a participação de todos os envolvidos nesse processo, com atenção especial aos índios.

O Jornalismo não pode modificar o passado, reprogramar sozinho a visão de uma sociedade ou expiar os pecados recentes e antigos. O que uma postura transformadora, comprometida com a realidade e sensível à beleza da diversidade pode

é dar voz aos povos indígenas, de forma que sejam protagonistas no presente da História que será lida no futuro.

## REFERÊNCIAS

ALBERT, B. O ouro canibal e a queda do céu : uma critica xamanica da economia politica da natureza. **Série Antropologia** (Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia), Brasília, v.174, p. 33, 1995.

ALBERT, B.; RAMOS, A. R. **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. São Paulo: Unesp, 2002. 531p.

ALVES, D. E. S. **Criança e Televisão: A relação entre a criança indígena da comunidade Serra do Truaru com a equipe de reportagem da TV Band Roraima**. Monografia (Curso Comunicação Social-Jornalismo) Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

AMILICAR JUNIOR. Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos. **FolhaWeb**, Boa Vista., 12 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Indigenas-buscam-melhorias-de-vida-nos-centros-urbanos/18121>>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

ANTUNIASSI, M. H. R. A noção de representação social e a pesquisa nas Ciências Sociais. In: LUCENA, C.T.; CAMPOS, M. C. S. de S. (org.). **Práticas e representações**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2008, p. 67-73.

ATHIAS, R. **A Noção de Identidade Étnica na Antropologia Brasileira: De Roquete Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Portugal; Edições 70, 1997. p.225

BARROS FILHO, C. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995. p.232

BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (orgs.) **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 1999.

BARROS, J. Agente de endemias é morto no Apiaú. **FolhaWeb**, Boa Vista., 04 out. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Agente-de-endemias-e-morto-no-Apiau/20866>>. Acesso em: 5 de outubro de 2016.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, P. STREIFF-FENART, J. (orgs.), **Teorias da etnicidade: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth**. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1995.

BENEDETI. C A. **A qualidade da informação jornalística – Do conceito à prática**. Florianópolis: Insular, 2009.



BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (org). **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

BERGER, M. Tatuagem: a Memória na Pele. **SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, v.1, n.05, set. 2009. p. 65-83.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. “Esboço de uma teoria da prática”. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo, Ática, 1994. p.27-62.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.176.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Tradução Maria Lucia Machado . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p.143.

BRUNS, A. **GATEKEEPING, GATEWATCHING, REALIMENTAÇÃO EM TEMPO REAL: novos desafios para o Jornalismo**. Brazilian Journalism Research, 7(2). 2011. p. 119-140.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **A sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1978. p.149.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, v. 16, n. 2 p. 9-40, 2005.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Os Diários e suas Margens: Viagem aos Territórios Terêna e Tükúna. Brasília**. Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 346.

CARVALHO, R. Indígena usa plantas, orações e cantos para curar. **FolhaWeb**, Boa Vista., 21 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Indigena-usa-plantas--oracoes-e-cantos-para-curar-/18398>>. Acesso em: 23 de julho de 2016.

CARVALHO, R. Macuxi é vencedor do prêmio Pipa. **FolhaWeb**, Boa Vista., 09 ago. 2016. Disponível em: < <http://www.folhabv.com.br/noticia/Macuxi-e-vencedor-do-Premio-Pipa/18997>>. Acesso em: 17 de agosto de 2016.

CARVALHO, R. Mulheres Yanomami produzem e vendem tipoias. **FolhaWeb**, Boa Vista., 08 set. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Mulheres-Yanomami-produzem-e-vendem-tipoias/19951>>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro**. Santarém: Jortejo, 2000.

CLIFFORD, J. **Itinerarios transculturales**, Barcelona: Gedisa, 1999. p.182.

CONKLIN, B. A. Body paint, feathers, and VCRs: aesthetics and authenticity in Amazonian activism. **American Ethnologist Journal**, vol. 24, n.4, p.711-737, 1997.

CORREIA, C. CIR, MPF e Funai afirmam que são contra permanência de Pacaraima. **FolhaWeb**, Boa Vista., 23 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/CIR--MPF-e-Funai-afirmam-que-sao-contrapermanencia-de-Pacaraima/17535>>. Acesso em: 29 de junho de 2016.

CRUZ, A. C. **Traço cinza: A negatividade na charge jornalística**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-cruz-imprensa.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CUCHE, D. **A noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. p.256.

CUNHA, M. C. **Antropologia do Brasil – Mito, História e Etnicidade**. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1986. p.174.

CUNHA, M. C. **Cultura com Aspas**. São Paulo: COSAFNAIFY, 2009.

DUARTE, L. F. In: VELHO, G; KUSCHNIR, K. (orgs.). **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2001. p.127-136.

FILHO, C. M. **Quem Manipula Quem?**. 5.ed. Petropolis: Vozes, 1986. p.168

FOLHAWEB. 83,2% dos indígenas vivem em Roraima, diz IBGE. **FolhaWeb**, Boa Vista., 01 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/83-2--dos-indigenas-vivem-em-Roraima--diz-IBGE/17782>>. Acesso em: 3 de julho de 2016.

FOLHAWEB. Em reunião, grupo pede apoio para a FUNAI liberar licenciamento. **FolhaWeb**, Boa Vista., 26 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Em-reuniao--grupo-pede-apoio-para-Funai-liberar-licenciamento-/19574>>. Acesso em: 30 de agosto de 2016.

FOLHAWEB. Índios decidem pela permanência de Pacaraima. **FolhaWeb**, Boa Vista., 17 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Indios-decidem-pela-permanencia-de-Pacaraima/17388>>. Acesso em: 17 de junho de 2016.

FOLHAWEB. Índios querem exclusão da sede de Pacaraima de São Marcos. **FolhaWeb**, Boa Vista., 18 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Indios-querem-exclusao-da-sede-de-Pacaraima-de-Sao-Marcos/17394>>. Acesso em: 22 de junho de 2016.

FOLHAWEB. Suely Campos se reúne com índios wai-wai na comunidade Jatapuzinho. **FolhaWeb**, Boa Vista., 31 out. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Suely-Campos-se-reune-com-indios-wai-wai-na-comunidade-Jatapuzinho/21728>>. Acesso em: 31 de outubro de 2016.

FRANCO, Arinos Barros de Melo. **O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1976. p. 318.

FREITAS R. P. **Viagem das Ideias**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2008. p. 261.

GALLOIS, D. “Nossas falas duras”: discurso político e auto-representação Waiãpi. in Albert, B.; Ramos A. (org.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**, São Paulo: UNESP, 2002. p. 205-238.

GIEBER, W. News is what newspapermen make it. In: LEWIS, A, D.; WHITE, D. M. **People, society and Mass Communication**. New York, 1964. p. 595.

GONÇALVES, C. P. Política, cultura e etnicidade: indagações sobre encontros intersocietários. **Antropologia em Primeira Mão** - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, n. 70, 2004.

GRABER, D. **Mass Media and American Politics**. Washington, DC: Congressional Quarterly Press, 1989.

HALL, S. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10.ed. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2004. p. 102.

HOHLFELDT, A. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 7, p. 42-51, nov. 1997.

HOHLFELDT, A; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 308.

HONNETH, A. Reconhecimento. In: Dicionário de ética e filosofia moral,. São Leopoldo: Unisinos, 2003. v. 2, pp. 473-478.

IBGE. **Atlas Nacional Digital do Brasil**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/apps/atlas\\_nacional/](http://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/)>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em:< <http://censo2010.ibge.gov.br/> > Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

JACKSON, J. Being and becoming an indian in the Vaupés. In: U. G.; SHERZE, J. (org.). **Nation-states and indians in Latin America**. Austin: University of Texas Press, 1991. p. 131-155.

LAGE, N. **Estruturas de Textos Midiáticos**. 17 set 2001, Congresso de Leitura do Brasil, Palestra no 13º Campinas, SP. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/357-4.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016

LAPIERRE, J. W. In: POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. (orgs.), **Teorias da etnicidade: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth**. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1995.

LEAL, B. S.; CARVALHO, C.A. de. Jornalismo e polifonia: problematizações conceituais e metodológicas. **REVISTA ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 16, n.31, p. 155-170, jul./dez. 2015.

LEAL, M. do S. P. Raposa Serra do Sol na mídia roraimense: a homologação. **Revista Icarahy**, Rio de Janeiro, n. 4, outubro de 2010.

LIMA, M. G. L. de. **O índio na mídia impressa em Roraima**. Boa vista, Editora da UFRR, 2008.

LIPPMANN, W. **Public Opinion**, Nova: YorkMacMillan, 1922.

McCOMBS, M. E. “Elaborating the agenda-setting influence of mass communication”. **Bulletin of the Institute for Communication Research**, Keio University, 1976.

MELLOR, J. R. **Sociología Urbana**. Portugal: Porto Rés Editora, 1984.

MORIN, E. **Cultura de massa no século XX**. ed. 8. Rio de janeiro: Necrose,1990. p. 210. 2v.

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX**, v. 2, 8.ed. Rio de janeiro: Necrose 1990.

MUNARO, L. F. . Entre Gazetas e Jornais: repensando a gênese do jornalismo. **Leituras do Jornalismo**, v. 1, p. 1-15, 2014b.

MUNARO, L. F. “As gazetas de Antigo Regime e o falso problema da gênese do jornalismo”. In: XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, 2014, Foz do Iguaçu. XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, 2014a.

MUNARO, L. F. **O Momento do jornalismo: entre a cultura e a técnica da notícia**. In: 10º Encontro Nacional de História da Mídia Alcar 2015, 2015, Porto Alegre. Anais do Alcar 2015. Porto Alegre, 2015.

MUNARO, Luís F. **O Jornalismo português em Londres: Retrato de um tempo e de uma profissão**. 1. ed. Rio de Janeiro: Publit, 2014c. v. 1. 368p

NEVES, D. P. (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 176.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “O Projeto Tikuna: uma experiência de ação indigenista”. Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Antropologia n. 34, 1979.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Narrativas e Imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira**. Berlin: INDIANA 27, Ibero-Amerikanisches Institut., 2010. p. 19-46.

PACHECO, R. P. de M.; MUNARO L. F. O indígena em Roraima: representações invisíveis. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, 2015.

PELLEGRINI, M. A. **Discursos Dialógicos: Intertextualidade e Ação Política na Performance e Autobiografia de um intérprete Yanomami no Conselho Distrital de Saúde**. 2008. 195p. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Florianópolis Florianópolis, 2008.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: Editora 34. 1999. p.189

PONTE, C. **Leituras das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

POUTIGNAT, P. STREIFF-FENART, J. (orgs.), **Teorias da etnicidade: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth**. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1995.

PRATT, M. L. **Os olhos do império relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

PRATT, M. L.. A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco. **TRAVESSIA - Publicação do Programa de Pós-Graduação em Literatura**, Santa Catarina, n. 38, 1999.

PRAXEDES, W. **A teoria das representações sociais de Pierre Bourdieu**, 2015. Disponível em:<<https://walterpraxedes.wordpress.com/2015/07/18/a-teoria-das-representacoes-sociais-de-pierre-bourdieu/>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

QUADROS, C. I. ; SPONHOLZ, L. **Deu no blog jornalístico: é notícia?** InTexto, Porto Alegre, v. 15, 2006.

REIS, F. “O tabelão e a lupa: teoria, método generalizante e ideografia no contexto brasileiro”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 6, p. 77 , 16 jul. 1991.

REIS, J. Agricultores denunciam que índios estão ocupando áreas particulares no Sul de RR. **FolhaWeb**, Boa Vista., 29 out. 2016. Disponível em: <<http://folhabv.com.br/noticia/Agricultores-denunciam-que-indios-estao-ocupando-areas-particulares-no-Sul-de-RR-/2169>>. Acesso em: 29 de outubro e 2016.

ROSSI, C. **O que é jornalismo**. Coleção Primeiros Passos. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p.78-87

SAHLINS, D. M. **Ilhas de História**: Tradução Jorge Zahar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SAHLINS, D. M. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). Rio de Janeiro: Mana, v. 3, n.2, p.41-73 abril 1997.

SAHLINS, M. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). Rio de Janeiro: Mana, v. 3, n. 1, p.103-150, 1997.

SANTI, V. J. C.; AMARAL, M. F. As Representações no "Circuito das Notícias": o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra no Jornal ZH. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.152-167, dez. 2009.

SHAW, E. Agenda-setting and mass communication theory. **Gazette–International Journal for Mass Communication Studies**, v. XXV, n. 2, 1979.

SIGAL, L. Who? Sources make the news. In: MANOFF, R. K.; SCHUDSON, M. (org). **Reading the news: a pantheon guide to popular culture**. New York: Pantheon Books, 1986. p. 246.

SILVA, G. Para Pensar Critérios de Noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia** Santa Catarina: UFSC, V. II, n. 1, 2004.

SILVA, G.; MAIA, F. D. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Revista Rumores**. v.5, ed. 10, p. 18-36 , jul./dez. 2011.

SILVA, P. S. R. da. **A violência contra os povos indígenas em Roraima: uma análise histórica a partir do Jornal Folha de Boa vista (1996 a 2005)**.. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteira), Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.

SODRÉ, M. O ethos midiaticizado. In SODRÉ, M. (org). **Antropologia do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUSA, J. P. **A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2008. Disponível em: < <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf> >. Acesso em: 26 out. 2016.

SOUSA, J. P. Breve **história do jornalismo no Ocidente**. s/d. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: 12 de setembro de 2016.

SPINELLI, T. H. M.. **A extensão política de uma ação de reconhecimento da Identidade Étnica**.

TÖNNIES, F. **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Losada. 1887. p.289

TÖNNIES, F. **Principios de Sociologia**. México: Fondo de Cultura Económica. 1931. p.201

TRAJANO, RERALDO R. **A agenda midiática e a visibilidade indígena no Portal G1 RR**. Monografia (Curso Comunicação Social-Jornalismo) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, N. O paradigma do agenda-setting. Redescoberta do poder do jornalismo. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 21-22, p.189-221, 1995.

TRAQUINA, N. **O poder do jornalismo: análise e textos da Teoria do Agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo II. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2008.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 3.ed. Florianópolis: Insular, 2012. 1v.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular,. 2005. 2v.

VALÉRIO, L.. Os coronéis da mídia de Roraima. **Portal Imprensa**, São Paulo, 20 jan. 2006. Disponível em: <[http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/coroneis\\_da\\_midia\\_se\\_digladiam\\_em\\_roraima](http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/coroneis_da_midia_se_digladiam_em_roraima)>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

VALLE, C. G. do. (org). **Etnicidade e mediação**. Rio Grande do Norte: EDUFRN - Editora da UFRN, 2015.

VALLE, C. G. do. **Apresentação - etnicidade e mediação como política e cultura**, 2015. p. 173.

VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (orgs.). **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. 344 p.

VERAS, M. F. P.; DE BRITO, V. G. Identidade Étnica: A dimensão política de um processo de reconhecimento. | **Revista de Antropologia**, v. 5. Ano 4, p. 106-125. maio 2012.

VERÍSSIMO, A. **Índio na rede - Ciberativismo e Amazônia**. Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2016. p. 150.

WAPICHANA, Mayra C. S. P. **Etnojornalismo, estratégia de comunicação e o protagonismo indígena: um estudo de caso no Conselho Indígena de Roraima**. Monografia (Curso Comunicação Social-Jornalismo) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. V.I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

WHITE, D. M. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In TRAQUINA, N. (org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Veja Editora, 1999. 360 p.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 6.ed. Lisboa: Presença, 2001.

ZOUEIN, M. E. **Em nome da terra: semiótica, índio e mídia em Roraima**. Monografia (Curso Comunicação Social) - Departamento de Comunicação, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2001

ZOUEIN, Maurício Elias. **“KUDIYADA”**: a canoa Ye’kuana como signo de resistência. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal, 2008.



**APÊNDICE**

### **Proposta de normas técnicas e éticas para a apuração e redação jornalísticas**

- 1) De uma forma geral, antes de apurar e escrever, o jornalista tem um desafio ético fundamental de avaliar se as referências e formas de tratar a questão, povos ou indivíduos indígenas é motivada pelo valor social do fato a ser noticiado, ou apenas por agregar valor comercial ao produto jornalístico.
- 2) Os jornalistas devem estar atentos para registrar o pertencimento dos indivíduos indígenas a um povo ou etnia, além do nome completo. Isso vale também para índios de outros países. O critério para essa identificação deve ser a autodeclaração, atendendo ao disposto na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
- 3) As designações genéricas, como índio(s) e indígena(s), podem ser substituídas pelo nome do povo ou etnia, o que não se aplica às notícias que tratam de questões gerais ou comuns a mais de um povo, ou que envolvem coletivamente indivíduos, grupos, movimentos ou instituições.
- 4) Os locais mencionados nas matérias podem ser identificados pelo nome da localidade ou comunidade, nome da região ou terra indígena, município e estado, nesta ordem.
- 5) Nas matérias que tratam de questões indígenas ou ressaltam a caracterização enquanto indígena, seja individual, coletiva, ou genérica, o jornalista deve buscar pelo menos uma fonte indígena. A fonte escolhida pode ser o indivíduo envolvido diretamente no fato ou assunto, liderança comunitária, movimento representativo, entidade representativa. Se não for possível, o texto pode contar com uma fonte especializada, como o antropólogo.
- 6) As matérias que envolvem situações de contato precisam buscar como fonte a figura dos mediadores culturais. O ideal, são indivíduos indígenas aptos a explicar ao jornalista aspectos da cultura e nuances do encontro cultural. Caso não seja possível, a alternativa são os especialistas não indígenas, como antropólogos, sociólogos, historiadores, geógrafos e outros acadêmicos.
- 7) Uma forma de ampliar a compreensão do leitor das matérias sobre o tema é acrescentar à versão final, informações básicas sobre cultura, histórias, terra e situação social atual do(s) povo(s) mencionados. Essas informações podem também ser encaminhadas previamente ao repórter já na pauta, a fim de auxiliar no direcionamento adequado do texto.
- 8) Uma alternativa para as redações é investir na especialização acadêmica dos jornalistas encarregados de cobrir as questões indígenas. A figura do setorista constitui-se em uma medida eficiente para corrigir as falhas mais comuns observadas nesta pesquisa. Considerando o cenário acadêmico atual, a contratação de jornalistas indígenas pode ser uma forma eficiente e viável de caminhar nesta direção.

## LISTA DE MATÉRIAS ANALISADAS

### JUNHO 2016

<b>Dia</b>	<b>Título</b>
02	Indígenas indicam João Catalano para coordenar DSE-Yanomami
03	Indígenas cobram nomeação de coordenador
14	Um Wapixana inaugurou a Ponte dos Macuxis
16	Indígenas voltam a discutir situação da sede de Pacaraima
16	Prefeitura divulga roteiro da Tocha Olímpica em Boa Vista
16-21	Tocha Olímpica em Boa Vista
17	Boa Vista se prepara para receber a Tocha Olímpica
17	Índios decidem pela permanência de Pacaraima
17	Militares levam assistência social para indígenas em Normandia
17	PM e indígenas firmam parceria para padronizar ações de segurança
18	Chama olímpica chega a Roraima
18	Chama Olímpica é recebida com ritual parixara em RR
18	Índios querem a exclusão da sede de Pacaraima de São Marcos
20	Boa Vista recebe chama olímpica com festa
20	Representantes do Governo Federal não comparecem à assembleia dos povos indígenas
21	A tocha Olímpica em Boa Vista
21	Maior Paçoca do Mundo terá 700 quilos
23	CIR, MPF e Funai afirmam que são contra permanência de Pacaraima
23	Estudantes indígenas formam banda universitária
28	Servidores da CERR são feitos reféns por índios do Flexal
30	Criança indígena venezuelana morre de fome em Roraima
30	Servidores da CERR são liberados por indígenas do Flexal
30	Sesau contratará intérpretes indígenas para hospitais

### JULHO 2016

<b>Dia</b>	<b>Título</b>
01	83,2% dos indígenas vivem em Roraima, diz IBGE
11	Indígenas de RR participam de Congresso de tuxauas na Venezuela
11	RR tem 11 etnias em 32 Terras Indígenas
12	Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos
17	Artista indígena é indicado ao Prêmio Pipa de Arte Contemporânea
17	Wapichana de 78 anos inaugura casa de Medicina Tradicional
18	Professor assume a Secretaria de Estado do Índio
21	Indígena usa plantas, orações e cantos para curar
25	Povo Yanomami será protagonista do projeto Ajarani, diz secretário

- 28 Artista indígena de Roraima está na final do Prêmio Pipa
- 28 Governo vai apoiar projeto agroflorestal pastoril em área indígena
- 29 Combate a exploração e tráfico humano são temas de seminário
- 29 Número de mortes de crianças indígenas aumenta, segundo Sesai
- 31 Artista roraimense está na etapa final

## **AGOSTO 2016**

<b>Dia</b>	<b>Título</b>
02	Justiça determina que União promova melhorias na Casai
04	Artista roraimense pode ser o vencedor do Prêmio Pipa
08	Criança indígena morre em soterramento
08	Macuxi é vencedor do prêmio Pipa
09	Indígenas bloqueiam estrada para o município e moradores reclamam
09	Macuxi é vencedor do Prêmio Pipa
09	Marcha dos Povos Indígenas do Estado marca data em Roraima
10	Indígenas se manifestam contra a corrupção
15	Índios venezuelanos continuam a pedir esmolas em semáforos da Capital
23	Ministério do Meio ambiente promete 11,7 milhões a Roraima
24	Indígenas da Raposa Serra do Sol recebem atendimento
25	Gravidez na adolescência reduz, mas os números ainda são preocupantes
26	Em reunião, grupo pede apoio para Funai liberar licenciamento

## **SETEMBRO 2016**

<b>Dia</b>	<b>Título</b>
05	Comunidade Flexal celebra quase 30 anos de produção de feijão
06	Moradores do interior esperam por energia elétrica de programa federal
08	Audidores do Trabalho flagram índios e guianenses em trabalho irregular
08	Mulheres Yanomami produzem e vendem tipoias
17	Lideranças indígenas aprovam criação de conselho estadual
17	Moradores denunciam precariedades em escola indígena
20	UFRR abre pré-inscrições para cursos de língua indígena
21	Pacaraima vai sediar 1º Simpósio dos Direitos da Criança e do Adolescente
23	Raio cai no meio do asfalto e atinge adolescentes e criança

## **OUTUBRO 2016**

<b>Dia</b>	<b>Título</b>
03	Homem é assassinado na região do Apiaú
04	Agente de endemias é morto no Apiaú

- 05 População do Estado mais que dobrou nessas quase três décadas de História  
 05 Primeiro deputado constituinte cobra políticas públicas ao pequeno produtor  
 10 Corpo de indígena é encontrado no Rio Cauamé  
 11 Sete morreram afogados somente este ano  
 14 Governo do Estado anuncia gabinete de emergência para os venezuelanos  
 15 Familiares protestam contra assassinato de agente de saúde  
 16 Exército deflagra Operação Curare VII em Roraima  
 18 Exército faz operação para combater crimes nas áreas de fronteira em RR  
 20 Exército leva atendimento médico e odontológico à comunidade do Moscou  
 21 Exército inaugura posto médico e ponte em terra indígena  
 25 Indígenas fecham Praça do Centro Cívico  
 26 Indígenas continuam fazendo reivindicações em Boa Vista  
 29 Agricultores denunciam que índios estão ocupando áreas particulares no Sul de RR  
 29 Roraima já recebeu quase 2 mil pedidos de refúgio em 10 meses  
 30 Comunidades realizam assembleia para discutir saúde indígena  
 31 Imigrantes venezuelanos se abrigam em galpões próximos a Feira do Passarão  
 31 Suely Campos se reúne com índios wai-wai na comunidade Jatapuzinho

## NOVEMBRO 2016

- | <b>Dia</b> | <b>Título</b>  |
|------------|--|
| 04         | Crianças estrangeiras ficam expostas nas ruas e semáforos de Boa Vista       |
| 04         | Familiares denunciam assassinato de garimpeiros                              |
| 04         | Instituições firmam parceria para combater garimpo em área indígena          |
| 05         | Famílias denunciam que índios teriam matado garimpeiros, mas Funai nega      |
| 07         | Pais reclamam da falta de transporte escolar em comunidade indígena          |
| 09         | Hutukara confirma que garimpeiros foram mortos e os corpos queimados         |
| 11         | Famílias procuram garimpeiros e Funai diz que mortes não foram confirmadas   |
| 15         | Após suposto massacre, 776 pessoas são retiradas de área de garimpo ilegal   |
| 15         | Famílias ainda lutam por informações sobre cinco garimpeiros desaparecidos   |
| 16         | Entidade indígena confirma morte de 6 garimpeiros em ofício entregue à Funai |
| 17         | Equipe será enviada para resgate de corpos                                   |
| 17         | União financiará projeto Cruviana, garante ministro de Minas e Energia       |
| 18         | Equipe é criada para resgatar corpos de garimpeiros na Terra Yanomami        |
| 21         | Corpos de garimpeiros já chegaram em Boa Vista                               |
| 21         | Equipe viaja para Terra Indígena para resgatar corpos de garimpeiros         |
| 22         | Corpo de garimpeiros mortos em terra indígena foram carbonizados             |
| 23         | Pedintes venezuelanos lotam Feira do Passarão                                |
| 25         | PF abre inquérito para investigar morte de 6 garimpeiros na Terra Yanomami   |
| 25         | Suspeito de matar agente de endemias é preso no Apiaú                        |
| 28         | Artesanato indígena em exposição no Forint                                   |

**ANEXOS**

# Índios decidem pela permanência de Pacaraima

folhabv.com.br

Os índios do povoção de Pacaraima decidiram permanecer na cidade após uma reunião com autoridades locais.



Os índios do povoção de Pacaraima decidiram permanecer na cidade após uma reunião com autoridades locais. A reunião foi realizada em um espaço aberto, com mesas e cadeiras dispostas para os participantes. Os índios foram acompanhados por representantes do governo e da comunidade local.

Os índios do povoção de Pacaraima decidiram permanecer na cidade após uma reunião com autoridades locais. A reunião foi realizada em um espaço aberto, com mesas e cadeiras dispostas para os participantes. Os índios foram acompanhados por representantes do governo e da comunidade local.

Os índios do povoção de Pacaraima decidiram permanecer na cidade após uma reunião com autoridades locais. A reunião foi realizada em um espaço aberto, com mesas e cadeiras dispostas para os participantes. Os índios foram acompanhados por representantes do governo e da comunidade local.

Os índios do povoção de Pacaraima decidiram permanecer na cidade após uma reunião com autoridades locais. A reunião foi realizada em um espaço aberto, com mesas e cadeiras dispostas para os participantes. Os índios foram acompanhados por representantes do governo e da comunidade local.

Os índios do povoção de Pacaraima decidiram permanecer na cidade após uma reunião com autoridades locais. A reunião foi realizada em um espaço aberto, com mesas e cadeiras dispostas para os participantes. Os índios foram acompanhados por representantes do governo e da comunidade local.

Os índios do povoção de Pacaraima decidiram permanecer na cidade após uma reunião com autoridades locais. A reunião foi realizada em um espaço aberto, com mesas e cadeiras dispostas para os participantes. Os índios foram acompanhados por representantes do governo e da comunidade local.

# Índios querem exclusão da sede de Pacaraima de São Marcos

folhahv.com.br



••• O Conselho Municipal de Indígenas, formado por representantes indígenas e não indígenas, realizou uma reunião pública para discutir a exclusão da sede de Pacaraima de São Marcos.

••• O Conselho Municipal de Indígenas, formado por representantes indígenas e não indígenas, realizou uma reunião pública para discutir a exclusão da sede de Pacaraima de São Marcos.

••• O Conselho Municipal de Indígenas, formado por representantes indígenas e não indígenas, realizou uma reunião pública para discutir a exclusão da sede de Pacaraima de São Marcos.

••• O Conselho Municipal de Indígenas, formado por representantes indígenas e não indígenas, realizou uma reunião pública para discutir a exclusão da sede de Pacaraima de São Marcos.

••• O Conselho Municipal de Indígenas, formado por representantes indígenas e não indígenas, realizou uma reunião pública para discutir a exclusão da sede de Pacaraima de São Marcos.

••• O Conselho Municipal de Indígenas, formado por representantes indígenas e não indígenas, realizou uma reunião pública para discutir a exclusão da sede de Pacaraima de São Marcos.

**DECISÃO** – O Conselho Municipal de Indígenas, formado por representantes indígenas e não indígenas, decidiu pela exclusão da sede de Pacaraima de São Marcos.

••• O Conselho Municipal de Indígenas, formado por representantes indígenas e não indígenas, realizou uma reunião pública para discutir a exclusão da sede de Pacaraima de São Marcos.





# 83,2% dos indígenas vivem em Roraima, diz IBGE

folhabv.com.br

Indígenas em Roraima

Indígenas em Roraima

Indígenas em Roraima

Indígenas em Roraima

Indígenas em Roraima

Indígenas em Roraima

Indígenas em Roraima

Indígenas em Roraima

Indígenas em Roraima

LÍNGUAS - Indígenas em Roraima

Indígenas em Roraima

ATLAS - Indígenas em Roraima

Indígenas em Roraima

Indígenas em Roraima



# Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos

folhavr.com.br

Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos



Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos

Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos

Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos

Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos

Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos

Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos

Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos

Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos

Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos

Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos

Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos



# Índigena usa plantas, orações e cantos para curar

folhavr.com.br



Índigena usa plantas, orações e cantos para curar

Índigena usa plantas, orações e cantos para curar

Índigena usa plantas, orações e cantos para curar

Índigena usa plantas, orações e cantos para curar

Índigena usa plantas, orações e cantos para curar

Índigena usa plantas, orações e cantos para curar

### Medicina tradicional

Índigena usa plantas, orações e cantos para curar

Índigena usa plantas, orações e cantos para curar

Índigena usa plantas, orações e cantos para curar

### Geração a geração

Índigena usa plantas, orações e cantos para curar

# Macuxi é vencedor do Prêmio Pipa

folhaby.com.br

Macuxi é vencedor do Prêmio Pipa

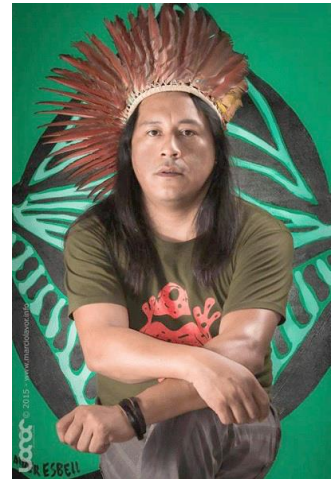
Macuxi é vencedor do Prêmio Pipa

Macuxi é vencedor do Prêmio Pipa

Macuxi é vencedor do Prêmio Pipa

Macuxi é vencedor do Prêmio Pipa

Macuxi é vencedor do Prêmio Pipa



## Jaider Esbell

Jaider Esbell is a Macuxi leader and artist.

Jaider Esbell is a Macuxi leader and artist.

Jaider Esbell is a Macuxi leader and artist.

## Pipa online

Pipa online information.

Pipa online information.

Pipa online information.



# Mulheres Yanomami produzem e vendem tipoias

folhabv.com.br



## Rede para deitar e para vender

As mulheres Yanomami produzem e vendem tipoias, uma arte tradicional que envolve o uso de fios coloridos para criar padrões geométricos e abstratos. Este trabalho é realizado em um ambiente simples, geralmente dentro de uma casa de tijolos.

As mulheres Yanomami produzem e vendem tipoias, uma arte tradicional que envolve o uso de fios coloridos para criar padrões geométricos e abstratos. Este trabalho é realizado em um ambiente simples, geralmente dentro de uma casa de tijolos.

As mulheres Yanomami produzem e vendem tipoias, uma arte tradicional que envolve o uso de fios coloridos para criar padrões geométricos e abstratos. Este trabalho é realizado em um ambiente simples, geralmente dentro de uma casa de tijolos.

As mulheres Yanomami produzem e vendem tipoias, uma arte tradicional que envolve o uso de fios coloridos para criar padrões geométricos e abstratos. Este trabalho é realizado em um ambiente simples, geralmente dentro de uma casa de tijolos.

As mulheres Yanomami produzem e vendem tipoias, uma arte tradicional que envolve o uso de fios coloridos para criar padrões geométricos e abstratos. Este trabalho é realizado em um ambiente simples, geralmente dentro de uma casa de tijolos.

## O projeto

O projeto tem como objetivo promover a produção e a venda de tipoias pelas mulheres Yanomami, valorizando sua cultura e artesanato. A iniciativa busca gerar renda e fortalecer a identidade cultural da comunidade.

O projeto tem como objetivo promover a produção e a venda de tipoias pelas mulheres Yanomami, valorizando sua cultura e artesanato. A iniciativa busca gerar renda e fortalecer a identidade cultural da comunidade.

## Publicado em 8 de setembro de 2016



# Agente de endemias é morto no Apiaú

folhahv.com.br

Um agente de endemias morreu no município de Apiaú, no Rio Grande do Norte, após ser atingido por uma arma de fogo durante uma operação de segurança.



O agente de endemias, identificado como [nome], trabalhava no município de Apiaú, no Rio Grande do Norte, onde atuava na prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores.

De acordo com informações, o agente estava realizando uma operação de segurança em uma área rural do município quando foi atingido por uma arma de fogo. Ele sofreu ferimentos graves e morreu no local.

Os responsáveis pelo crime ainda não foram identificados, e o caso está sendo investigado pelas autoridades locais. A comunidade lamenta a morte do agente e pede justiça para a família.

De acordo com o relatório, o agente estava trabalhando em uma área de risco quando foi atingido. Ele estava acompanhado por outros agentes e estava realizando uma operação de segurança.

O agente de endemias morreu no município de Apiaú, no Rio Grande do Norte, após ser atingido por uma arma de fogo durante uma operação de segurança.

O agente de endemias morreu no município de Apiaú, no Rio Grande do Norte, após ser atingido por uma arma de fogo durante uma operação de segurança.

De acordo com o relatório, o agente estava trabalhando em uma área de risco quando foi atingido. Ele estava acompanhado por outros agentes e estava realizando uma operação de segurança.

Os responsáveis pelo crime ainda não foram identificados, e o caso está sendo investigado pelas autoridades locais. A comunidade lamenta a morte do agente e pede justiça para a família.

De acordo com o relatório, o agente estava trabalhando em uma área de risco quando foi atingido. Ele estava acompanhado por outros agentes e estava realizando uma operação de segurança.

**SUSPEITOS** - Os responsáveis pelo crime ainda não foram identificados, e o caso está sendo investigado pelas autoridades locais. A comunidade lamenta a morte do agente e pede justiça para a família.

De acordo com o relatório, o agente estava trabalhando em uma área de risco quando foi atingido. Ele estava acompanhado por outros agentes e estava realizando uma operação de segurança.

**PERSISTÊNCIA** - Os responsáveis pelo crime ainda não foram identificados, e o caso está sendo investigado pelas autoridades locais. A comunidade lamenta a morte do agente e pede justiça para a família.





# Famílias denunciam que índios teriam matado garimpeiros, mas Funai nega

folhahbv.com.br

Indígenas acusam de matar garimpeiros em área de reserva indígena



Indígenas acusam de matar garimpeiros em área de reserva indígena

Indígenas acusam de matar garimpeiros em área de reserva indígena

Indígenas acusam de matar garimpeiros em área de reserva indígena

Indígenas acusam de matar garimpeiros em área de reserva indígena

Indígenas acusam de matar garimpeiros em área de reserva indígena

Indígenas acusam de matar garimpeiros em área de reserva indígena

Indígenas acusam de matar garimpeiros em área de reserva indígena

Indígenas acusam de matar garimpeiros em área de reserva indígena

Indígenas acusam de matar garimpeiros em área de reserva indígena

# Pedintes venezuelanos lotam Feira do Passarão

folhavr.com.br

...

...

...

...



...

...

...

...

...

Publicado em 23 de novembro de 2016